UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PEDRO PAULO COSTA COPOLA

POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE CAMPINAS: um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris

Campinas
2016

PEDRO PAULO COSTA COPOLA

POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE CAMPINAS: um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Cristina de Campos

Campinas

2016

Dedico este trabalho à minha família, que me incentivou e me apoiou durante essa caminhada e à minha orientadora Cristina de Campos, por sua simplicidade e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço minha família, especialmente meus pais, meu irmão e minha Tia Sônia, pessoas que me deram estrutura e me apoiaram na decisão tomada de seguir pelo caminho da geografia, porém, sem deixar de lado minha cunhada pela convivência afetuosa e primos(as) e tios(as) que estiveram presentes de alguma maneira nessa caminhada.

Agradeço à minha orientadora Cristina de Campos, pela paciência, pela simplicidade e pela disposição durante toda a elaboração deste trabalho. Apesar dos raros contatos durante a graduação e de ter cursado apenas duas disciplinas sob seu comando, seu profissionalismo e dedicação fizeram de mim um aluno privilegiado.

Não poderia jamais deixar de agradecer aos amigos da geografia, e também de outros cursos, que possibilitaram uma caminhada mais suave, mesmo diante de tantos obstáculos e momentos difíceis: Letícia (Biologia), Lucas Amici, Jaqueline Domingos, Renan Ivo, Victor Hugo Oliveira, Érika Wolmer, Joaquim, Rhaysa. Faço uma menção honrosa aos meus amigos de turma Rafael Oliveira e Dayane, que estiveram juntos comigo desde 2011, em momentos bons, momentos de indagações, momentos de tristeza, os quais nunca esquecerei.

Sou muito grato à Jaqueline Araújo, grande amiga e também professora de inglês, cuja presença, sempre intensa, me proporcionou incontáveis aprendizados e um convívio memorável. Agradeço também aos meus companheiros de trabalho que sempre me incentivaram a seguir em frente, em direção aos meu objetivos na geografia.

Agradeço a Renan Inquérito, rapper, geógrafo, poeta e professor, por ter alimentado em mim a paixão pelo Rap e pela cultura Hip Hop em geral.

Agradeço à psicóloga Miriam Cruvinel pelo profissionalismo e pela ajuda num momento extremamente delicado, sem a qual não seria possível finalizar mais essa etapa.

Deixo registrado por fim, minha profunda admiração pela militância dos estudantes da UNICAMP no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e também meu agradecimento por proporcionarem amplos e saudáveis espaços de debate, os quais contribuíram e muito no amadurecimento de minha visão crítica da sociedade.

(…) Acredite, Acredite que se é capaz
Acredite, Acredite no que você faz
Mantenha a humildade sem perder o ponto de vista
Sempre com o pulso firme num mundo capitalista (…)

(Lado Trilho – Você é Capaz)

RESUMO

O presente trabalho oferece um estudo sucinto sobre o desenvolvimento das políticas de planejamento urbano no município de Campinas desde 1889 até os dias atuais, bem como um estudo de caso do bairro Cidade Satélite Íris, situado na região noroeste da cidade. Nesse sentido, buscou-se entender a trajetória das políticas urbanas no município, desde as práticas sanitaristas ainda no século XIX, até o período de elaboração dos Planos Diretores e dos Planos Locais de Gestão Urbana. Neste trabalho, o bairro Cidade Satélite Íris, oriundo de um dos loteamentos mais antigos do município de Campinas, cuja denominação era Jardim Campo Grande, teve sua história destrinchada, possibilitando entender de que maneira surgiu e se desenvolveu, e assim estabelecer possíveis vínculos com o Planejamento Urbano idealizado pelo Poder Público Municipal. Este trabalho foi desenvolvido considerando-se um aspecto chave: a cidade como produto das disputas de classes, sendo estas mediadas e/ou reguladas pelo Poder Público.

Palavras-chave: Planejamento Urbano, Urbanização, Políticas de Planejamento, Campinas, Cidade Satélite Íris.

ABSTRACT

The present study offers a brief report about the development of urban policies in the city of Campinas from 1889 up to the present day as well as a case study of Cidade Satélite Íris, a northwestern neighborhood in the city. To that effect, the course the urban policies took in the city was understood by their sanitary practices in the nineteenth century up until the moment when the Land-use Planning and the Local Management Plan were elaborated. In this work, Cidade Satélite Íris, native of one of the oldest allotments in Campinas, previously named Jardim Campo Grande, had its history scrutinized so that its rising and development could be known, making it possible for the establishment of connections with the idealized Urban Land-planning by the Municipal Public Authority. This work was developed considering the following key aspect: the city as a product of class struggles, being them mediated and/or regulated by the Public Authority.

Key words: Urban planning, Urbanization, Urban development policy, Campinas, Cidade Satélite Íris.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fábrica de Chapéus Cury, Campinas, SP, 1919 24

Figura 2 - Excerto retirado de um Termo de Referência enviado à Prefeitura Municipal de Campinas no ano de 1935, a respeito da elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos 28

Figura 3 - Vista aérea do Jardim Chapadão: ao centro encontra-se a torre do castelo - Década de 1940 30

Figura 4 - Bonde da linha nº08 – Bonfim - Novembro de 1946 32

Figura 5 - Edifício Itatiaia em Construção – 1954 35

Figura 6 - Estrutura do Plano Local de Gestão Urbana 60

Figura 7 - Lixão da Pirelli – Junho de 2016 69

Figura 8 - Vista áerea do Bairro Cidade Satélite Íris 71

Figura 9 - Documento oficial da Lei Municipal n. 702 de 4 de junho de 1952 ... 72

Figura 10 - Excerto do documento de alteração do nome do Loteamento de "Jardim Campo Grande" para "Cidade Satélite Íris" 74

Figura 11 - Notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Campinas à Civitas Companhia Imobiliária dos Bons Negócios em 1975 75

Figura 12 - Documento de reclamações e exigências envolvendo o bairro Cidade Satélite Íris endereçado do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira 77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Campinas – Evolução da Estrutura Fundiária - Área em hectares....23

Tabela 2 – Movimento de Bondes em Campinas – 1936.....33

Tabela 3 – Movimento de Bondes em Campinas – 1950.....34

Tabela 4 - Evolução da População do Município de Campinas – 1940-1996.....40

Tabela 5 - Somatório das Áreas Vagas, por Macrozonas – Macrozonas do Município de Campinas – 1993/2005.....63

Tabela 6 – Proposta de alteração de numeração das APs e UTBs – Macrozona 5.....68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP	Área de Planejamento
AR	Administração Regional
AREC	Área de Recuperação Urbana
CIM	Cadastro de Interessados em Moradia
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CEPEU	Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos
CT-RPD	Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor
D.O.V.	Departamento de Obras e Viação
DPRN	Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais
DUF	Departamento de Urbanização de Favelas da Prefeitura Municipal
EMDEC	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FEAC	Federação das Entidades Assistenciais de Campinas
FEPASA	Ferrovias Paulistas S.A.
GEPLAN	Grupo Executivo do Escritório de Planejamento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IRIS	Indústrias Reunidas Irmãos Spina
LOM	Lei Orgânica Municipal
MIS	Museu da Imagem e do Som
MZ-5	Macrozona 5
PD-1991	Plano Diretor de 1991
PD-1996	Plano Diretor de 1996

PD-2006	Plano Diretor de 2006
PLG	Plano Local de Gestão Urbana
PPA	Plano Plurianual de Investimentos
PPDI	Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado
PUCCAMP	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
SANASA	Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento
SAR	Secretaria de Ação Regional
SEPLAMA	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SETRANSP	Secretaria Municipal de Transportes
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UTB	Unidade Territorial Básica

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Área Urbana Efetivamente Ocupada – Município de Campinas – 1940-1980……48

Mapa 2 – Macrozoneamento e Áreas de Planejamento do Município de Campinas……...54

Mapa 3 – Limite das SARs e Áreas de Planejamento……56

Mapa 4 – Densidade de Lotes Vagos no Perímetro Urbano……...62

Mapa 5 – Macrozona 5……67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13
1. Políticas de Planejamento na cidade de Campinas: um breve histórico 15
2. A evolução das Políticas de Planejamento Urbano no município de Campinas no contexto dos Planos Urbanísticos 20
2.1 Políticas de Planejamento Urbano na Primeira República 20
2.2 Plano de Melhoramentos Urbanos: a dinâmica urbana em Campinas no período 1938-1970 25
2.2.1 A implantação da segunda fase do Plano de Melhoramentos Urbanos... 34
2.3 Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) – 1971-1990: do Plano de Melhoramentos e Embelezamento para o Plano sem Mapa 39
2.4 O Planejamento Urbano após a Constituição Federal de 1988: Os Planos Diretores de Campinas 43
2.4.1 O Plano Diretor de 1991 43
2.4.2 O Plano Diretor de 1996 49
2.4.3 O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de 2006 59
3. Um estudo de caso sobre o bairro Cidade Satélite Íris 66
3.1 Os Planos Locais de Gestão Urbana: uma análise da Macrozona 5 66
3.2 Jardim Campo Grande: surgimento, desenvolvimento e a mudança para Cidade Satélite Íris 71
CONCLUSÃO 80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 82
ANEXOS 91

INTRODUÇÃO

O ponto de partida do atual trabalho foi contextualizar a conjuntura das políticas de Planejamento Urbano na cidade de Campinas em sua totalidade – desde 1889 até o período atual - para, posteriormente realizar uma análise específica da área de estudo delimitada, o bairro Cidade Satélite Íris.

Campinas, apesar de seu poderio econômico, de sua centralidade no cenário tecnológico em âmbito nacional, apresenta números preocupantes quanto à precariedade das condições de vida de parcela significativa de sua população. Um levantamento realizado pelo IBGE no ano de 2010 apontou que aproximadamente 13% da população residia em favelas.

O estudo do planejamento urbano abarcado neste trabalho compreende a cidade em sua essência como produto da luta de classes, considerando o Poder Público como regulador ou mediador dessas disputas, concretizando dessa maneira as políticas urbanas (RODRIGUES, 2008).

O conteúdo apresentado ao longo do trabalho pretendeu expor de forma enfática as políticas de planejamento urbano consubstanciadas nos planos de ordenamento urbano na cidade de Campinas, desde o Plano de Melhoramentos Urbanos de Francisco Prestes Maia na década de 1930 até o Plano Diretor de 2006, porém, sem desprezar o período da República Velha, marcado no início, ainda no século XIX pelas políticas sanitaristas.

O trabalho foi dividido em duas partes. A primeira parte contém dois capítulos. O primeiro capítulo é caracterizado por um breve histórico das políticas de planejamento urbano em Campinas. O segundo capítulo representa uma análise mais detalhada das políticas de planejamento urbano em Campinas, desde a primeira república até o período atual, com ênfase em cada plano de ordenamento urbano que esteve vigente no período estudado. O terceiro capítulo aborda a Macrozona 5 em específico, no contexto dos Planos Locais de Gestão Urbana, posteriormente dando espaço a um histórico do surgimento do bairro Cidade Satélite Íris e uma abordagem da conjuntura das políticas de planejamento urbano para este local na atualidade.

Para a confecção do trabalho foram feitas consultas à teses e dissertações de diversas instituições, – principalmente através das bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas e da Biblioteca da Prefeitura Municipal de Campinas - artigos

de revistas acadêmicas, notícias de jornal, portal da Prefeitura Municipal de Campinas e também documentos disponibilizados pelo Arquivo Municipal de Campinas, os quais foram fundamentais para compreender a formação histórica do bairro Cidade Satélite Íris, desde os primórdios, na década de 1950, quando ainda denominado de Jardim Campo Grande.

Para complementar e garantir maior acurácia às informações pesquisadas, foi utilizado um vasto material cartográfico disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Campinas, bem como artigos lançados em eventos locais sobre a temática do Planejamento Urbano.

1. POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO NA CIDADE DE CAMPINAS: UM BREVE HISTÓRICO

O início das atividades voltadas ao urbanismo[1] na cidade de Campinas se deu na década de 1930. É justamente o momento em que se tem o ápice das consequências da crise econômica internacional de 1929, após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque. Campinas, apesar de sua produção expressiva de café, considerando-se o contexto, sofreria inevitavelmente à curto prazo com o declínio da produção daquele produto, fomentando então a importância dos negócios imobiliários e as intenções de expansão e intensificação da urbanização na cidade como forma de recuperar a economia local (CAMPINAS, 2006; CANO, 1981).

A alternativa encontrada pelo poder público municipal foi a aplicação das inversões de capitais, isto é, áreas até então ocupadas pelo café passariam a ser convertidas em áreas urbanas – mediante apoio explícito do Poder Público, através de incentivos financeiros diversos – e teriam ainda sua rentabilidade garantida (CANO, 1981; RODRIGUES, 2011).

As inversões de capitais na década de 1930 na cidade de Campinas, conforme já explicitadas anteriormente, culminaram com a contração de Francisco Prestes Maia – engenheiro e arquiteto da Secretaria de Obras e Viação da Prefeitura de São Paulo naquele mesmo período e criador do Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo – para a elaboração do chamado Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas. Este viria a ser instituído pelo Ato 118 de 1938 sob gestão do Prefeito João Alves dos Santos, mas seus trabalhos já haviam sido iniciados no ano de 1934.

De acordo com Ribeiro (2007, p. 13), o Plano de Melhoramentos foi elaborado em função de que: "(...) *o contexto histórico das primeiras décadas do século XX apontava para a formação/consolidação de cidades industriais*", ou seja, "*(...) ao cotidiano da cidade foi apresentado um novo padrão, um novo modo de viver, que se refletia na aglomeração nas ruas e passeio público, no convívio com as fábricas e linhas férreas, no ar poluído pela fumaça das chaminés, na carência de moradia*".

[1] É preciso atentar ao uso da palavra "urbanismo". Segundo Villaça (2015, p. 180), esta palavra pode apresentar três sentidos diferentes: 1) "(…) conjunto de técnicas e/ou discursos referentes à ação do Estado sobre a cidade; corresponde em inglês, ao *city planning*, ao francês *urbanisme* e ao português *urbanismo*, no sentido antigo."; 2) "(…) estilo de vida, sendo designado, em inglês, por *urbanism."; 3)* "(…) conjunto das ciências – e supostas ciências – que estudam o urbano; este ultimo sentido só passou a ser utilizado no Brasil em décadas recentes." Para o período histórico que está sendo estudado, o sentido de urbanismo mais apropriado é o do *city planning*.

Após o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas de 1938, um novo trabalho que dissesse respeito ao planejamento urbano da cidade, seria lançado somente no início da década de 1970. Com mudança significativa na nomenclatura, passou a ser denominado de "Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas – PPDI". Sua elaboração foi iniciada no segundo semestre do ano de 1969 e foi oficialmente aprovado através da Lei n. 3960 de 9 de março de 1971 durante a gestão do Prefeito Orestes Quércia, que iria de 1969 a 1973 (CAMPINAS, 2006).

O PPDI foi uma obra bastante volumosa, englobando discussões até então impensáveis se comparada com o Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia. Este último visava quase que somente os aspectos físicos, ou seja, os problemas urbanos ficavam restritos ao âmbito da engenharia e da arquitetura (VILLAÇA, 2015, p. 211).

O PPDI esteve inserido em um importante contexto da história do planejamento urbano no Estado de São Paulo. Entre 1956 e 1972 funcionou o CEPEU – Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos, localizado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), tendo sido fundado por Luiz Ignácio Romero de Anhaia Mello, docente da mesma instituição, engenheiro civil, além de ter ocupado o cargo de Prefeito da Cidade de São Paulo no início da década de 1930 (TOLEDO, 2013).

Birkholz (1989, pp. 23-24 apud TOLEDO, 2013, pp. 68-69) aponta que de maneira geral a atuação do CEPEU se deu da seguinte forma: realizando "*(...) estudos básicos referentes à teoria e a prática do Planejamento Territorial"* e organizando *"(...) Planos Diretores para os municípios que o desejarem, tendo em vista o interesse do ensina e da pesquisa*".

Segundo Toledo (2013, p. 22)

> "O padrão tradicional de intervenção na área urbana pode ser caracterizado, a priori, pelo forte cunho tecnocrático em suas práticas, presença marcante dos interesses imobiliários e vinculados à acumulação urbana, e ausência de possibilidades de participação cidadã na cunhagem das políticas públicas ofertadas. É com esse ambiente que, dicotomicamente, Anhaia Mello dialoga e, certamente, é nele que desenvolve as bases de seu pensamento urbano que, por décadas, influenciou os modelos de intervenção difundidos pelo Estado de São Paulo[2]."

[2] Por mais que houvessem intenções de promover a participação da população no planejamento urbano, essencialmente a intervenção realizada pelo PPDI se deu conforme supracitado.

O principal objetivo do PPDI era a implantação de novos eixos viários, tendo em vista desafogar o centro tradicional de Campinas, visto que, o mesmo encontrava-se saturado em virtude de um intenso processo de urbanização. Outra característica notável do PPDI é a pouca ou quase nenhuma dedicação as áreas periféricas da cidade. Em contraste com o alto número de loteamentos aprovados em Campinas, grande parte do segmento de baixa renda ainda não conseguia alcançar o mercado formal, intensificando a construção de favelas e aumentando o número de ocupações.

Em 1990 é aprovada a Lei Orgânica Municipal – LOM e, em 1991, a Lei Complementar nº 02 de 1991, que dariam origem ao conhecido Plano Diretor de 1991. Este seria fundamental no sentido de dar voz a princípios e instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988, principalmente no que concerne à função social da cidade/propriedade e à participação social na gestão urbana (CAMPINAS, 2006, p. 9).

O Plano Diretor de 1991 foi elaborado durante a gestão do Prefeito Jacó Bittar (1989-1992)[3]. Diferentemente do PPDI, este é bem menos volumoso, mas ainda aborda uma grande quantidade de pautas que seriam posteriormente excluídas no Plano Diretor de 1996, como por exemplo: saúde, educação, promoção social, cultura, turismo, esportes e segurança pública.

De acordo com Campinas (2006, p.9)

> "O Plano Diretor de 1991 não corresponde ao discurso do urbanismo tecnicista, como o anterior, mas sim à vertente social da questão urbana, tendo uma abordagem científica estrutural e conjuntural das políticas públicas. Procurou incorporar a tendência de maior autonomia político-administrativa dos municípios (...)"

Segundo Silva (2010, p. 82), o Plano Diretor de 1991 foi guiado com base em três premissas: "*(...) resgatar a capacidade de gestão da prefeitura, a descentralização da administração pública e a participação da comunidade (Lei Complementar nº 04/96).*"

O Plano Diretor de 1996, denominado de "plano de revisão" foi instituído pela Lei Complementar nº. 04 de 17 de janeiro de 1996. Neste plano, foi dada continuidade à ideia de construção de um plano participativo, que se deu de maneira geral através de audiências públicas. Segundo Silva (2010, p. 83): *"(...) visou orientar principalmente o planejamento e a definição de políticas públicas voltadas à definição*

[3] Detalhes sobre início e fim dos mandatos de todos os prefeitos da história de Campinas, consultar quadro de prefeitos no Anexo A.

e indução do processo que urbanização que estava se dando de maneira desordenada(...)".

Sua elaboração se deu em meio a gestão do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (janeiro de 1993 - fevereiro de 1996), tendo sido realizada quase que inteiramente pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente – Seplama, contando com auxílio de outras repartições da Prefeitura Municipal e consultorias externas para trabalhos específicos.

Cabe por último destacar a efetivação dos Planos Plurianuais de Investimentos – PPAs para Campinas, a partir de 1994, realizados a partir de então em quadriênios. A única observação a ser feita é a divergência existente entre os chamados macro objetivos propostos nos PPAs e os dos Planos Diretores.

Por fim, haveria ainda a formulação do Plano Diretor de 2006. Instituído pela Lei Complementar nº 15 de 27 de dezembro de 2006 e construído durante a gestão do Prefeito Hélio de Oliveira Santos, constituiu-se como uma revisão do Plano Diretor de 1996, tendo sido mantidos diretrizes, fundamentos, bem como alguns desafios a serem superados, deixados como um legado negativo do plano anterior.

Silva (2010, p. 90), aponta alguns problemas críticos do PD-1996, que mesmo após uma década se mantiveram sem alterações, e serviriam como elementos norteadores do conceito de planejamento urbano que seria aplicado dali em diante:

> "(...) observa-se mais uma vez a constatação do centro da cidade como uma região de acentuado processo de saturação e excessiva concentração de atividades terciárias; o adensamento urbano continua a ocorrer de forma dispersa no município (...) a presença de favelas e ocupações irregulares sem saneamento básico (...) habitações de interesse social situadas fora da malha urbana consolidada; e o avanço da área urbana sobre áreas de preservação ambiental."

Durante a elaboração do PD-2006 o Poder Público tentou de diversas maneiras estabelecer um vínculo com a população da cidade, em alguns momentos se utilizando de jornais, banners, cartazes, *e-mails* e até mesmo um banco de dados e informações implementado no *site* da Prefeitura Municipal de Campinas. Também foram realizadas conferências, plenárias regionais e reuniões, com participação direta de representantes da sociedade civil (SILVA, 2010).

De maneira geral pode-se afirmar que o PD-2006 não se restringiu apenas à questão físico-territorial, ou seja, considerou o espaço urbano como algo muito mais profundo e complexo. Preocupou-se em debater também pautas econômicas e sociais

e possibilitou uma interação da população com o Poder Público Municipal em uma intensidade nunca antes observada.

2. A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE CAMPINAS NO CONTEXTO DOS PLANOS URBANÍSTICOS

2.1 Políticas de Planejamento Urbano na Primeira República

A última década do século XIX é bastante importante para a cidade de Campinas, primeiramente por uma questão histórica, já que em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a república e, em segundo lugar, porque três surtos de febre amarela assolariam a cidade, causando um número expressivo de mortes e um extremo desgaste econômico. Estes eventos não eram novidades ao se tratar do setor da saúde na cidade, pelo contrário, viriam a corroborar a tese da incapacidade do poder público – em especial as autoridades sanitárias – em combater doenças que claramente se propagavam a partir da falta de infraestrutura sanitária, como foi o caso de um surto de varíola que ocorreu em Campinas no início da década de 1870 (CARVALHO, 1991).

A cidade de Campinas enfrentou duas crises urbanas relevantes: a primeira ocorreu a partir de 1870, antes ainda da proclamação da república, se estendendo até 1930. A segunda crise viria a ocorrer de maneira transicional a partir de 1930 e se estenderia até 1950 (CARVALHO, 1991).

A primeira crise urbana, atrelada aos graves problemas sanitários da cidade em seus primeiros vinte anos, teria como pano de fundo uma sociedade em transformação. As mudanças se dariam em diferentes setores. Uma sociedade essencialmente escravista passaria a conviver com a introdução do trabalho livre, principalmente via imigração europeia. Obras de infraestrutura se tornariam cada vez mais frequentes, principalmente aquelas visando atender ao complexo cafeeiro, como por exemplo a instalação de ferrovias. Também estiveram presentes no mesmo contexto o telégrafo, a iluminação a gás e o serviço postal.

De acordo com Santos (2002), as duas últimas décadas do século XIX juntamente com a primeira do século XX mudaram a história da urbanização campineira. Obras de infraestrutura e serviços públicos serviriam como forma de consolidar a estrutura de uma cidade bancada quase que integralmente por uma economia cafeeira agroexportadora.

A última década do século XIX na cidade de Campinas, além de marcada pelos surtos epidêmicos de febre amarela[4], foi também palco da proliferação de construções baratas e extremamente precárias. Os cortiços são a principal representação desse momento. Esse também foi o período em que planos sanitários foram realizados pelo poder público, a fim de tentar solucionar os problemas dos surtos epidêmicos que vinham castigando a cidade.

Carvalho (1991) afirma que os planos sanitários implementados no final do século XIX não tiveram outra função senão sanar o problema dos surtos epidêmicos. A renda do operariado urbano se manteria extremamente baixa e a miséria continuaria sendo parte importante do cenário de grande parte dos habitantes de Campinas.

Apesar dos questionamentos relacionados aos planos sanitários, em torno do quanto teriam trazido de benefícios para a cidade, é inegável que contribuíram diretamente para a recuperação econômica local. As obras públicas foram importantes no sentido de reconduzir a cidade ao papel central que obtinha dentro do sistema urbano. Perversamente, o investimento do poder público na saúde, ao invés de representar algum tipo de benevolência para com a população pobre, transparecia aos poucos a verdadeira intenção: dar condições mínimas de saúde a determinados grupos sociais, cuja capacidade de trabalho necessitava ser preservada, a fim de atender as necessidades da economia cafeeira (CARVALHO, 1991).

Segundo Carvalho (1991, p. 33)

> "Naquele momento, a dinâmica urbana estava voltada, prioritariamente, para a estruturação da rede urbana paulista, ou seja, é o mercado definido por esta rede que interessa e não a promoção do desenvolvimento interno de uma determinada cidade. De um lado, a "economia urbana" estava estruturada em função do complexo cafeeiro e, de outro, a afluência de trabalhadores livres para a cidade foi devida aos excedentes de mão-de-obra concentrados no campo, devido à imigração. "

De acordo com Campinas (2015): "*A função de governo municipal no Brasil foi desempenhada por sucessivas instituições que variaram na forma de organização, autonomia e nas suas competências [5](...)".* No caso de Campinas ela existe desde 1798, assim que se desmembrou da Vila de Jundiaí e deixou de ser Freguesia de

[4] A pior epidemia de febre amarela já registrada em Campinas eclodiu em fevereiro de 1889. Contabilizando mortes e habitantes que deixaram a cidade, a população foi reduzida de 50.000 habitantes em 1888 para 5.000 habitantes no fim de 1889 (KROGH, 2012, p. 65).
[5] Consultar Anexo B.

Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso e passou a ser denominada de Vila de São Carlos (CAMPINAS, 2015).

A partir de 1892, com a promulgação da Lei estadual nº 16 de 1891, é implantada uma nova organização na estrutura política do município de Campinas, a Intendência Municipal, esta atuando em conjunto com uma Câmara de Vereadores. Somente em janeiro de 1908 Campinas passaria a ter seu primeiro prefeito, que foi Orozimbo Maia (CAMPINAS, 2015; SANTOS, 2002).

Durante todo o período da República Velha Campinas foi regida pela prática política do coronelismo, em um ambiente caracterizado por uma estrutura social pouquíssimo flexível, em que uma oligarquia local exercia sua hegemonia política, tomando todo e qualquer tipo de decisão sem intervenções da burguesia, do proletariado ou qualquer outra classe social existente (SANTOS, 2002).

Segundo Villaça (2015), desde o final do período imperial e durante toda a República Velha, a expressão *embelezamento urbano* foi a mais utilizada nas discussões internas das administrações municipais em torno da questão urbana, ou seja, se tratava de uma proposta da classe dominante para as cidades de maneira geral. Consolidava-se então para o autor um planejamento de caráter altamente ideológico, isto é, utilizado segundo intenções de manutenção e reafirmação do poder do Estado e da classe dirigente capitalista.

Conforme aponta Carvalho (1991), Campinas, durante a década de 1920 foi um ambiente construído em primeiro lugar para a produção e em segundo lugar para o consumo, porém, a partir de 1910 apresentou um enfraquecimento significativo no comércio e até o fim dessa década, que viria a se aproximar da estagnação. A década de 1920 em Campinas foi marcada por uma característica que Semeghini (1988) denominou de “rush cafeeiro”. Entre o início e a metade da década de 1920 a cidade sofreria uma redução no seu número de pés de café. Passaria de 28,5 milhões de pés de café em 1921 para 24,1 milhões na metade desta década. A partir de 1925 a produção retomaria o crescimento e até o fim da década de 1920 atingiria a marca de 25,5 milhões de pés de café. A partir de 1930, com a eclosão da crise econômica mundial de 1929 a produção começaria a cair em níveis drásticos, chegando em 1938 a ter apenas 9 milhões de pés (SEMEGHINI, 1988, p. 83).

Não apenas a estrutura agrícola sofreria transformações. A estrutura agrária também passaria por mudanças relevantes. Em 1920 as menores

propriedades agrícolas[6] representavam 46% do total de estabelecimentos, mas, ocupavam apenas 6% da área total, enquanto que as grandes propriedades, que representavam menos de 20% do total de estabelecimentos absorviam cerca de 75% da área total[7].

Tabela 1 – Campinas – Evolução da Estrutura Fundiária – Área em hectares

Área	1905	%	1920	%	Variação Percentual
	Nº de Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos		
Até 41	252	39,3	391	46,7	55
De 41 a 200	213	33,2	282	33,7	32,4
De 200 a 1000	150	23,4	145	17,3	-3,3
Mais de 1000	26	4,1	19	2,3	-26,9
Total	641	100,00	837	100,00	30,6

Fonte: Adaptado de SEMEGHINI, 2006, p. 73

Em meio ao mesmo cenário, um processo industrializante encontrava-se em pleno vapor e concomitantemente se faziam presentes os fenômenos de expansão e valorização das terras urbanas. Dessa forma, se tornava necessário um recondicionamento da infraestrutura local, a fim de atender às novas exigências do capital, proveniente da expansão industrial. A estrutura urbana naquele contexto era mantida ainda segundo as práticas provenientes dos planos sanitários, isto é, uma estrutura ineficiente perante as necessidades impostas pela instalação de novas indústrias (CARVALHO, 1991, p. 40).

[6] Considerar todas as culturas agrícolas, não apenas o café.
[7] Apesar da desiguldade expressiva, evidente nos números (Ver tabela 1), Semeghini (1988) alerta para as transformações que ocorriam entre os anos 1905 e 1920, de aumento do número de pequenas propriedades (até 41 ha) e de médias (de 41 a 200 ha) e a queda do número de grandes propriedades (de 200 a 1000 ha e de mais de 1000 ha).

Figura 1 - Fábrica de Chapéus Cury, Campinas, SP, 1919

Fonte: Extraído de CARVALHAIS, 2000

O final dos anos 1920, além de representar historicamente o eminente fim da Primeira República, no contexto específico da cidade de Campinas expôs um afloramento dos interesses imobiliários como nunca havia acontecido antes na cidade. A origem dos interesses era bastante diversificada, não partiam apenas de imobiliárias e proprietários, mas também de outros setores ligados de alguma forma ao setor imobiliário e também da própria classe política, esta que seria fundamental para consolidar este projeto (CARVALHO, 1991).

2.2 Plano de Melhoramentos Urbanos: a dinâmica urbana em Campinas no período 1938-1970[8]

Para a compreensão da dinâmica e da nova morfologia urbana que viria a se desenvolver na cidade de Campinas entre 1930 e 1970, é imprescindível se situar perante o contexto econômico em que se inseria o complexo cafeeiro durante a década de 1920 e no início da década de 1930, após a eclosão da crise econômica de 1929.

Segundo Cano (2012), a década de 1920 e a passagem para a década seguinte representam um processo de transição econômica e social, em que se parte de um modelo primário exportador em direção a um novo padrão de acumulação, denominado por tal autor como *crescimento para dentro*. Tal padrão de acumulação seria desenvolvido a partir da crise de 1929 e da Revolução de 1930. Este processo de transição representaria, portanto, a passagem de um padrão de acumulação já em crise, caracterizado pela grande predominância do complexo cafeeiro, para um novo padrão, o da industrialização.

Dessa forma, Rodrigues (2008, p. 58) afirma que:

> "(...) a distensão do complexo cafeeiro compreende um momento em que o café já não é mais a atividade prevalente, ao mesmo tempo em que os outros elementos do complexo (agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, atividade industrial, desenvolvimento e ampliação do sistema de transportes, ampliação de atividades geradoras de infra-estrutura, etc) se expandem e/ou se consolidam, produzindo uma estrutura econômica urbana mais complexa e diversificada".

Juntamente com as regiões do Vale do Paraíba, Sorocaba e Ribeirão Preto, Campinas exercia um papel importante no processo de expansão industrial no Estado de São Paulo. Esta expansão só viria a ocorrer em função do capital cafeeiro. Era

[8] É unanimidade que a data oficial de aprovação do Plano de Melhamentos Urbanos de Prestes Maia é de abril de 1938, por meio do ato 118, porém, começou a ser elaborado em 1934. Há inclusive análises mais profundas, como faz Rodrigues (2008), considerando um espectro um pouco mais amplo, possível de se observar no título do capítulo 2 de sua tese de doutoramento: "À Princesa-D'oeste uma ode ao progresso: industrialização, modernização e a longo duração do Plano De Melhoramentos Urbanos de Campinas (1930-1970)". Em relação à "aposentadoria" do Plano de Melhoramentos Urbanos há uma certa divergência entre diversos autores no que diz respeito às datas. Rodrigues (2008), afirma que seu período de atuação só se encerra com a emergência do PPDI-1971. Bisneto (2009), utiliza o ano de 1961 como referência para o fim do Plano de Prestes Maia. Prado e Rubino (2011), se utilizam da mesma delimitação proposta por Badaró (1986), ou seja, o ano de 1962.

comum que fazendeiros investissem seus lucros diretamente em indústrias, ou, indiretamente quando seus lucros se deslocavam pelo sistema bancário. (CANO, 1981, p. 143 apud RODRIGUES, 2008, p. 58).

Campinas viria a se tornar no final da década de 1930 a cidade mais industrializada do Estado de São Paulo, superando Sorocaba, que era até então a cidade que detinha a liderança neste quesito. Em 1928, Campinas possuía 9,7% do total de operários ocupados na indústria de transformação do estado de São Paulo, enquanto Sorocaba detinha 12,5% dos operários ocupado neste mesmo setor. Em 1937, a situação se inverte e Campinas passaria a ter 11,2% dos operários ocupados na indústria de transformação do Estado de São Paulo e Sorocaba passaria a registrar 8,5% diante do mesmo índice (NEGRI, 1996, p. 82 apud RODRIGUES, 2008, p. 60).

Ainda tratando sobre os mesmos aspectos relacionados à expansão industrial, o desenvolvimento do espaço urbano campineiro e a crescente procura pelo setor imobiliário, Rodrigues (2008, p. 64) faz a seguinte análise a respeito da década de 1930 na cidade de Campinas:

> " (...) período em que a cidade passa por inúmeras transformações urbanas, visível no movimento da construção civil e na dinâmica de abertura de loteamentos, bem como no incremento de população, (especialmente de força de trabalho requerida pela industrialização), cuja demanda habitacional esses novos empreendimentos que aqueciam o mercado da construção civil visavam suprir".

Naquele momento, uma característica importante de se destacar no que tange a respeito da gestão do poder público era a grande destinação dos rendimentos na expansão de serviços de águas e esgotos. Desde o período dos surtos de febre amarela no final do século XIX, Campinas traria como legado a preocupação com as questões sanitárias da cidade. Além disso, a cidade enxergava de maneira explícita o amplo desenvolvimento industrial, as mudanças na dinâmica urbana – principalmente a respeito do grande aumento do número de loteamentos aprovados – e mudanças na divisão social do trabalho, culminando então com a contração de um plano urbanístico, que viria a eliminar traços de uma morfologia já ultrapassada.

O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, colocado em exercício no ano de 1938, e elaborado por Francisco Prestes Maia, foi o primeiro plano a tratar do ordenamento urbano da cidade. Para que o Plano pudesse ser posto em atividade no ano de 1938, o engenheiro e urbanista Francisco Prestes Maia já trabalhava no

mesmo desde 1934 quando havia sido contratado pelo Poder Executivo, após inúmeras reclamações de técnicos e engenheiros da Repartição de Obras e Viação.

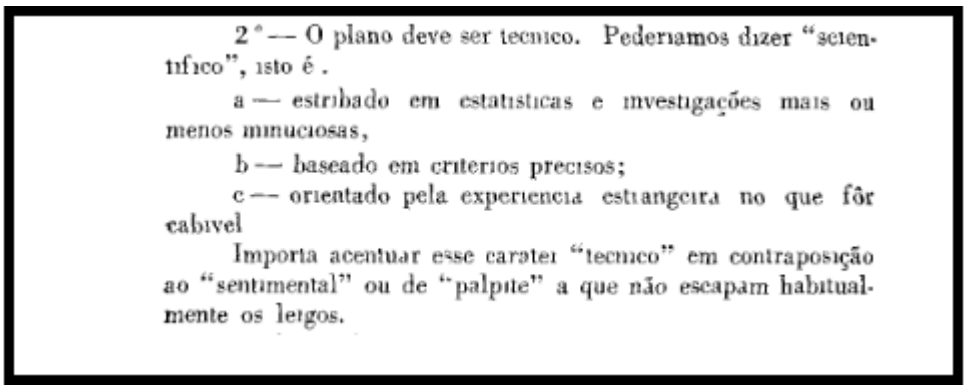
Rodrigues (2008) mostra que a contratação do Plano de Melhoramentos Urbanos viria a responder aos anseios do poder econômico e político local, mormente os setores industrial, imobiliário e de transportes, que eram até então os três setores dominantes da economia campineira durante a década de 1930.

A partir da década de 1930 começaria a se desenvolver no Brasil uma visão – e posteriormente discurso -, de que os problemas que se manifestavam com frequência nas cidades eram consequência de seu crescimento caótico, ausente de planejamento e que um planejamento “integrado” ou de “conjunto”, regidos por técnicas e métodos precisos, seria fundamental para eliminá-los. Essa era, e ainda é, a essência da ideologia do planejamento. As classes dominantes imporiam suas interpretações a respeito das origens dos problemas, fossem eles habitacionais, de transportes, de saneamento ou ambientais, bem como proporiam sobre o papel do planejamento urbano em combatê-los, porém, o que fariam de fato era ocultar os verdadeiros problemas, facilitando assim sua dominação (VILLAÇA, 2015, p. 183).

Novamente, ainda acerca do mesmo assunto, Villaça (2015) certifica que a ideologia pode ser compreendida como um conjunto de ideias fundamentais criadas pela classe dominante, com o pretexto não somente de facilitar a dominação, mas também de ocultá-la. Segundo Chauí (1980, p. 34): “(...) a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (...) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam”. Villaça (2015) por fim, se apropria deste conceito para dizer que no caso do Planejamento Urbano as entidades a destacar seriam a razão, a ciência e o Estado.

A respeito da ideologia do planejamento proposta por Flávio Villaça, em meio a termos como “científico”, “racional” e/ou “técnico”, a Figura 2, que é um excerto de um termo de referência enviado à Prefeitura Municipal de Campinas no ano de 1934, assim que se dá a contratação de Francisco Prestes Maia para a elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos, serve para ilustrar tal postura.

Figura 2 – Excerto retirado de um Termo de Referência enviado à Prefeitura Municipal de Campinas no ano de 1935, a respeito da elaboração do Plano de Melhoramentos Urbanos



2.º — O plano deve ser tecnico. Poderiamos dizer "scientifico", isto é.

a — estribado em estatisticas e investigações mais ou menos minuciosas,

b — baseado em criterios precisos;

c — orientado pela experiencia estrangeira no que fôr cabivel

Importa acentuar esse caracter "tecnico" em contraposição ao "sentimental" ou de "palpite" a que não escapam habitualmente os leigos.

Fonte: Rascunho de Exposição Preliminar de 1935

Segundo Rodrigues (2008), o Plano de Melhoramentos Urbanos assumia como meta agregar alguns fatores: a construção de avenidas largas, grandes e de trânsito rápido, que serviriam para interligar bairros que começavam a surgir nas cercanias ao centro urbano; implantação de edifícios públicos modernos; ordenamento sobre as maneiras de uso e ocupação do solo e, por último, o aprimoramento dos custos de deslocamento e reprodução do capital.

O plano deveria abordar os principais aspectos gerais da vida da população da cidade, mas, teria de dar amplo destaque aos aspectos materiais. Francisco Prestes Maia afirmava que o Plano de Melhoramentos Urbanos não poderia se resumir a um “plano de ruas”, ou seja, todos os aspectos relacionados ao meio urbano da cidade de Campinas deveriam ser abarcados. De acordo com o engenheiro-urbanista deveria-se tratar do “urbanismo” em seu sentido *lato*. (ARQUIVO MUNICIPAL, 1936, p.89). Flávio Villaça diria mais tarde que sobre o suporte dos planos de embelezamento nasceria o planejamento *lato sensu* brasileiro (VILLAÇA, 2015, p. 193).

Apesar de o Plano de Melhoramentos Urbanos ter proposto lidar com questões urbanas, as mais amplas e complexas possíveis, na prática não foi exatamente o que se concretizou. Independentemente de qualquer crítica, se tornou um marco, já que, foram ampliadas medidas de fiscalização, buscou-se a ocupação do solo urbano de maneira mais racional, soluções foram aplicadas às questões

sanitárias que durante décadas foram algozes da população campineira e houve a readequação da estrutura viária.

Segundo Prado e Rubino (2011) a aparência e o visível sempre foram elementos muito presentes na maneira burguesa de produzir o espaço urbano, tanto no que tange às formas em si, quanto à ideia extrema de que determinados tipos sociais possam ser indesejáveis, o que frustraria então um determinado padrão estético almejado pela burguesia.

Durante toda a década de 1930 – período de produção e implementação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas – tal postura esteve fortemente presente na cidade. Em 1934 os cortiços ainda eram um problema frequente, expunham dados alarmantes acerca da precariedade das habitações. Um relatório do ano de 1938 sobre os trabalhos realizados pela prefeitura, obteve os seguintes dados sobre 46 cortiços: havia em torno de 1.000 famílias, representando cerca de 4.000 pessoas, viviam em habitações que apresentavam um banheiro para cada seis famílias, um chuveiro para cada 10, uma pia para cada 20, um tanque para cada 3,5 e um fogão para cada 3 (ARQUIVO MUNICIPAL, 1940, p. 60 apud PRADO e RUBINO, 2011, p. 13)

Prado e Rubino (2011, p. 14) afirmam que:

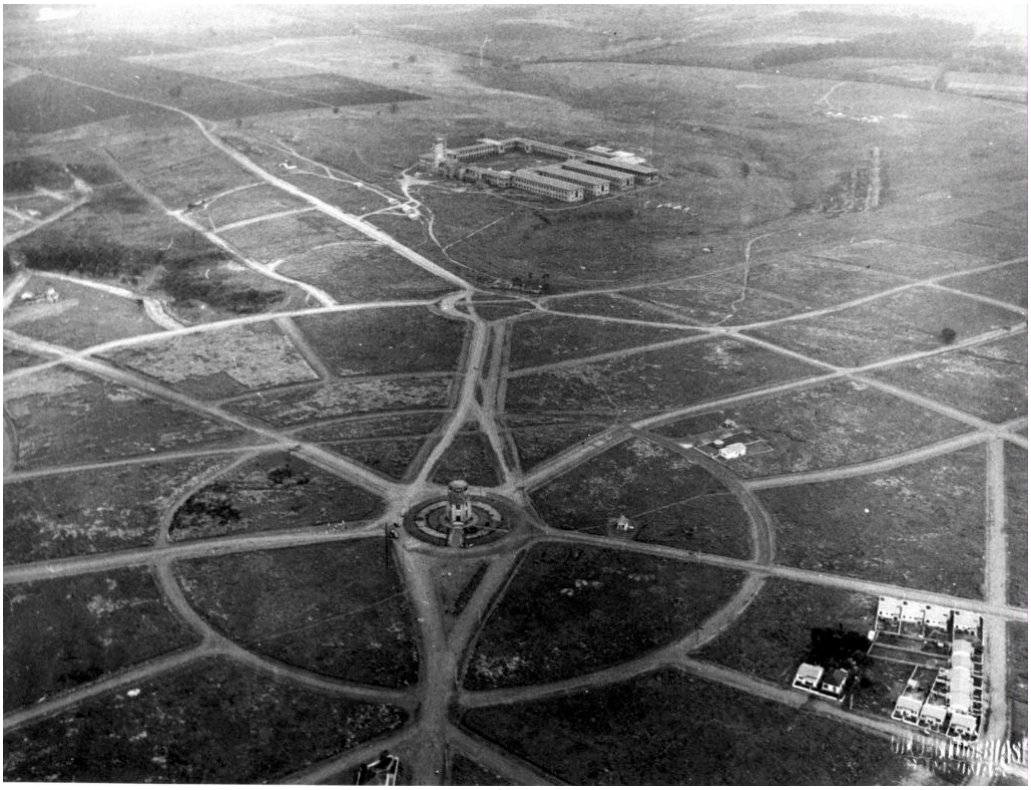
> "A intenção de organizar e racionalizar o espaço não é simplesmente um esforço para pôr em ordem aquilo que está em estado caótico. Trata-se de um ato de força exercido pelas classes dominantes, pelas elites intelectuais, no sentido de estender sua visão de mundo àqueles que dela não partilham. Partindo do pressuposto de que sua visão não é apenas *uma* visão, mas a expressão da natureza humana, a burguesia vê como absolutamente justificável e imprescindível, a homogeneização do espaço higienizado e ordenado, como realização estética e condição para a reprodução de seu capital."

A modernidade, a racionalidade e a estética, elementos tão presentes na concepção de planejamento urbano que engloba o Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, passariam a ser representados de forma concreta no território urbano da cidade logo no início da década de 1940. Obras como a construção da Torre do Castelo d'Água, o prédio do Fórum Municipal, o prédio dos Correios, o alargamento das avenidas Campos Sales e Francisco Glicério e posteriormente a demolição da Igreja do Rosário e remodelação do Largo do Rosário seriam os expoentes do modelo de planejamento urbano engendrado por Francisco Prestes Maia para a cidade de Campinas.

A Torre do Castelo d'Água, denominada nos tempos atuais de "Torre do Castelo", localizada no alto da Avenida Andrade Neves e inaugurada no ano de 1940, foi um símbolo importante de representação da concepção de Planejamento Urbano do momento, que tanto almejava uma cidade "moderna". A Torre foi inaugurada como parte de uma ampliação do sistema de adução e distribuição de água na cidade, que serviria para atender à uma demanda que já perdurava por duas décadas, dos bairros que vinham surgindo nos arredores na cidade (RIBEIRO, 2007, p. 23).

De acordo com Ribeiro (2007), o desenho arquitetônico da Torre – ou "Templete" como o próprio Francisco Prestes Maia sugeria - apresentava um estilo monumental e uma localização estratégica no tocante à visibilidade da cidade. Isto indica que além de exercer importante função de abastecimento de água, a torre havia sido concebida com a intenção de servir de mirante, isto é, para que dali de cima a cidade pudesse ser apreciada, principalmente em função dos novos traçados urbanos que surgiam à sua volta e das vias de ligação entre o centro urbano e os novos bairros que começariam a surgir na chamada região alta da cidade.

Figura 3 – Vista aérea do Jardim Chapadão: ao centro encontra-se a Torre do Castelo – Década de 1940



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Campinas

A partir dos anos 1940, a população de Campinas sofreria aumentos significativos em seu contingente populacional, paralelamente a um movimento de franca expansão da urbanização. Em 1940 a população total da cidade era de 129.940 habitantes, enquanto que em 1950 era de 152.547 habitantes (CAMPINAS, 1998). A população urbana em 1940 era de 84.055 habitantes, crescendo para 106.834 habitantes em 1950 (RODRIGUES, 2008, p. 84).

Em termos mais específicos, Rodrigues (2008) faz uma importante análise do grau de urbanização de campinas em três momentos (1934,1940 e 1950) e posteriormente compara os dados colhidos sobre o mesmo quesito para o conjunto do Estado de São Paulo como um todo. Em 1934, o grau de urbanização em Campinas era de aproximadamente 52%, enquanto que para o conjunto do Estado era de 36,75%. Em 1940 o grau de urbanização em Campinas era de 64,69%, enquanto que para o conjunto do Estado de São Paulo era de aproximadamente 44,2%. No ano de 1950 o grau de urbanização em Campinas era de 70%, contra 52,6% no Estado de São Paulo.

Dessa forma, pode-se estabelecer o entendimento de que Campinas viveu um processo de urbanização bastante precoce, além de que, - confirmando o panorama discutido anteriormente – esteve situada em um contexto de um desenvolvimento urbano-industrial dotado de mais recursos, em comparação com o conjunto do Estado de São Paulo (RODRIGUES, 2008, p. 84).

Diante do cenário no qual estava inserida a cidade de Campinas naquele período, envolvendo elementos extremamente dinâmicos – o crescimento populacional e o processo urbano-industrial – seria incoerente não realizar uma análise a respeito da maneira como se comportava a população em termos de deslocamento, ou seja, de que forma ela circulava pelo espaço. Automaticamente cria-se dessa forma um *link* com os meios de transportes – principalmente os transportes coletivos - que seriam a representação do principal elemento a compor esse processo urbano-industrial durante a década de 1940.

Desde a década de 1930 até a década de 1950 o sistema de transporte coletivo de Campinas teve o bonde majoritariamente como o principal meio de transporte a atuar na circulação de pessoas, o que levou Rodrigues (2008) a afirmar que, este seria fundamental no sentido de compreender as mudanças na morfologia urbana e na distribuição da população no território do município.

Rodrigues (2008), em sua tese de doutoramento, expõe dois quadros que mostram quantos passageiros circularam em cada linha de bonde em específico nos anos 1936 e 1950. Através da análise dos números fornecidos e da malha urbana, foi possível apreender quais locais demandavam mais o transporte coletivo, ou seja, possibilitou organizar espacialmente a distribuição da população pelos diversos bairros da cidade.

Figura 4 – Bonde da linha nº08 – Bonfim - Novembro de 1946

Fonte: Portal Tramz – de Allen Morrison / Fotografia de Carlheinz Hahmann – Disponível em: http://www.tramz.com. Acessado em set. 2016.

A Tabela 2 apresenta os dados referentes ao movimento de bondes em Campinas em 1936, especificando o número de passageiros que passou por cada uma das noves linhas existentes durante todo aquele ano. Ao todo, durante todo o ano de 1936, 7.815.173 passageiros circularam pelos bondes da cidade (ARQUIVO MUNICIPAL, 1938, p. 138 apud RODRIGUES, 2008, p. 87). As linhas “Vila Industrial”, “Guanabara”, “Botafogo” e “Bonfim” foram as que obtiveram maior número de passageiros em circulação, visto que, estes bairros - cuja denominação era a mesma dada as linhas de bonde – eram compostos por um número significativo de

loteamentos populares e vilas operárias. Atendiam, portanto, a necessidade de deslocamento dessas pessoas de seus bairros ao trabalho e também em direção ao centro, local que se especializava nos setores comercial e de serviços. (BADARÓ, 1986, apud RODRIGUES, 2008, p 87).

Tabela 2 – Movimento de Bondes em Campinas – 1936

Linhas	Nº de Passageiros
Guanabara	1.380.869
Vila Industrial	1.426.023
Botafogo	992.845
Cambuhy	1.272.642
Av. da Saudade	617.011
Ponte Preta	336.535
Bonfim	915.610
Estação	485.483
Praça Proença	388.155

Fonte: Adaptado de ARQUIVO MUNICIPAL, 1938 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 87

Em 1950 passariam a existir doze linhas de bonde, três a mais do que em 1936. Por meio da soma total de passageiros registrados nos dados da Tabela 3, chega-se ao número de 20.490.932 passageiros que circularam de bonde na cidade de Campinas durante o ano de 1950. Novamente as mesmas linhas que haviam se destacado na Tabela 2 quanto ao volume de passageiros transportados se destacam novamente na Tabela 3, referente ao ano de 1950, porém, em um cenário com algumas mudanças. As mais importantes haviam sido: a inclusão de uma nova linha para o bairro Vila Industrial, a linha “Av. Saudade” passaria a se destacar, diferentemente do período anterior e uma nova linha, que não existia em 1936 estava em funcionamento em 1950, a linha “Castelo” (ARQUIVO MUNICIPAL, 1938; RODRIGUES, 2008).

Tabela 3 - Movimento de Bondes em Campinas – 1950

Linhas	Nº de Passageiros
Vila Industrial	2.106.627
Vila Industrial	2.078.178
Guanabara	2.306.127
Taquaral	847.226
Estação	956.286
Cambuí	1.334.878
Cambuí	1.678
Bonfim	3.219.984
Botafogo	2.060.244
Castelo	1.357.942
Av. Saudade	2.537.309
Bosque	1.684.453

Fonte: Adaptado de RODRIGUES, 2008, p. 90

Os dados apresentados a respeito da quantidade de passageiros em circulação pelos bondes em Campinas, em 1936 e 1950, servem não apenas para ilustrar e/ou dimensionar um determinado cenário, mas principalmente para compreender o complexo processo de espacialização da população, que não ocorre simplesmente ao acaso.

É possível afirmar a partir da Tabela 2 que em 1936 a população campineira se concentrava de maneira intensa em bairros contíguos ao centro, ou seja, estavam próximos das principais plantas industriais da cidade. No caso da Tabela 3, referente ao ano de 1950, chega-se à conclusão de que havia uma forte tendência a habitar bairros mais afastados do centro, principalmente pela criação da linha “Castelo” e pelo aumento vertiginoso do fluxo de pessoas na linha “Av. Saudade” entre 1936 e 1950.

2.2.1 Implantação da 2ª fase do Plano de Melhoramentos Urbanos

De acordo com Oliveira e Reis (2011), a urbanização no Brasil teve o seu ápice na década de 1950, fruto em grande parte do estágio em que se encontrava o desenvolvimento da indústria nacional. Em Campinas a situação não era diferente, já era possível observar através da paisagem um processo de verticalização em fase de efetivação.

O Edifício Itatiaia, ilustrado na Figura 5, foi um marco para o processo de verticalização da cidade de Campinas. Foi construído logo após a promulgação da Lei nº 640 de 28 de dezembro de 1951, que de forma pioneira instituía as primeiras zonas residenciais exclusvas em Campinas. Este edifício foi construído na Avenida Irmã Serafina, em frente à Praça Carlos Gomes. É considerado o primeiro edifício residencial fora do centro da cidade e constitui-se como única obra do arquiteto Oscar Niemeyer em Campinas, dotada de registro oficial. (LEME; SALGADO, 2009, p. 22)

Figura 5 – Edifício Itatiaia em Construção – 1954

Fonte: Acervo MIS. Extraído de Leme e Salgado (2009)

De acordo com Rodrigues (2011, p. 139):

> "Sem dúvida alguma a década de 1950 é alegórica da radicalidade da intervenção urbana proposta pelo Plano de Melhoramentos Urbanos, visto que foi exatamente nesse momento que a velha malha do centro da cidade foi rasgada em grandes avenidas, viadutos, seu traçado retificado e suas praças remodeladas".

É fato conhecido que o período que compreende a segunda metade da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960 foi aquele em que se observou as mudanças mais drásticas na morfologia urbana de Campinas, principalmente na região central. Neste período consolida-se uma tendência que vinha se desenvolvendo desde a década de 1930, a de um planejamento urbano destinado a atender aos interesses do capital imobiliário e em um segundo momento aos interesses do capital do setor de transportes, quando os bondes entram em decadência e os automóveis e ônibus passam a ser os principais meios de locomoção entre o centro e os bairros mais afastados deste.

Baseado nesse aspecto, Semeghini (1991, p. 128 apud RODRIGUES, 2008, p.96) desenvolve a seguinte fala:

> "Finalmente, uma consequência marcante desse padrão de crescimento foi a mudança nas feições da cidade. Essa mudança se traduz fisicamente nos novos arranha-céus, avenidas e logradouros, por um lado, e no surgimento dos novos (e distantes) bairros e loteamentos populares. Socialmente, ela implicou numa crescente segregação espacial dos trabalhadores e das camadas de mais baixa rendas. Até os anos cinquenta, era comum a existência numa mesma área urbana de residências (e habitantes) de distintos níveis sociais e de rendas, embora é claro, já existissem bairros mais nobres[9]. A valorização intensa e especulativa desses terrenos expulsa dessas áreas a população pobre, que juntamente com o crescente contingente migratório passou a deslocar-se para as áreas mais distantes. Ao mesmo tempo, as áreas mais centrais vão sendo recicladas, com o impulso à verticalização".

O Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, dotado de grande quantidade de diretrizes, não representou na prática um avanço tão significativo conforme se espera ao se aprofundar nos relatórios, projetos e documentos oficiais. É nítido que sua implantação atendeu sobremaneira aos interesses do Poder Executivo local.

É bastante simples notar tal postura, ao se observar o posicionamento do engenheiro Francisco Prestes Maia em seu rascunho de exposição preliminar de 1935 sobre o que denominava de "*Bairros Industriaes''* na seção *"Assumptos Diversos"*:

> " Bairros Industriaes – O principal será localizado na faixa da Paulista, além do Armazém Regulador - onde serão facilmente servidos pelas 3 Estradas e pela rodovia. Distam pouco da cidade e, pela situação em relação aos ventos não enviarão sua fumaça sobre a cidade. Distando pouco da Vila Industrial, São Bernardo, etc, o recrutamento da mão-de-obra será fácil. A bôa distância da Estação Central convirá reservar logar para futura estaçãozinha suburbana (ou melhorar a existente), o que será útil quando a zona e principalmente a faixa ferroviária do município, estiverem suficientemente industrializadas e povoadas da população operária (...)" (MAIA, 1936, p. 108)

[9] Grifo do autor

Primeiramente, é interessante pontuar a ponderação do autor a respeito de que a fumaça – em referência a poluição – não adentraria a cidade[10], deixando também implícita a ideia de que tais locais seriam de certa forma indesejáveis. Em segundo lugar, Prestes Maia aponta como necessidade a aproximação da área industrial em relação às vilas operárias, já que estas concentravam o público que trabalhava nas indústrias, facilitando então o processo de deslocamento de pessoal (MAIA, 1936).

A concepção de planejamento urbano presente tanto no discurso quanto na prática do Plano de Melhoramentos Urbanos é precedida de um caráter extremamente excludente, desde o período de sua elaboração na década de 1930 até os anos 1960 quando o mesmo estaria em seu ápice. Medidas eram tomadas a todo custo para que a população pobre se mantivesse distante do centro da cidade, devendo-se considerar que, conforme a urbanização se expandia com extrema rapidez e da mesma forma o mercado imobiliário, o processo se tornava cada mais latente.

Nitidamente o Plano de Melhoramentos Urbanos – por intermediação do Poder Público - concedia privilégios ao trinômio capital imobiliário, capital industrial e capital do setor de transportes. Dessa forma, deixou um legado de precarização das políticas públicas e um forte endividamento (RODRIGUES, 2008, p. 98).

No que tange a renovação urbana do centro da cidade – que resultaria em uma crescente valorização imobiliária e uma intensa verticalização – o episódio mais marcante no período de vigência do Plano de Melhoramentos Urbanos foi a demolição da Igreja do Rosário em 1956. Ela se localizava na praça Visconde de Indaiatuba, atualmente conhecida como Largo do Rosário e dividia espaço com a Avenida Francisco Glicério, sendo que, um dos motivos da demolição, era justamente para que tal avenida pudesse ser alargada. Tal episódio é bastante representativo do que se previa com o projeto realizado por Prestes Maia ainda durante a década de 1930. Havia a ideia de que a cidade permanecia ainda com feições do período colonial e com uma morfologia ultrapassada, devendo-se ser substituída por uma mais moderna (RODRIGUES, 2011, p. 145).

Partindo do mesmo cenário, outra obra seria marcante como forma de entender o novo desenho urbano que se projetava em Campinas. Trata-se do Viaduto

[10] O termo “cidade” utilizado de forma isolada por Prestes Maia se referia ao centro da cidade.

Miguel Vicente Cury, nome do Prefeito em cuja gestão se deu a inauguração do local em 1963. Tal obra ocorre justamente em um momento em que o capital do setor de transportes estava em alta e exercia forte influência nas decisões politicas da época. Serviria para resolver o problema do transporte rodoviário intra-urbano, causado pela barreira física da ferrovia que dificultava a interligação do restante da malha urbana com a região da Vila Industrial, além de que, serviria como ponto estratégico para atender a demanda expressiva que surgia com a abertura de loteamentos na região sudoeste da cidade (RODRIGUES, 2008).

Entre as décadas de 1960 e 1970 Campinas registraria um crescimento estrondoso de sua população. Segundo o sumário de dados sobre a população de Campinas e Região, publicado pela Prefeitura Municipal de Campinas em 1998, a população passou de 219.303 habitantes em 1960 para 375.864 habitantes em 1970. A taxa de crescimento da população de Campinas entre 1960 e 1970 foi de 5,54 % a.a.

Ainda neste cenário, além de um acréscimo significativo sobre o contingente populacional campineiro entre 1960 e 1970, a urbanização também tomava a cena de maneira intensa, podendo-se considerar que ambos estavam intimamente interligados. Deve-se ressaltar ainda que a intensidade do processo de urbanização no período citado anteriormente foi muito superior em Campinas, em comparação com o conjunto do Estado de São Paulo. Enquanto Campinas apresentava 88,86% da população residindo no meio urbano em 1970, o conjunto do Estado registrava no mesmo ano 80,33% (RODRIGUES, 2008).

Nesse sentido Rodrigues (2011, p. 148), faz a seguinte análise:

> “(...) pode-se observar que, na década de 1960, a velocidade da expansão urbana que se processara desde o início da década de 1930 havia produzido o precoce envelhecimento do Plano de Prestes Maia, que já não era mais capaz de responder à complexidade e à escala dos processos sociais e urbanos que se produziam na cidade”.

O Plano de Melhoramentos Urbanos, datado oficialmente de 1938, permaneceu ativo por cerca de três décadas, tendo sido substituído definitivamente apenas em 1971, quando da emergência do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado durante a gestão do Prefeito Orestes Quércia.

2.3 Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) – 1971-1990: do Plano de Melhoramentos e Embelezamento para o Plano sem Mapa[11]

Após o esgotamento das possibilidades de atuação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, desenvolve-se o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI) no início da década de 1970 sob a administração do Prefeito Orestes Quércia. Foi elaborado pelo Grupo Executivo do Escritório de Planejamento (GEPLAN) e teve 80% dos gastos financiados pela SERFHAU[12] (SANTOS, 2002; BISNETO, 2009; CAMPINAS, 1971).

O PPDI foi elaborado num contexto histórico bastante conturbado, isto é, diante de um regime ditatorial que perduraria por mais de duas décadas após sua instauração. Considerando a postura política concernente a tal contexto histórico, deve-se ressaltar que em nenhum momento a elaboração deste plano foi aberta para participação Popular.

De acordo com Bisneto (2009, p. 98), "*consistia na apresentação de estudos e diagnósticos para as políticas públicas setoriais incluindo aspectos sócio-econômicos apreciados pela primeira vez na história da cidade*", mas que, segundo SCHNEIDER (2002, p. 23 apud BISNETO, 2009, p.98), *"o plano não se ocupou das áreas periféricas, omitindo-se em relação à região sudoeste, que já na época concentrava o maior contingente de população de baixa renda".* Schneider (2002) afirma ainda que o PPDI almejava o desenvolvimento de um novo eixo de expansão urbana e a ampliação do sistema viário.

Além do cenário político explicitado anteriormente, o contexto socioeconômico também merece atenção, visto que, sua composição estaria diretamente relacionada com a postura do poder público sobre o planejamento urbano, implícita no PPDI.

A partir de meados da década de 1970 começa a ocorrer um processo conhecido como *desconcentração industrial paulista*[13], em que a Região Metropolitana de São Paulo passaria a ter uma relativa descentralização de suas

[11] A expressão "plano sem mapa" é utilizada pelo arquiteto Flávio Villaça para designar um novo tipo de plano que surgiria no início da década de 1970, cujo conteúdo era composto majoritariamente por objetivos, políticas e diretrizes e contendo poucos mapas. Foi, segundo o autor, inventado pela classe dominante com a intenção de demonstrar que estaria cuidando do planejamento.
[12] Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Pertencia ao extinto Ministério do Interior.
[13] Betarelli Junior, Monte-Mór e Simões (2013) utilizam a expressão "interiorização da indústria" para se referirem ao mesmo processo.

indústrias, ou seja, haveria um deslocamento significativo destas para regiões do interior do Estado, como por exemplo as de Campinas, da Baixada Santista e de São José dos Campos (RODRIGUES, 2008; FUNDAÇÃO SEADE, 1988 apud MENDES; SAMPAIO, s. d.).

Segundo Mendes e Sampaio (s.d.), nesse contexto – principalmente em função do esvaziamento do campo - o contingente populacional de Campinas sofre um forte incremento. Campinas passaria a registrar em 1980 uma população de 664.559 habitantes. A taxa de crescimento populacional registrada nesse período foi de 5,86% a.a. (CAMPINAS, 1998, pp. 10-11).

Tabela 4 – Evolução da População do Município de Campinas – 1940-1996

Ano	População	Crescimento Absoluto	Crescimento Vegetativo	Taxa de Crescimento (% a.a.)
1940	129.940			
		22.607	21.244	1,62
1950	152.547			
		66.756	39.045	3,7
1960	219.303			
		156.561	58.706	5,54
1970	375.864			
		288.695	100.099	5,86
1980	664.559			
		183.036	151.050	2,24
1991	847.595			
		61.311	51.421	1,43
1996	908.906			

Fonte: Adaptado de Sumário de Dados – População de Campinas e Região – 1998 – p. 25

A respeito do processo de interiorização da indústria, explica Rodrigues (2008, p. 132):

> "(...) dentre os elementos mais importantes no desencadeamento do processo de interiorização da indústria assumem destaque as deseconomias de aglomeração[14], especialmente os custos do sistema de transporte de

[14]Segundo Dalberto & Staduto (2013, p.541): "As economias de aglomeração podem ser definidas como os ganhos econômicos advindos da concentração geográfica das atividades produtivas. Tais ganhos podem se manifestar de diferentes formas: através da difusão local do conhecimento, da redução dos custos logísticos, do surgimento de atividades complementares, do adensamento do mercado de trabalho, entre outros. Entretanto, as forças aglomerativas podem se comportar como uma parábola, atingindo um ponto de máximo, e a partir de então proporcionando deseconomias de

> cargas e de passageiros, os custos de infra-estrutura urbana, além das políticas restritivas à instalação de empreendimentos industriais na Região Metropolitana de São Paulo.

Durante o período 1970-1980 experimentou-se uma fluidez do território até então nunca vista anteriormente. Não à toa, o PPDI apresentava como característica marcante a intenção de criar inúmeras ruas, avenidas e rodovias. Pode-se dizer de maneira geral que foram priorizados os investimentos no setor viário. Como desdobramento de tal gestão, na década de 1980 emergiriam inúmeros loteamentos fechados e condomínios nas regiões norte e leste, enquanto que na região sudoeste conjuntos habitacionais eram construídos para os segmentos mais pobres da população, principalmente por ação da COHAB[15] (BISNETO, 2009).

Rodrigues (2008, p. 143) aponta que, "*o PPDI-1971 é sim uma peça jurídica que legitima a expansão urbana na direção de determinadas áreas reputadas convenientes, atendendo aos interesses do capital imobiliário*". No mesmo âmbito, Bisneto (2009, p. 105) reforça tal ideia ao dizer a respeito do PPDI que, "*culminou justamente com a mobilização da especulação imobiliária na cidade, seja com a criação de condomínios fechados ou conjuntos habitacionais*".

Segundo Pinho (2004), o desenvolvimento do PPDI ocorreu segundo a atuação de três diretrizes mestras que se interligavam: 1) estratégia de desenvolvimento; 2) plano preliminar de estrutura e 3) plano de ação.

A estratégia de desenvolvimento municipal era formada por "*um conjunto de objetivos mais específicos para atuação direta da municipalidade e mais genéricos para aqueles onde o Poder Público Municipal deveria interferir mediante solicitações a outras esferas de poder*" (PINHO, 2004).

O plano preliminar de estrutura foi proposto para três cenários temporais diferentes: 1973, 1980 e 1990. Almejava-se através de sua aplicação uma otimização do solo urbano, considerando como referência o contingente populacional em cada um dos três momentos. Por fim haveria o plano de ação, que viria a colocar em pauta estudos mais detalhados e procedimentos a serem realizados de acordo com as alternativas colocadas pelo plano preliminar de estrutura (BISNETO, 2009; PINHO 2004).

---

aglomeração. Como as atividades industriais são, sobretudo, urbanas, tais movimentos estão essencialmente ligados ao processo de expansão populacional e econômica das cidades".

[15] Companhia de Habitação Popular.

O plano preliminar de estrutura apresentava três alternativas de desenvolvimento e quatro de expansão geográfica. As alternativas de desenvolvimento eram: 1) dispersão industrial e concentração habitacional; 2) concentração industrial e habitacional (800.000 habitantes); 3) dispersão industrial e habitacional (600.000 habitantes). As quatro alternativas de expansão geográfica eram as seguintes: Expansão Histórica, Expansão Nordeste-Sudoeste, Expansão para Viracopos e Expansão Norte (ver Anexos D, E, F e G) (PINHO, 2004).

Dentre as opções explicitadas Pinho (2004) aponta que:

> "(...) a mais viável a alternativa 2, Concentração Industrial e Concentração Habitacional, portanto, as hipóteses de expansão geográfica retiveram-se às premissas fundamentais da alternativa dois. Entendia-se como possível o prosseguimento da industrialização, o reforço da função polarizada regional de Campinas, o incremento das atividades terciárias e finalmente a manutenção da densidade urbana em Campinas".

Dentre as quatro alternativas de expansão geográfica, a adotada foi a quarta (Anexo G – Expansão Norte) nos arredores da Rodovia Dom Pedro I. A presença desta rodovia se tornou um desafio para a gestão do PPDI, visto que a Região Norte ainda carecia de uma regulamentação mais rígida sobre a ocupação do solo (PINHO, 2004).

A Região Norte englobava locais como Fazenda Chapadão, Taquaral e Fazenda Santa Elisa, sem considerar que o eixo de expansão desta região estava direcionado a Barão Geraldo e a UNICAMP. Anteriormente às delimitações estabelecidas pelo plano preliminar de estrutura do PPDI, a região norte era enquadrada como uma área de periferia, passando a sair gradualmente dessa hierarquia a partir do momento em que se dá sua valorização devido ao aumento expressivo de instalação de indústrias pesadas na década de 1970 em Campinas (RODRIGUES, 2008).

Ainda sobre isto Rodrigues (2008, p. 181) salienta que:

> "Em verdade, o modelo de desenvolvimento preconizado pelo PPDI-1971, assentado na "escolha" pela cidade adensada, de elevada produtividade (possível graças ao alto aproveitamento do solo urbano), racionalizada, nos termos da viabilização da gestão pública, sobremaneira no que toca à otimização dos gastos com infra-estrutura urbana, favorecem o capital mercantil (inclusive o imobiliário) cujos interesses repousam na valorização da área central da cidade e do eixo de expansão norte, que se revelou, posteriormente, verdadeiro vetor da riqueza".

Portanto, salvo a nomenclatura utilizada, que leva o termo "integrado", o PPDI ficou marcado como um plano de clara ação setorial sobre o território. Se torna

curioso observar que é o maior plano já publicado para a cidade de Campinas em termos de conteúdo, sendo composto por cinco longos volumes. Conforme sugere Villaça (2015), o PPDI era um tipo de plano associado ao “posterior detalhamento”, e estaria fadado a permanecer nas prateleiras.

2.4 O Planejamento Urbano após a Constituição Federal de 1988: Os Planos Diretores de Campinas

2.4.1 O Plano Diretor de 1991

Compreender o contexto histórico nacional no qual se insere a projeção do Plano Diretor de Campinas de 1991 é fundamental para se analisar de que forma ele foi pensado e quais eram as intenções e os objetivos a serem alcançados na esfera do planejamento urbano, já que representa um momento de drásticas mudanças no âmbito político, primeiro com a saída de um regime ditatorial e em segundo lugar pela promulgação de uma nova Constituição.

Na Constituição Federal de 1988, dois artigos – 182 e 183 - são dedicados à questão urbana, estando situados em um capítulo cujo título é “*Da Política Urbana”*. É justamente no artigo 182 que está disposto o texto que obriga a execução de um plano diretor em cidades com mais de 20.000 habitantes, como instrumento básico de uma suposta política de desenvolvimento e de expansão urbana. É também no artigo 182 que se aborda de forma inédita a questão da função social da propriedade urbana.

Em âmbito municipal, no ano de 1990 é aprovada a Lei Orgânica Municipal (LOM) de Campinas. Deve-se ressaltar o que está disposto no Capítulo “*Da Competência”*, no Artigo 4º, Item IX: “Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, estabelecendo normas de edificações, de loteamentos e arruamentos” (CAMPINAS, 1991, p. 2). Em 1991 é aprovada a Lei Complementar nº. 02 de 1991 que dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas de 1991. Nele estariam situados os instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988 pelos artigos 182 e 183 (CAMPINAS, 2006).

O Plano Diretor de 1991 começou a ser elaborado no fim da década de 1980, se prolongando até o início da década de 1990, em meio a gestão do Prefeito

Jacó Bittar (1989-1992). Foi elaborado através de consultoria[16] e coordenação do arquiteto Siegbert Zanettini, em conjunto com a Equipe Técnica do Plano Diretor, a serviço da Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Campinas.

Da mesma forma que o PPDI, o Plano Diretor de 1991 mantém a realização de políticas urbanas setoriais, realizadas de maneira singular por diferentes secretarias e sem uma devida articulação entre as mesmas. Segundo Bisneto (2009), é nítido que o Plano Diretor estava segregado do território, o que segundo o autor reflete um Estado subordinado aos interesses da globalização e que desconsidera pensar a cidade como um todo. De acordo com Monte-Mór (2007, p. 91), "*o espaço social urbano é cada vez menos uma totalidade para a ação estatal e apenas os setores mais prementes face às necessidades da acumulação vão ganhando importância, com consequente desintegração da atuação do Estado*".

O Plano Diretor, tornado obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 é um dos principais instrumentos norteadores do planejamento urbano, já que, a partir de sua estrutura nascem as políticas urbanas para o município. As decisões a respeito destas políticas são tomadas em âmbito municipal, contando não apenas com a classe política, mas também com forças sociais e econômicas locais. Dessa forma, para compreender de que maneira se sucederão as políticas urbanas balizadas pelo plano diretor é necessário em primeiro lugar conhecer as aspirações dos atores que tomam as rédeas de tal instrumento (BISNETO, 2009).

Devido à intensa incorporação das empresas no âmbito do planejamento urbano - principalmente por meio dos contratos de consultoria dos planos diretores – torna-se comum, conforme Arantes, Vainer e Maricato (2000), a análise das cidades em geral como mercadorias, trazendo à tona dessa forma o chamado planejamento estratégico[17].

---

[16] A elaboração dos Planos Diretores em Campinas sempre esteve intimamente atrelada às empresas de consultoria, cuja função era primordialmente colaborativa, porém, se tornou frequente delegar a elas a construção do plano como um todo. Nos casos em que se necessitava da elaboração de trabalhos mais técnicos, como levantamento de dados e pesquisas de campo, as empresas de consultoria serviram como alívio à necessidade da contratação de profissionais específicos para a realização de determinados serviços (BISNETO, 2009).

[17] "(…) o planejamento estratégico se constitui no principal instrumento de adaptação das formas institucionais locais aos objetivos da inserção competitiva, ao referenciar a proposição de uma agenda de intervenções físicas e de modificações na estrutura legal e administrativa a tendências mercadológicas observadas na dinâmica da economia global" (COMPANS, 2004, p. 23 apud BISNETO, 2009, pp. 108-109).

Ainda em torno do tratamento da cidade como mercadoria Arantes, Vainer e Maricato (2000, p.78) analisam que:

> "(...) a cidade é uma mercadoria a ser vendida, num mercado extremamente competitivo, em que outras cidades também estão à venda. Isto explicaria que o chamado *marketing urbano* se imponha cada vez mais corno uma esfera específica e determinante do processo de planejamento e gestão de cidades. Ao mesmo tempo, aí encontraríamos as bases para entender o comportamento de muitos prefeitos, que mais parecem vendedores ambulantes que dirigentes políticos".

Considerando Campinas como parte desse processo de conversão de cidades em mercadorias, é possível afirmar que ela também faz parte dos projetos e práticas do *marketing* urbano. Czajkowski Júnior e Duarte (2007, p. 277) afirmam que: "*muitos gestores urbanos estão importando certas metodologias da iniciativa privada (notadamente aquelas que possuem maior relação com o marketing) com o objetivo de tornar as suas cidades dotadas de um maior valor aos olhos de seus moradores e especialmente dos investidores externos.*

Se configurava em Campinas desde meados da década de 1980 – e se consolidaria na década de 1990 - um cenário marcado pela forte aliança entre o Poder Executivo Municipal e o capital mercantil[18], em oposição aos movimentos populares militantes da luta pela terra urbana. A população residente em favelas na cidade de Campinas em 1980 era de 36.155 habitantes, enquanto que em 1991 esse número passaria a ser de 63.449 habitantes, refletindo, portanto, na crescente mobilização dos movimentos populares em busca do acesso à terra urbana (RODRIGUES, 2008).

Além de enfrentar uma crise demográfica durante a década de 1980, Campinas também teria que encarar uma forte crise econômica, que afetaria a indústria, e consequentemente uma expressiva crise urbana, sem contar com a defasagem e/ou ausência das políticas de planejamento urbano deixadas pelo PPDI.

De acordo com Rodrigues (2008, p. 210), "*o incremento populacional, crescimento econômico e físico-territorial desigual, pobreza e ampliação das*

[18] Segundo Brandão (1996, p. 3) *apud* Araújo (2007, p. 5), "O capital mercantil, em sua análise, desfrutando da já sedimentada divisão social do trabalho, assumiu a tarefa de criar as condições necessárias para realização da mais-valia. Neste sentido, o capital mercantile é aquele que domina a esfera da circulação dos valores mercadorias e mantém com o capital industrial uma relação de complementaridade reprodutiva". No que tange a relação do capital mercantil com o espaço urbano, Araújo (2007, pp. 5-6) enfatiza que "Estava claro em Marx que à medida que o capitalismo centrava-se no valor de troca o translado de mercadorias seria elemento indispensável ao conjunto da acumulação, entendida esta última como reprodução do capital produtivo e reprodução do capital mercantil. Por isso a importância deste ultimo em sua tarefa de organizador do espaço urbano (…) Pode-se mesmo afirmar que o capital mercantil costurou as conexões espaciais viabilizando a circulação do valor de troca, ou seja, do valor, por via da circulação da mercadoria em sua concretude".

distâncias sociais foi o legado urbano deixado em Campinas pela década de 1980". Nesse contexto, caberia ao Plano Diretor de 1991 propor alternativas à tais problemas, considerando principalmente o fato de a cidade estar – numa discussão mais ampla – em transição de grande cidade para metrópole, impondo, portanto, a necessidade de enxergá-la em uma interação de escala regional, mais complexa.

Apesar de relevantes críticas feitas ao PD-1991, deve-se considerar inúmeras mudanças positivas a respeito das perspectivas de análise e alguns diagnósticos realizados pela equipe técnica que o formulou. Na apresentação do PD-1991, exposta em Campinas (1991, p.12) são apresentadas o que denominam *de três premissas norteadoras*:

> 1ª) "(...) é o homem seu centro de gravidade e a busca do aumento de sua qualidade de vida o principal objetivo deste esforço"; 2ª) "(...) o meio ambiente"; 3ª) "Trata-se de resgatar a cidadania de cada munícipe e de fazê-la presente nos destinos de Campinas".

Ao redor do que consta nas premissas do documento original e sobre o caráter do planejamento urbano naquele contexto, Nunes (1998, p. 4) aponta que:

> "Diferentemente do plano anterior, o Plano Bittar[19] não se fundamenta no urbanismo tecnicista, nem no desenvolvimento industrial, mas sim em algumas premissas éticas, a saber:
>
> 1 - Uma posição humanista ("*o homem é seu centro de gravidade*")
> 2 - Uma máxima bio-natural (*"meio ambiente" e "qualidade de vida")*
> 3 - Uma noção de cidadania (*"resgate da cidadania*") "

Dentre os inúmeros diagnósticos realizados, um diagnóstico físico-territorial publicado no PD-1991, apontava que a área urbana de Campinas esteve ao longo do tempo vivenciando um processo de desenvolvimento desordenado e descontínuo. Tal processo não viria a se manter de forma aleatória, mas sim em função de fatores bastante específicos, tais como:

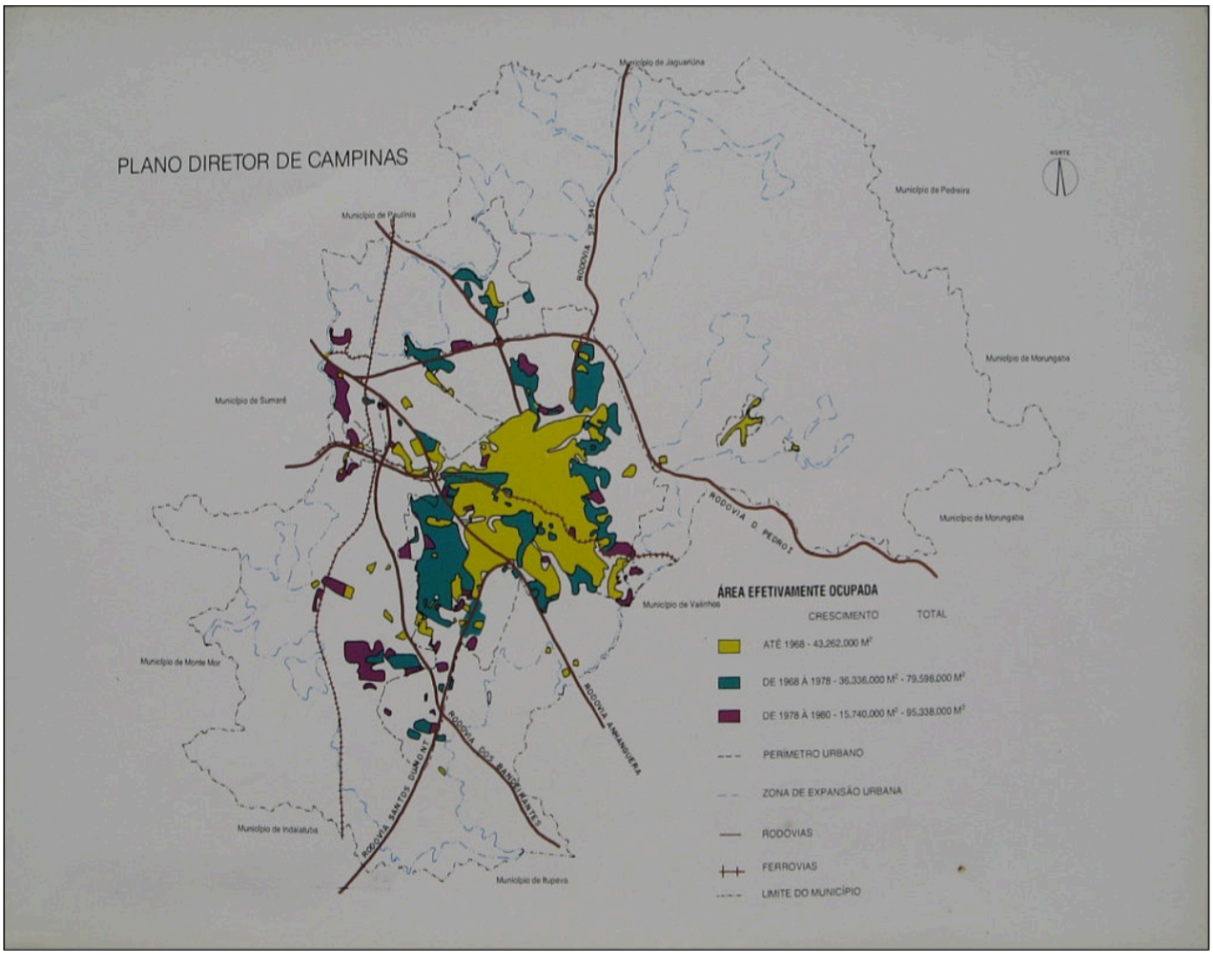
> - *" Barreiras físicas de caráter institucional e particular situadas ao norte (Fazendas Chapadão, Santa Elisa e Santa Genebra), e ao leste (Fazenda Mato Dentro, grandes áreas particulares, além da extensa área de propriedade da FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas);*
> - *Rodovias de caráter local e regional, tais como Anhanguera, Santos Dumont, Bandeirantes e D. Pedro I;*
> - *A extensão da malha ferroviária da FEPASA (Ferrovias Paulistas S.A) inserida na malha urbana*

[19] Denominação que o autor utiliza para o Plano Diretor de 1991. A escolha de tal nome se dá pelo fato de que o Prefeito Municipal durante o exercício deste plano era Jacó Bittar.

> - *Políticas setoriais não integradas, atendendo a interesses do mercado imobiliário*
> - *Instalação de grandes indústrias localizadas nos eixos das rodovias Anhanguera e Santos Dumont;*
> - *Consolidação e expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos e a implantação do Distrito Industrial de Campinas (DIC) ambos situados na região sudoeste;*
> - *Implantação significativa de conjuntos habitacionais da COHAB na região sudoeste (...)"* (CAMPINAS, 1991, p. 184).

A única maneira de se conseguir retomar o desenvolvimento urbano seria através do aumento da produtividade do solo, através do adensamento urbano. Entre 1970 e 1980, devido a um intenso processo de expansão urbana se fazia latente a presença de vazios urbanos, isto é, áreas urbanizadas, mas não foram efetivamente ocupadas. Analisando o Mapa 1 é possível chegar a conclusão de que a mancha no mapa, referente a área efetivamente ocupada de 1968 até 1980 é significativamente menor do que a mancha referente ao período "até 1968". Observa-se que a expansão é rádio concêntrica em direção às áreas mais antigas, que nesse período (anos 1970-1980) eram nobres, mais valorizadas e, portanto, mais caras (RODRIGUES, 2008, p. 215).

Mapa 1 – Área Urbana Efetivamente Ocupada – Município de Campinas – 1940-1980[20]



Fonte: Plano Diretor de 1991

Fica evidente que as áreas periféricas mais segregadas e desconectadas da malha urbana mais densa são justamente aquelas situadas nas regiões sul e oeste, ou seja, as áreas que abarcam habitantes pertencentes às classes sociais inferiores. As áreas que compõe o chamado centro expandido também estão morfologicamente distantes da malha urbana mais densa, mas configuram um cenário diferente, em vista de que se tornaram áreas mais valorizadas – segundo um determinado contexto histórico - em função da especulação imobiliária, não sendo acessíveis, portanto à população de baixa renda (RODRIGUES, 2008).

[20] Como é possível de se notar, no mapa não há nenhuma referência a um ponto de partida temporal, por isso a presença de um item da legenda disposto como “até 1968”. O ano “1940” está considerado no título deste mapa da mesma forma como expõe Rodrigues (2008) em sua tese de doutoramento.

O PD-1991 apresentou de forma geral um avanço significativo em comparação com o que havia sido produzido anteriormente pelo PPDI. Adentrou questões até então pouco abordadas, como por exemplo a questão da habitação de interesse social. A região sudoeste sequer havia sido discutida durante o exercício do PPDI, mesmo com tantos problemas explícitos, e no PD-1991 já seria dada atenção mais especial a ela.

O PD-1991 diagnosticou de maneira eficiente a questão da dicotomia crescimento-crise conforme proposta por Rodrigues (2008), bem como apontou soluções pertinentes na busca de sua superação, porém, o poder público não apenas se eximiu da função de aplicar as práticas de planejamento exaustivamente discutidas, como também concedeu fácil acesso ao território urbano aos interesses privados.

Fica claro então que: "(...) *essa peça de política urbana não estava suficientemente amadurecida para operar a inflexão no direito de propriedade postulada na Constituição de 1988",* portanto, "(...) *o grande desafio da conciliação do direito à cidade com o modelo de desenvolvimento vigente, em Campinas, teria (presumivelmente) de esperar pelas formulações expressas nos planos de 1996 e 2006"* (RODRIGUES, 2008, p. 226).

2.4.2 O Plano Diretor de 1996

Em 1994, no segundo ano da gestão do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (janeiro 1993-fevereito 1996), foram iniciados os trabalhos de elaboração do Plano Diretor de 1996, que viria a ser instituído pela Lei Complementar nº. 04 de 17 de janeiro de 1996. A Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (Seplama) foi a repartição municipal responsável pela elaboração dos estudos que dariam origem ao Plano Diretor, bem como seu supervisionamento, tendo sido liderada por Ulysses Cidade Semeghini.

O desenvolvimento do trabalho ocorreu de forma geral segundo atuação da equipe técnica do Seplama, porém, atuou em conjunto com outras unidades técnicas da Prefeitura, em especial Emdec/Setransp, Secretaria de Obras, SAR's, Sanasa e Cohab, tendo sido contratadas empresas de consultoria e/ou de assessoria

externa[21] para a realização de trabalhos específicos. Paralelamente, uma série de dados e informações foram obtidos através de órgãos estaduais e federais, como por exemplo o Instituto Geológico da SMA do Estado de São Paulo, Embrapa, DPRN e Ceparn[22] (CAMPINAS, 1996).

Ulysses Cidade Semeghini - Secretário de Planejamento e Meio Ambiente da cidade de Campinas durante o período de elaboração e instituição do Plano Diretor de 1996 – afirma o seguinte na seção de apresentação do Plano Diretor:

> "O novo Plano Diretor de Campinas substituirá aquele que foi elaborado em 1991. Os objetivos básicos relativos à política de desenvolvimento urbano do município e ao próprio plano, previstos no trabalho de 1991, foram conservados, pois constituem conquistas da sociedade. Contudo, foi aprofundada a análise de questões relevantes para o desenvolvimento urbano, enfocando, principalmente, aspectos relativos à questão ambiental e à estrutura urbana, ao perfil de uso e ocupação do solo das diferentes regiões e à capacidade de infra-estrutura instalada e prevista propondo-se, a partir dessa releitura da cidade, diretrizes e normas mais adequadas às características de cada zona da cidade e definindo, de modo mais rigoroso, as formas de planejar e de interferir no crescimento e organização do seu espaço. Esse trabalho foi elaborado com base em uma avaliação detalhada e abrangente do que é Campinas hoje, e de quais sãoT as suas tendências para os próximos anos, quando a cidade estará definitivamente configurada como centro de uma das mais importantes áreas metropolitanas do interior do Estado de São Paulo" (CAMPINAS, 1996).

A elaboração do PD-1996 se deu em duas etapas. Na primeira foi formulado o documento chamado de "Síntese da problemática urbana do Município de Campinas", no qual *"(...) analisou-se o processo de crescimento da cidade, com o objetivo de identificar, hierarquizar e espacializar os principais problemas e estrangulamentos associados a esse crescimento*" (CAMPINAS, 1996, p. 3). Utilizou-se para isso material disponibilizado pela Seplama e tomou-se como base o "Caderno de subsídios do Plano Diretor"[23].

O principal objetivo desta primeira etapa era espacializar as análises a respeito do território urbano da cidade. Dessa forma seria possível definir orientações específicas para cada região da cidade. Foi justamente a partir deste trabalho que surgiria a "Proposta preliminar de macrozoneamento de planejamento".

---

[21]A empresa responsável pelo trabalho de consultoria foi a JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento S/C, estabelecida na cidade de São Paulo.

[22] Não especificado no documento original do Plano Diretor.

[23]Título oficial do documento que é tratado como "Plano Diretor de 1991". Nunes (1998, p. 5) justifica que: "*o plano mostra-se como um espaço de reflexão sobre a questão urbana. O lugar de legitimação das práticas é colocado em um tempo posterior à análise dos dados. Segue que as propostas aparecem como um "encaminhamento" e o espaço do direito fica localizado em um exterior e remetido a um tempo ulterior* (...)", ou seja, aos Planos Diretores de 1996 e 2006.

A segunda etapa consistiria no *"(...) estabelecimento de critérios específicos de parcelamento, uso e ocupação do solo, a serem incorporados à revisão da legislação urbanística*, bem como no desenvolvimento e implementação de planos locais de gestão urbana" (CAMPINAS, 1996, p. 3).

Os planos locais de gestão urbana são trabalhos específicos direcionados a bairros, conjuntos de bairros ou regiões, contemplando em sua elaboração a participação popular. São tratadas de forma minuciosa as normas e regras urbanísticas locais, definindo por exemplo os usos permitidos do solo, intensidades de ocupação, edificações, medidas de proteção e recuperação do meio ambiente, sistema viário, entre outros (CAMPINAS, 1996, p. 3).

O PD-1996 abre mão de determinadas políticas setoriais que vinham sendo compreendidas nos outros planos, como educação, saúde, promoção social e cultura e turismo. Foi dado privilégio àquelas que eram consideradas como indutoras do desenvolvimento urbano, como habitação, sistema viário e infraestrutura de saneamento.

Segundo Castells (2006) apud Rodrigues (2008), o "consumo coletivo"[24] é o principal elemento estruturador do espaço intra-urbano. É possível através desse referencial teórico estabelecer um vínculo direto com as políticas setoriais privilegiadas pelo PD-1996, já que habitação e sistema viário são exemplos do consumo coletivo.

Nesse contexto Rodrigues (2008, pp. 255-256) reitera que:

> "(...) essa opção controversa pela política urbana como expressão do desenvolvimento urbano, que se dá, fundamentalmente, no âmbito físico-territorial sustentava um duplo propósito: de um lado, buscava-se abrir espaço (político, técnico e institucional) para a implantação do sistema municipal de planejamento; de outro lado, buscava-se centrar forças no enfrentamento de um dos mais dramáticos problemas vivenciados por Campinas nas últimas décadas, ou seja, a agudização da "questão" habitacional, inflexionada pelo intenso crescimento populacional experimentado pelo município, especialmente entre os anos 1970-1980".

Ao esmiuçar o PD-1996 em seus aspectos mais específicos e compará-lo ao PD-1991, é possível constatar que apesar do curto período que separa a instituição

[24] Segundo Castells (2006) apud Arantes (2009, p. 6) "(…) *o consumo coletivo se realiza econômica e socialmente não por meio do mercado, mas do Estado e de suas políticas públicas (...)Este se encarrega da "produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho: saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos etc." e, desse modo, "se converte em verdadeiro planificador do processo geral de consumo: isto está na base da chamada política urbana.*"

dos dois planos e o caráter revisional delegado ao PD-1996, mudanças relevantes ocorreram no modo de se pensar o planejamento.

Segundo Schneider (2002), o PD-1991 atuou de maneira mais ampla que o PD-1996, visto que propôs a divisão do município em macrozonas, considerando como prioridade a necessidade de atuação nas áreas ocupadas por assentamento precários, de baixa renda, enquanto que o PD-1996 enfatizou as políticas setoriais indutoras do processo de urbanização.

Conforme Rodrigues (2008, p. 256) "(...) *quando nos debruçamos sobre a organização do PD-1996 fica mais clara a opção política ali empreendida, orientada para o empowerment técnico-político do órgão local de planejamento*", com ênfase dada para o ordenamento físico-territorial.

Tudo isso fica bastante claro se observado com detalhes a definição territorial das macrozonas. O resultado final é obtido após estudos de caracterização e da análise da problemática urbana de Campinas, considerando como elementos norteadores a questão ambiental e a estrutura urbana[25]. Como critérios para a delimitação das macrozonas foram utilizados em grande parte os divisores de água das micro bacias e as diversas barreiras físicas [26]existentes no município. (CAMPINAS, 1996, p. 26).

A Seplama estabeleceu cinco tipos de perfis de macrozona, que são: macrozonas de proteção e preservação ambiental, macrozona de restrição à urbanização, macrozonas de urbanização controlada, macrozona de recuperação urbana e macrozona de urbanização consolidada. Seguindo esses perfis e observando as características de desenvolvimento de cada área em específico, o município foi subdividido em sete macrozonas: 1) Área de Proteção Ambiental – APA; 2) Área com Restrição à Urbanização - ARU; 3) Área de Urbanização Controlada Norte – AUC-N; 4) Área de Urbanização Consolidada – ACON; 5) Área de

[25] A questão ambiental é composta pelas seguintes ações: "*identificação das áreas com restrições à ocupação urbana, quais sejam, as com potencial de exploração agrícola e mineral e as de preservação e proteção do patrimônio ambiental (…); delimitações e condições das bacias hidrográficas".* A estrutura urbana é disposta com as seguintes condutas: *"análise do perfil de parcelamento, uso e ocupação das diferentes regiões, das tendências de crescimento urbano e dinâmicas de transformação presentes; estudo da capacidade de infra-estrutura instalada e prevista, notadamente quanto ao Sistema viário, transportes, drenagem, água e esgotamento sanitário"* (CAMPINAS, 1996, p. 26).

[26] De acordo com Campinas (1996, p. 18), as barreiras físicas podem ser: grandes fazendas, áreas não parceladas, rodovias, ferrovias, rios e córregos com poucos pontos de transposição. Um dos principais efeitos da presença dessas barreiras físicas é o isolamento entre bairros, que gera consequentemente uma dependência da área central para o atendimento de suas demandas.

Recuperação Urbana – AREC; 6) Área de Urbanização Controlada Sul – AUC-S; 7) Área Imprópria à urbanização – AIU (CAMPINAS, 1996).

As macrozonas foram subdivididas em 37 áreas de planejamento (APs). Todas elas possuem diretrizes específicas, delimitados a partir da inter-relação entre as dinâmicas de estruturação urbana locais e os problemas identificados para cada localidade. Além disso, dividiu-se a área urbana do município em 77 unidades territoriais básicas (UTBs), que correspondem cada uma delas a um bairro ou conjunto de bairros. A subdivisão foi realizada utilizando como critério a identificação de barreiras físicas que separassem porções do território que apresentassem um grau elevado de homogeneidade. Os nomes dados às UTBs foram escolhidos obedecendo à linguagem frequentemente utilizada pela população (CAMPINAS, 1996).

Mapa 2 – Macrozoneamento e Áreas de Planejamento do Município de Campinas

Fonte: Plano Diretor de 1996

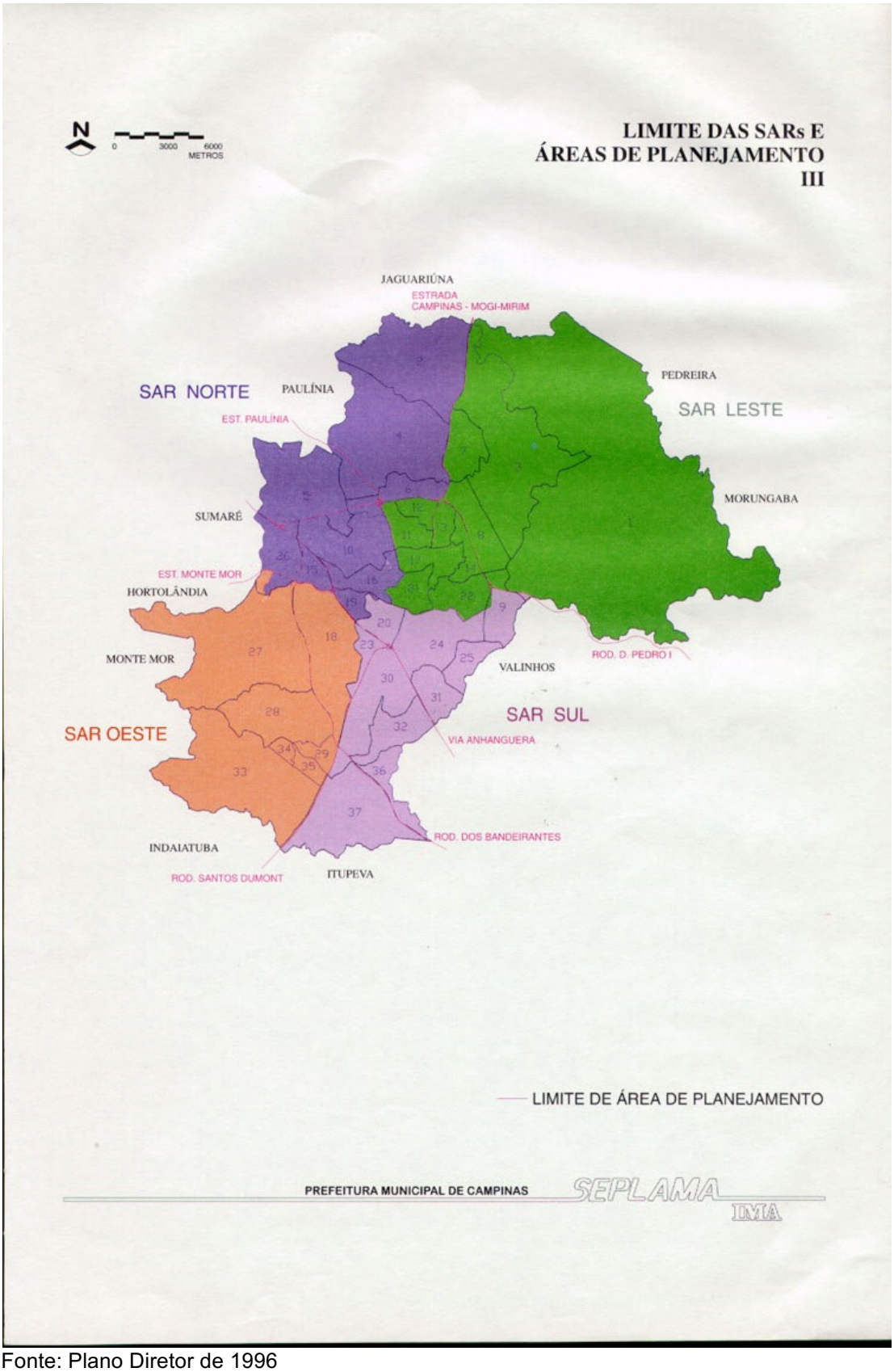
Segundo Rodrigues (2008), estava em voga uma dupla divisão do território do município, através da qual se construiria um processo de descentralização administrativa extremamente radical, até então nunca visto na atualidade. De um lado estava a divisão do macrozoneamento, englobando as macrozonas, APs e UTBs, que serviriam como base de apoio ao mapeamento das demandas de cada área. De outro estavam as secretarias de ação regional (SARs)[27], divididas em quatro quadrantes (norte, sul, leste e oeste).

Seria justamente o então Secretário de Planejamento Ulysses Cidade Semeghini, da gestão Magalhães Teixeira, que registraria em sua tese de doutoramento, em que consistiriam as SARs e as bases teóricas em que se assentariam:

> "(...) Os elementos centrais do novo modelo de gestão passavam a ser a descentralização, a integração das políticas, o estabelecimento de parcerias com a sociedade, a participação popular e a capacitação e participação dos servidores. A forma de descentralização adotada caracterizou-se por: regionalização das instâncias de poder; descentralização, no estabelecimento de prioridades de prestação de serviços, para o nível local; descentralização do planejamento operacional; idem das atividades e serviços de atendimento local, que passavam para Secretarias de Ação Regional (SARs) a serem criadas. Ao mesmo tempo, centralizavam-se as atividades de planejamento global, previa-se a participação das SARS na formulação de políticas gerais e mantinha-se a operação centralizada dos sistemas de abrangência municipal, como transportes e saneamento. Criaram-se quatro Secretarias de Ação Regional – Norte, Sul, Leste e Oeste - cada uma com jurisdição sobre áreas contendo de 200 a 250 mil habitantes, tamanho considerado ideal por muitos urbanistas. As chamadas secretarias fim (Saúde, Educação, Promoção Social e outras) foram descentralizadas, responsabilizando-se o Secretário regional por seu trabalho na área. Outras passaram por descentralização parcial (Administração, Recursos Humanos, Finanças), dadas as dificuldades técnicas e administrativas que se antepunham, e em outros casos a descentralização não ocorreu (como em Transportes, Saneamento e Planejamento) (...) No âmbito de cada SAR criaram-se três Departamentos de ação integrada: Social (Saúde, Educação, Promoção e Habitação), de infra-estrutura (absorveu as antigas Administrações Regionais) e de Meios Administrativos. Para garantir a participação popular, inicialmente organizavam-se reuniões bimensais preparadas por cada SAR, com a presença do Prefeito e de todo o Secretariado, em que debatiam-se prioridades e compunha-se agendas de atendimento" (SEMEGHINI, 2006, pp. 99-100).

[27]As secretarias de ação regional (SARs), foram criadas como parte de um programa de descentralização aplicado durante o mandato do Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (1993-1996). Até então atuavam as Administrações Regionais (ARs), que assumiam responsabilidades apenas em atividades operacionais em serviços de manutenção urbana, como limpeza pública e tapa-buracos. Elas (SARs) foram criadas inspiradas em uma experiência similar implantada em Barcelona e em um projeto idêntico criado para a cidade de São Paulo durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina (1989-1993), mas que não chegou a ser colocado em prática (VAZ, 1995).

Mapa 3 – Limites das SARs e Áreas de Planejamento



Fonte: Plano Diretor de 1996

Apesar dos inúmeros avanços proporcionados pelo PD-1996, principalmente no que tange a participação popular, diversos problemas urbanos estruturais se faziam ainda muito presentes. Segundo Rodrigues (2008), três elementos tomaram a cena integralmente acerca da discussão da problemática urbana: sobrevalorização imobiliária do território, um aproveitamento muito reduzido do solo urbano em áreas cada vez maiores e periferização da população pertencente às classes sociais inferiores.

Sobre o baixo aproveitamento do solo urbano e a sobrevalorização imobiliária deve-se atentar ao caso da macrozona 4 (área de urbanização controlada), onde havia a maior área ocupada por lotes não edificados. Aproximadamente 30% das áreas de lotes vagos existentes em Campinas se concentravam nessa região, que compreendia o Centro, Cambuí e Guanabara, ou seja, a região mais bem atendida em termos de infraestrutura e cujos valores imobiliários eram os mais valorizados (RODRIGUES, 2008).

Considerando o contexto de discussão da problemática urbana, em torno do tripé citado anteriormente, a Macrozona 5 foi a área que mais atraiu olhares. Apresentava um extenso rol de problemas, ostentando um *status* negativo dificilmente alcançável por qualquer outra região do município. Não à toa é denominada de Área de Recuperação Urbana (AREC).

O diagnóstico da Macrozona 5 apresentado pela equipe técnica do PD-1996 em sua caracterização é bastante esclarecedor da situação em que se encontrava tal área:

> Compreende a zona oeste do município e apresenta-se intensamente degradada em termos ambientais, concentrando população de baixa renda com carência de infra-estrutura, equipamentos urbanos e atividades terciárias (...) A ocupação é predominantemente popular, compreendendo conjuntos habitacionais da Cohab. Há muitos loteamentos em áreas impróprias, com carência de infra-estrutura, equipamentos sociais e área de lazer, além de áreas com favelas e ocupações (...) Grande parte da Macrozona não possui saneamento básico, nem pavimentação. Quanto às condições de abastecimento de água, devido ao grande adensamento da região, foram necessárias providências no sentido de viabilizar o atendimento dos novos núcleos (...) As vias estruturais de ligação, não se interligam, em virtude da existência de barreiras físicas, o que conforma o desenvolvimento de bairros isolados ao longo das vias radiais (...)O atendimento por transporte coletivo responde à demanda existente, porém de forma inadequada. Apresenta problemas operacionais devidos à precariedade do sistema viário, ao não-cumprimento das ordens de serviço no que diz respeito às tabelas horária e de itinerário e à falta de segurança em função de não haver treinamento de mão-de-obra e manutenção adequada da frota (CAMPINAS, 1996, p.94; p.96; p.100).

O diagnóstico da Macrozona 5 retratado no PD-1996 escancarou uma realidade que não se restringiria apenas àquela área. A periferização se intensificaria como nunca havia ocorrido antes. O número de favelas foi ampliado substantivamente e cortiços se proliferaram na área central do município (RODRIGUES, 2008).

Em 1991 registrava-se uma expressiva ocupação da população favelada na região sudoeste, cerca de 36% da população favelada de todo município. Porém, em 1996 o cenário mudaria drasticamente. Apesar de a região sudoeste continuar apresentando uma alta participação relativa neste quesito, haveria uma redução para 29,6% da população favelada em relação ao total do município. O que se observa a partir de então é um processo de pulverização da população favelada, ou seja, ela passaria a estar presente em todas as regiões da cidade. A região norte apresentava em 1991 4,73% da população favelada do município e passaria a registrar 9,21% em 1996. Mais substancial ainda foi o aumento da região noroeste, que partiu de 5,48% para 13,70% respectivamente (RODRIGUES, 2008).

Diante desse cenário Rodrigues (2008, p. 281) faz a seguinte indagação:

> "(...) como essa situação de precarização das condições de vida (expressa pelo incremento da moradia inadequada e ilegal) concomitante à valorização dos espaços tradicionalmente ocupados pelos estratos sociais de baixa renda (visível na verticalização do quadrante sudoeste) foi encarada tanto pelos grupos dominantes, quanto pelo Poder Público Municipal, ambos protagonistas diretamente envolvidos nesse duplo processo de enobrecimento residencial/exclusão? "

A resposta dada pela autora à sua própria indagação demonstra que houve novamente, assim como na década de 1980, durante a atuação do PPDI, uma clara atribuição daqueles problemas ao que ela denomina de terror demográfico, que em grande seria parte alardeado pelo próprio Poder Público Municipal. Além disso, insistiu-se na construção de novos conjuntos habitacionais nas bordas dos quadrantes sul-sudoeste como uma possível solução para os problemas urbanos locais. Sequer havia infraestrutura que possibilitasse a estruturação de uma cidade propriamente dita (RODRIGUES, 2008).

Era clara e manifesta a tentativa do Poder Público Municipal de conciliar o atendimento à demanda habitacional e aos problemas urbanos estruturais a ela intrínsecos, com os interesses do capital mercantil-imobiliário. Segundo Rodrigues (2008), o atendimento à essas demandas sociais da classe pobre estariam inevitavelmente condicionadas à manutenção dos interesses dos grupos dominantes, especialmente aqueles conectados ao capital imobiliário.

Isso significa, portanto que:

> "(...) para o Poder Público Municipal não bastava uma "solução" que atendesse às principais demandas das camadas populares, sem prejuízo dos interesses do capital. Fazia-se necessário para uma pactuação a demonstração de uma explícita disposição em propiciar condições (ou seja, investimentos públicos) que alavancassem as atividades produtivas nas quais as frações dominantes do capital, em Campinas, (transportes, imobiliário e construção civil) estivessem envolvidas e fosse adequadamente remuneradas" (RODRIGUES, 2008, p. 289).

2.4.3 O Estatuto da Cidade e o Plano Diretor de 2006

O Plano Diretor de 2006, instituído pela Lei Complementar nº 15 de 27 de dezembro de 2006, começou a ser construído no início de 2005, início também da gestão do Prefeito Hélio de Oliveira Santos[28], que permaneceria até 2011 no cargo. Pretendia-se trabalhar com o plano por cerca de 15 a 20 anos[29]. Deve-se ressaltar que esse foi o primeiro plano redigido sob as normas impostas pelo Ministério da Cidade, especialmente através da promulgação da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei do Estatuto da Cidade[30] (CAMPINAS, 2006).

Inicialmente, quem assume papel central na elaboração do Plano Diretor de 2006 são os técnicos da Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seplama)[31], em virtude da escolha de não utilizar profissionais de fora da cidade. Houve profundo envolvimento de secretarias, autarquias e empresas municipais, contribuições do meio acadêmico, através da Pucc e da Unicamp além de inúmeras outras parcerias e/ou convênios[32] (CAMPINAS, 2006).

Ao se analisar o PD-2006 é fundamental reconhecer a importância do papel do PD-1996 na transição para este mais recente. É nítida tal postura na apresentação do PD-2006 realizada pelo então Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Márcio Barbado. Segundo Campinas (2006), o PD-1996 não deveria jamais ser esquecido. Considerava-se o PD-2006 como uma evolução

---

[28] Conhecido na linguagem popular por Dr. Hélio

[29] A apresentação do documento oficial, feita pelo Prefeito Dr. Hélio, apresentava o título "Campinas 2020 – Uma cidade com planejamento e sustentabilidade", em alusão ao horizonte de trabalho almejado pela prefeitura.

[30] Dispõe-se o seguinte no Art. 1º da Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001: "*(…) esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental"* (BRASIL, 2001, p. 1).

[31] O Secretário de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da gestão do Dr. Hélio era Márcio Barbado.

[32] Ver página de apresentação do Plano Diretor do Prefeito Hélio de Oliveira Santos.

daquele, cabendo então aperfeiçoá-lo e atualizá-lo conforme as necessidades oriundas das demandas surgidas nos dez anos que os separaram.

No âmbito da projeção do PD-2006 foi estabelecida através do decreto nº 15.426 de 27 de março de 2006 a Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor (CT-RPD), órgão que até então não existia. Como seu próprio nome já indica, seu objetivo principal era conduzir o processo de revisão do Plano Diretor. Porém, isso não ocorreria de maneira tão simples, já que este órgão deveria ser obrigatoriamente composto de representantes de diversos órgãos e entidades (CAMPINAS, 2006).

Os temas trabalhados pelo PD-2006 foram muitos: caracterização das áreas urbanas e rurais, habitação, meio ambiente, uso e ocupação do solo, sistema viário, instrumentos urbanísticos, saúde, educação, patrimônio histórico e cultural, integração regional e intrametropolitana, divisão territorial, saneamento e drenagem e atividades econômicas.

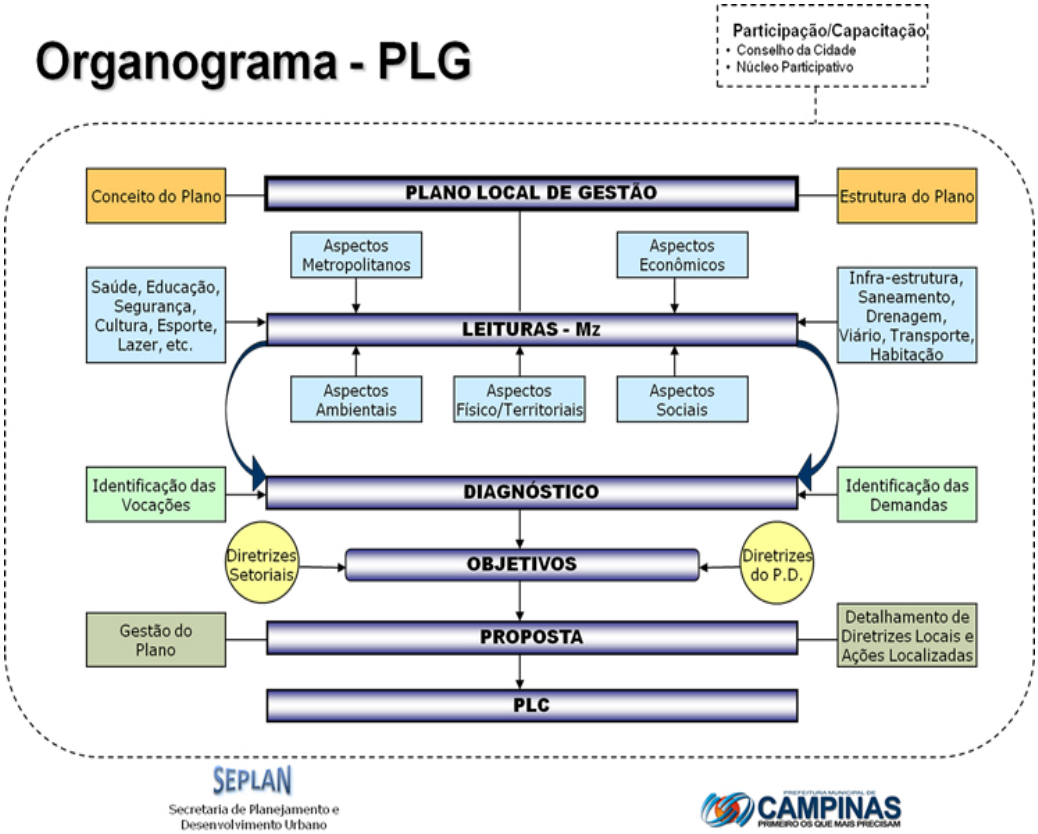
Segundo Silva (2010, p. 91) "*O PD foi composto por diretrizes gerais que contemplam uma visão macro da cidade, e que visam o reordenamento da ocupação físico-territorial-ambiental do município (...)".* Haveria espaço ainda para a realização de uma segunda etapa, que seria caracterizada por um plano mais detalhado e específico, compreendida pelos Planos Locais, no caso de regiões pré-determinadas, para tratar de assuntos gerais, e os Planos Setoriais, responsáveis por tratar de áreas como Habitação e Transporte (CAMPINAS, 2006).

Manteve-se neste plano a proposta do macrozoneamento, utilizada no PD-1996, buscando-se apenas aperfeiçoá-las. As sete macrozonas já conhecidas foram mantidas, porém, foram acrescentadas mais duas, passando a haver nove a partir de então, além de que, foi proposta a criação de conselho no âmbito das macrozonas. A novidade ficaria por conta do Planos Locais de Gestão Urbana (PLGs).[33]

Conforme Rodrigues (2008), o PD-2006 manteve a agenda política do plano anterior, especialmente nos setores de transporte, habitação e infraestrutura urbana.

[33] De acordo com a Seplama um PLG "É uma ferramenta complementar de ordenamento do território a ser desenvolvido pelo Executivo para as 9 macrozonas do município de Campinas com a participação da sociedade organizada em conformidade com o que estabelece a Lei Complementar Nº 15, de 27 de dezembro de 2.006, Lei do Plano Diretor em estreita subordinação à mesma, devendo, portanto, primar-se pela orientação das diretrizes contidas naquele diploma legal. Deve também trazer em seu bojo as orientações contidas no Estatuto da Cidade, em especial o que se refere à participação popular. Nesse sentido, deverá ser consubstanciado por uma lei complementar aprovada pela Câmara Municipal".

Figura 6 – Estrutura do Plano Local de Gestão Urbana



Fonte: Seplama

A relação do Poder Público Municipal com o capital privado não somente foi mantida, como foi significativamente aprofundada, contrastando com um cenário urbano cada vez mais irreversível e com as possibilidades de sucesso de gestão participativa do Plano Diretor.

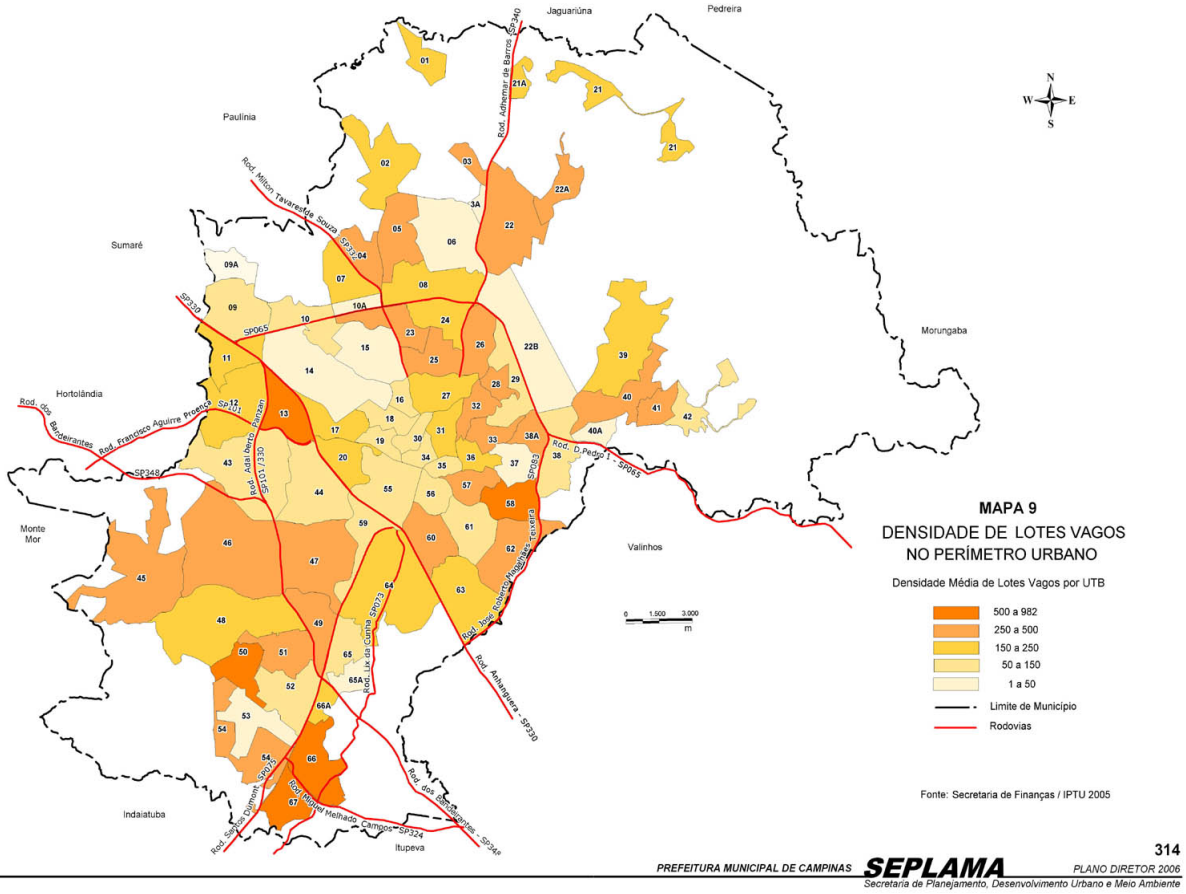
Os diagnósticos do PD-2006 em relação à caracterização urbana e ao ordenamento territorial mantém a postura do plano anterior ao reconhecerem que "*(...) a urbanização do território de Campinas se fez fortemente atrelada a interesses especulativos, que impuseram elevados custos pagos pela cidade inteira, mas, sobretudo, por seus estratos sociais mais pobres (...)"* (RODRIGUES, 2008, p. 310).

Em relação à especulação imobiliária, o Estatuto da Cidade prevê alguns instrumentos capazes de amenizar este fenômeno e que estiveram presentes no PD-2006. São eles: parcelamento ou edificação compulsórios em casos de não utilização ou subutilização de imóveis, imposto sobre propriedade predial e territorial (IPTU), progressivo no tempo, em caso do não cumprimento de normas e prazos previstos para o parcelamento e edicação e por último, em casos mais drásticos,

desapropriação com pagamentos em títulos da dívida pública (BISNETO, 2009).

A discussão sobre o problema dos vazios urbanos continuaria em pauta, algo que se tornou recorrente desde o PD-1991 e que vinha acontecendo cada vez mais de maneira acalorada. Segundo Rodrigues (2008), na primeira metade da década de 2000 Campinas apresentava em torno de 50% das áreas parceladas e/ou loteadas com o *status* de improdutivas ou ociosas, o que por si só já demonstra o não comprometimento do estabelecimento da função social da propriedade.

Mapa 4 – Densidade de Lotes Vagos no Perímetro Urbano



Fonte: Plano Diretor de 2006

Tabela 5 – Somatório das Áreas Vagas, por Macrozonas – Macrozonas do Município de Campinas – 1993/2005

		1993		2005	
Macrozona	GI não parceladas (ha-1995)	Lotes Vagos	Lotes Vagos (por ha)	Lotes Vagos	Lotes Vagos (por ha)
1	1.290	5.390	467	6.911	660
2	558	2.812	794	3.219	321
3	4.286	11.058	712	12.538	1.410
4	2.184	31.053	1.944	27.862	1.792
5	3.196	25.984	1.836	22.427	1.396
6	1.872	7.324	431	6.316	399
7	446	15.468	354	15.479	704
Total	**13.832**	**99.089**	**6.538**	**94.752**	**6.682**

Fonte: RODRIGUES, 2008, p. 312. Informações extraídas do PD-2006.

Dados do censo do IBGE do ano 2000 apontavam que o município apresentava um déficit habitacional de 47.965 unidades. Em 2002 a COHAB realizou o Cadastro de Interessados em Moradia – CIM e verificou-se com os resultados que havia uma demanda de 36 mil novas unidades habitacionais. É importante ressaltar que 80% dos cadastrados possuíam renda familiar igual ou menor que três salários mínimos (IBGE, 2001; CAMPINAS, 2006).

Além do déficit em termos numéricos, deve-se atentar também à questão qualitativa, considerando-se a existência de um grande número de habitações precárias, sem acesso à rede de infraestrutura básica e serviços públicos fundamentais. Em 2005 o município possuía 335 loteamentos ilegais [34](loteamentos clandestinos, irregulares e ocupações em áreas públicas) e cinco mil famílias residindo em áreas de risco (CAMPINAS, 2006).

Em suma Rodrigues (2008, p. 317) afirma que:

> "(...) o diagnóstico do PD-2006, referente à habitação, reconhece que a riqueza produzida na cidade, graças ao esforço e trabalho de toda a sua população, é muito diferencialmente apropriada, inclusive no consumo dos bens e facilidades engendrados pelo processo de urbanização, mas que terminam concentrados nas mãos de parcelas muito pequenas da sociedade, aquelas que verdadeiramente se beneficiam de um esforço coletivo na realização do desenvolvimento local".

Tratando do mesmo assunto, porém de uma perspectiva diferente, a da questão do amparo legal à questão habitacional (ver quadro 4), Campinas (2006, p. 67) reitera que:

[34] Dados da Secretaria Municipal de habitação disponíveis em (CAMPINAS, 2006, p. 66) apontam que somente na década de 1990 foram contabilizadas 110 ocupações, o maior número já registrado em Campinas desde a década de 1960.

> "Campinas tem contado, ao longo de sua história, com um arcabouço normativo urbano consistente (...) Essa diversidade de instrumentos, entretanto, não conseguiu garantir o crescimento da cidade de forma ordenada e viabilizar o acesso à moradia às famílias de baixa renda. Também não foi capaz de impedir a retenção especulativa de terrenos. Esse fato pode ser atribuído a diversas razões, entre elas: a desarticulação entre esses diplomas legais, o excesso de regulação, a falta de interação entre as normas e os anseios da população e a dinâmica da cidade, a ineficiência do sistema de fiscalização e o excesso burocrático. Ademais, a maioria das nossas normas apresenta caráter elitista, deixando de contemplar camadas da sociedade menos favorecidas".

Outra preocupação que ocupou lugar de destaque no PD-2006 foi o meio ambiente. A questão ambiental esteve presente no PD-1996, mas de maneira discreta, diferentemente do plano posterior, onde é possível inclusive encontrar um capítulo dedicado integralmente à essa discussão. Segundo Bisneto (2009), estiveram inseridos nesse contexto elementos como: diretrizes de gestão ambiental, desenvolvimento rural sustentável e a criação de corredores verdes na cidade.

Atrelado à questão ambiental, termos como "desenvolvimento sustentável", "desenvolvimento urbano sustentável", passariam a ser amplamente utilizados no contexto do planejamento urbano. Porém, como afirma Rodrigues (2008, p. 334) "*De outro lado, a referência a um rol taxativo de empreendimentos privados associados à promoção da cidade justa e sustentável é uma veleidade simplesmente porque esse não é (e nem se espera que seja) seu propósito último.*

Segundo Bisneto (2009), é impensável conciliar o desenvolvimento sustentável[35] com o atual processo de acumulação capitalista. O discurso da sustentabilidade, na maioria das vezes vago "(...) *Apenas apregoa-se subliminarmente que a produção dos bens de consumo continue sendo a principal atividade das sociedades, porém agora utilizando-se de menos recursos ambientais e com maior justiça social"* (GIANNELLA, 2007, p. 11).

Os empreendimentos privados estiveram frequentemente atrelados à consumação de uma cidade justa e sustentável, constrastando com o fato de que a função social da propriedade, prevista na Constituição, deveria ser garantida por

[35] Segundo Giannella (2007, p. 3) "A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável tais como têm sido difundidos nos dias atuais, principalmente nos grandes meios de comunicação e nos discursos das grandes corporações, tiveram suas origens na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Brundtland. O relatório resultante dessa reunião – "Nosso futuro comum", também conhecido como Relatório Brundtland – foi publicado em 1987 e consagrou o desenvolvimento sustentável como sendo aquele que supre as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

atribuição do Poder Público. O que ocorre de fato é que o capital privado incorpora a função de zelador da função social da propriedade. Em suma, funções estatais são delegadas a agentes privados, deslegitimando todos os propósitos de uma política urbana destinada a atender a coletividade (RODRIGUES, 2008).

A respeito do PD-2006 Rodrigues (2008, p. 339) faz o seguinte arremate:

> "A experiência recente de Campinas ilustra suas palavras com melancólica fidelidade: a despeito do envolvimento de setores representantes das camadas populares no processo de construção do Plano Diretor-2006, a sistematização, a seleção e sobremaneira a "conversão" técnica das diretrizes e demandas extraídas das assembléias populares resultaram na transformação da pactuação coletiva em legitimação de projeto econômico e de poder de algumas frações das classes dominantes, especialmente do setor imobiliário, o grande beneficiário do conjunto de estratégias e investimentos supostamente dirigidos à realização do desenvolvimento urbano, mas que em verdade consagra indiscretamente a maioria de seus interesses."

3. UM ESTUDO DE CASO SOBRE O BAIRRO CIDADE SATÉLITE ÍRIS

3.1 Os Planos Locais de Gestão Urbana: uma análise geral da Macrozona 5

O estudo de caso previsto para o atual trabalho não poderia ocorrer sem antes realizar uma análise geral da Macrozona 5[36], justamente o território onde está inserido o local de estudo e por onde se fazem valer as normas e diretrizes de planejamento urbano propostas pelo Plano Diretor e pelo Estatuto da Cidade.

Os Planos Locais de Gestão (PLGs) foram propostos pioneiramente na elaboração do Plano Diretor de 1996, sendo aperfeiçoados posteriormente no Plano Diretor de 2006. Os PLGs foram instrumentos de planejamento formulados para bairros, conjuntos de bairros ou regiões, onde seriam delimitadas regras e/ou normas urbanísticas locais (CAMPINAS, 2007, p. 2).

A Macrozona 5 (MZ-5), tanto no PD-1996 quanto no PD-2006 foi a área à qual se dedicou maior atenção e onde se mostravam necessários estudos mais detalhados, não à toa sendo denominada de Área Prioritária de Requalificação. No PD-1996 o avanço em relação aos PLGs foi muito discreto, porém, no PD-2006 o primeiro PLG a ser elaborado foi justamente o da MZ-5.

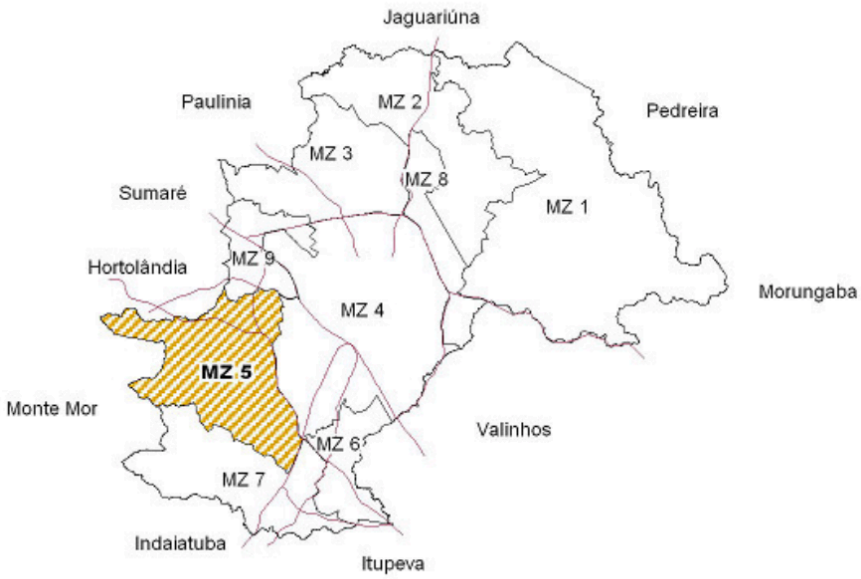
A MZ-5 está inserida na zona oeste do município, fazendo divisa com as Macrozonas 9, 4, 7 e um pequeno trecho com a Macrozona 6. Também faz divisa intermunicipal com Hortolândia e Monte Mor. É caracterizada principalmente pelos seguintes fatores: significativa presença de barreiras físicas naturais e construídas[37], descontinuidade da malha urbana, ineficiência no provimento de infraestrutura básica, insuficiência ou quase inexistência de equipamentos públicos comunitários e serviços de atendimento local, além de áreas ambientalmente degradadas, em decorrência do intenso processo de urbanização e da extração mineral de areia e argila no vale do Rio Capivari.

---

[36]Está disposto o seguinte no Plano Local de Gestão Urbana da macrozona 5: "*O presente caderno de de subsídios e a minuta de projeto de lei que o acompanha foram desenvolvidos em observância à determinação da Lei Complementar nº. 15/2006 – Plano Diretor do Município de Campinas, que estabelece a necessidade da elaboração de Planos Locais de Gestão para as nove macrozonas de planejamento e atendendo também ao fixado pelo artigo 19 da referida lei, onde foi estabelecido que a Macrozona 5 – MZ 5 deveria ser a primeira a ser desenvolvida"* (CAMPINAS, 2007, p. 2).

[37]A MZ-5 é atravessada pelo Rio Capivari e por seu afluente, o Córrego do Piçarrão. Está inserida em meio à rodovias, ferrovia, linhas de alta tensão, oleoduto e gasoduto (CAMPINAS, 2007, p. 5).

Mapa 5 – Macrozona 5



Fonte: Caderno de Subsídios do Plano Local de Gestão da MZ-5 – PD-2006

O PD-2006 instituiu uma divisão da MZ-5 em 03 Áreas de Planejamento (APs) e 07 Unidades Territoriais Básicas (UTBs). As APs definidas foram: 27 – Região do Campo Grande/Florence; 28 – Região do Ouro Verde/Mauro Marcondes/DICs Cohab; 29 – Distrito Industrial. Foram definidas as seguintes UTBs: 43 – Jd. Monte Alto; 45 – Pq. Valença; 48 – Mauro Marcondes /Ouro Verde/Vista Alegre; 50 – São Cristóvão/Jd. Planalto; 51 – Dics Cohab; e 52 – Distrito Industrial.

A denominação utilizada até então, de APs e UTBs foi modificada pela SEPLAMA cerca de um ano após a publicação do PD-2006, por não ser considerada a melhor maneira de avaliar as diferentes porções territoriais da macrozona. A nova denominação foi demonstrada da seguinte maneira: para as APs deve-se utilizar o número da macrozona e uma letra atribuída a AP, como por exemplo “5.A”. No caso das UTBs deve-se considerar a mesma estrutura das APs, incluindo-se ao final um número atribuído à uma determinada UTB, que exemplificando, seria 5.A.1. Segue abaixo tabela comparando a antiga e a nova denominação (CAMPINAS, 2007).

Tabela 6 – Proposta de alteração de numeração das APs e UTBs – Macrozona 5

AP		Nome da AP	UTB		Nome da UTB
nº anterior	nº proposto		nº anterior	nº proposto	
27	5.A	Região do Campo Grande/ Florence	43	5.A.1	Jd. Monte Alto
			45	5.A.2	Pq. Valença
			46	5.A.3	Campo Grande/Florence
				5.A.4	Jd. Santa Rosa
28	5.B	Região do Ouro Verde/Mauro Marcondes/DICs/Cohab	48	5.B.1	Mauro Marcondes/Ouro Verde/Vista Alegre
			50	5.B.2	São Cristóvão/Jd. Planalto
			51	5.B.3	DICs Cohab
29	5.C	Distrito Industrial	52	5.C.1	Distrito Industrial de Campinas

Fonte: Plano Local de Gestão Urbana – Macrozona 5

A população da região da MZ-5 de acordo com o Censo Demográfico de 2000 realizado pelo IBGE era de 196.381 habitantes, o que representava praticamente 21% da população de Campinas, tendo aproximadamente 98% dessa população residindo em áreas urbanas (SILVA, 2010).

A MZ-5 tem sua área ocupada majoritariamente por residências, sendo grande parte delas constituídas de alto grau de informalidade[38], portanto, apresentando uma elevada concentração de habitantes de baixa renda. É uma região desprovida em grande parte de atividades do setor terciário, consequentemente, a população local necessita se deslocar para outras regiões, gerando grande demanda por transporte público. Dessa forma, em conjunto com o deslocamento diário de proprietários particulares, o trânsito na Av. John Boyd Dunlop, principal via de acesso à região fica cada vez mais saturado, e o cenário passa a ser caótico.

Estão inseridos nessa região alguns dos loteamentos mais antigos de Campinas, originados na década de 1950. Naquele período era comum a aprovação de loteamentos na área sem qualquer tipo de provimento de infraestrutura.[39] Com

[38] 23,14% da população da Macrozona 5 residia em subhabitações e representava 35,61% da população residente em subhabitações na cidade de Campinas.

[39] Segundo Campinas (2007, p. 41): "*Nos seis primeiros anos da década de 50, Campinas expandiu em área loteada o equivalente a 75% da cidade existente. A necessidade de abrigar novos contingentes de trabalhadores e o despreparo politico administrativo levou a Prefeitura Municipal de Campinas a ceder às pressões dos empreendedores, facilitando a autorização e a regularização desses loteamentos.*"

grande frequência os proprietárioss dos loteamentos não exerciam suas obrigações conforme previsto na legislação municipal[40]. Está presente na MZ-5 atualmente grande parte dos empreendimentos da COHAB, bem como conjuntos habitacionais populares projetados pela iniciativa privada. Indo mais além, a MZ-5 abarca inúmeras porções de glebas não parceladas (CAMPINAS, 2007).

Ainda em torno da questão do uso do solo, Campinas (2007, p. 45) expõe o seguinte:

> "A ocupação dessa macrozona caracteriza-se pela descontinuidade do tecido urbano e do sistema viário em decorrência da presença de grandes vazios, do contraste entre loteamentos habitacionais densamente ocupados e loteamentos sem ocupação ou com ocupação rarefeita, bem como pela existência de grandes barreiras físicas, tais como: a linha férrea (Ferrovia Paulínia-Mairinque), a Rodovia Bandeirantes e o Rio Capivari, dentre outros. A carência de infra-estrutura e de equipamentos urbanos é grave em toda a região da MZ-5, fruto da aprovação de loteamentos em um período anterior à vigência da Lei nº 6766/79 [41]– época de menores exigências do poder público quanto à implantação de equipamentos públicos."

Conforme pontua Silva (2010) sobre outro problema crítico da região, a questão do depósito de resíduos sólidos em Campinas sempre afetou sobremaneira a MZ-5. Além de o Distrito Industrial de Campinas estar situado nesta área, entre 1972 e 1984 funcionou a pleno vapor o "Lixão da Pirelli" e atualmente está em atividade o Complexo Delta (CAMPINAS, 2007).

Apesar de desativado desde 1984, o "Lixão da Pirelli[42]" é o fator que mais afeta esta região quando se trata de poluição. Trata-se de uma área de 42 hectares de superfície localizada no bairro Cidade Satélite Íris, que foi utilizada unicamente para acomodar os mais variados tipos de dejetos. Desse modo houve um alto nível de contaminação do solo e dos corpos d'água em toda a área do lixão.

Nos anos de 1986 e 1987 o Departamento de Urbanização de Favelas da Prefeitura Municipal - DUF fez em conjunto com o Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UNICAMP um diagnóstico ambiental do lixão da pirelli. Ao final, foram propostas diretrizes de recuperação e controle de riscos. Porém, depois de aproximadamente uma década nada havia sido implementado, sequer a área havia

---

[40] O artigo 6º da Lei Municipal n. 702 de 4 de junho de 1952, se baseando no artigo 40 do Decreto Municipal n. 76 de 16 de março de 1934, concernente ao Código de Construções de 1934, afirma o seguinte: "O proprietário deverá fazer as obras necessárias para drenagem dos terrenos pantanosos ou alagadiços, assim como as obras de arte nas ruas e praças, ao escoamento de águas pluviais (…)" (ARQUIVO MUNICIPAL, 1952).

[41] Lei Federal que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano.

[42] Leva essa denominação devido à proximidade com as Indústrias Pirelli.

sido interditada. Isso possibilitou o estabelecimento da população de baixa renda tanto no entorno quanto na área interna do lixão. (SERRA & RODRIGUES, 2002; SILVA, 2010). De acordo com notícia veiculada por um jornal local, a remediação dos problemas da área do lixão desativado custará trinta milhões de reais. Além do alto custo, é importante ressaltar que mesmo após trinta anos de desativação do local ainda não foram tomadas medidas cabíveis (Correio Popular, 27 de junho de 2016).

Figura 7 – Lixão da Pirelli – junho de 2016

Fonte: Fotografia de Edu Fortes – Agência Anhanguera de Notícias – Correio Popular

Silva (2013, p. 112) chega a seguinte conclusão:

> "(...) mesmo após serem desativadas, por desconhecimento, algumas pessoas, tem executado atividades econômicas primárias, estabelecendo uma relação de ações próximas, internas ou lindeiras a estas comunidades. Deste modo tanto as áreas de risco como as comunidades em risco, estabelecem uma relação perigosa, uma simbiose que tem caracterizado a realidade social na região do Campo Grande."

3.2 Jardim Campo Grande: surgimento, desenvolvimento e mudança para Cidade Satélite Íris

O local delimitado para estudo de caso foi o Bairro Jardim Campo Grande, que atualmente não leva mais este nome, sendo chamado de Cidade Satélite Íris (ver Figura 8). No contexto atual está inserido na Macrozona 5[43] e pertence ao setor noroeste do município. No PLG da MZ-5, o bairro corresponde à UTB de nº 5.A.3, ou 46 na linguagem antiga utilizada pela SEPLAMA, e o nome utilizado é "Campo Grande/Florence"[44].

Costuma-se confundir Jardim Campo Grande com Região do Campo Grande.[45] Jardim Campo Grande como já dito, era um bairro, que atualmente é denominado de Cidade Satélite Íris. A Região do Campo Grande consiste em um conjunto de diversos bairros, onde está inserido justamente o bairro Cidade Satélite Íris.

A Lei Municipal nº. 702 de 4 de junho de 1952, aprovada durante a gestão do Prefeito Municipal Armando Mendonça de Barros (jan. 1952-dez. 1955), foi o que deu aval à elaboração dos planos de arruamento e loteamento do Jardim Campo Grande (ver Figura 9). Num curto prazo de tempo seria ainda alterada pela Lei nº. 983 de de 1º de setembro de 1953[46] e pela Lei nº. 1617 de 12 de outubro de 1956[47]. Esta informação ratifica a tese contida no PLG da MZ-5 de que esta região abarca os loteamentos mais antigos de Campinas[48].

Os planos de arruamento e de loteamentos aprovados em 1952 eram voltados para uma ocupação de caráter essencialmente residencial. Após a promulgação da Lei nº. 1617 de outubro 1956 mudanças significativas nesse âmbito ocorreram. Conforme consta no Art. 3º. da Lei nº 702 de abril 1952, "*O arruamento é considerado residencial de modo geral."* O mesmo artigo na Lei nº. 1617 de outubro

[43] Ver Anexo C

[44] A equipe técnica da SEPLAMA optou por manter o nome da UTB como Campo Grande, devido à preferência da população local por reconhecimento do bairro através desse nome.

[45] Apenas a título de informação, recentemente, no ano de 2015 foi instituído o Distrito do Campo Grande, se tornando um dos seis distritos de Campinas. Não será realizada uma análise pormenorizada do assunto por não ser o foco do atual trabalho. Para isso, acessar o portal da Prefeitura Municipal de Campinas.

[46] Alterou o Art. 3º e seus paragráfos 1º e 3º da Lei nº. 702 de abril de 1952.

[47] Revoga a Lei nº. 983 de 1º de setembro de 1953 e dá "nova redação", conforme disposto no documento oficial, aos Artigos 3º, 4º, 5º e 8º da Lei nº. 752 de abril de 1952.

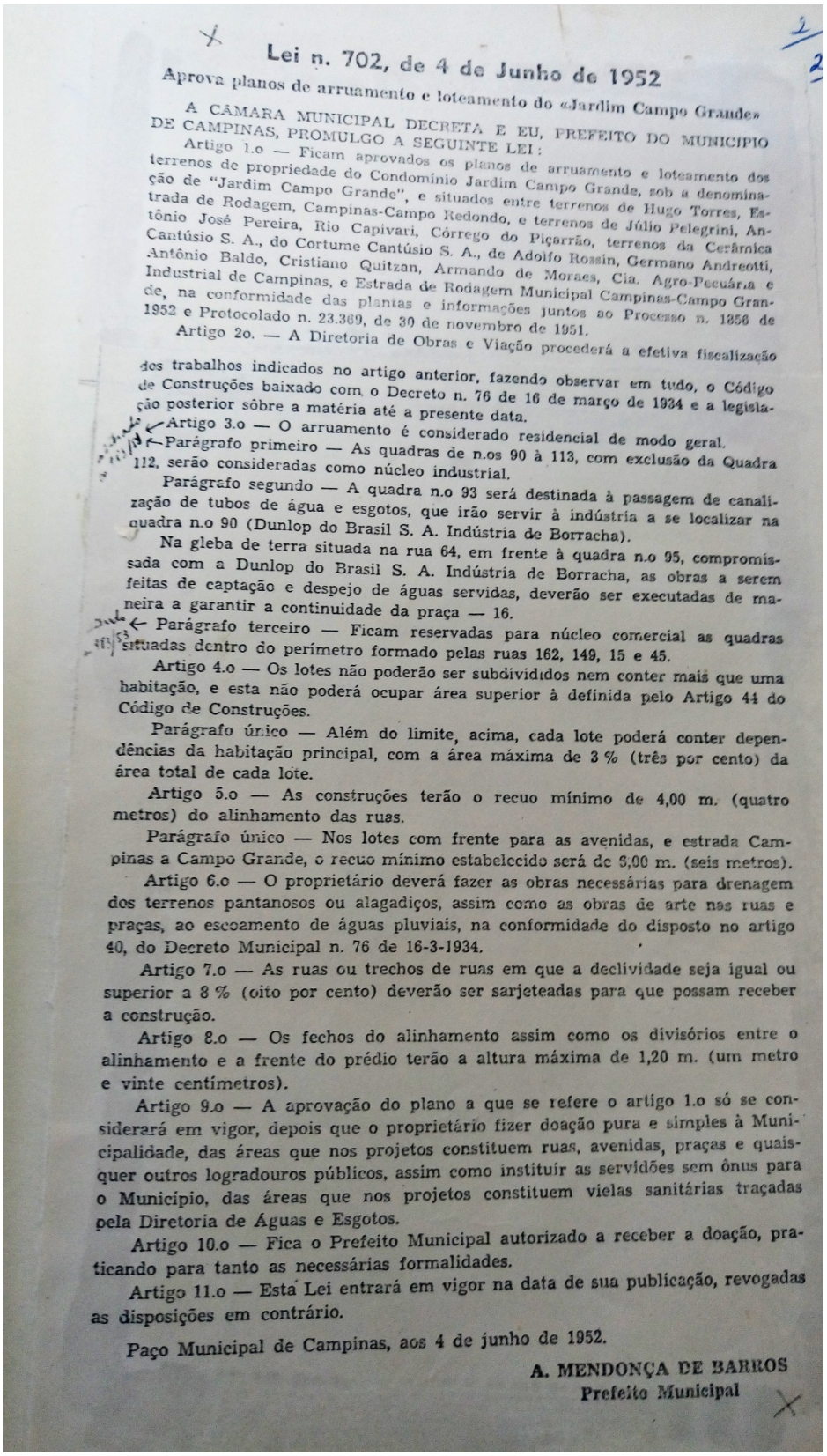
[48] Sobre a MZ-5: "Essa região abriga alguns dos loteamentos mais antigos do município de Campinas os quais remontam à década de 50 (…)" (CAMPINAS, 2007, p. 6).

1956 diz o seguinte: "*O arruamento é considerado misto."* Tem-se como exemplo a questão do comércio, que até então era restrito à apenas algumas quadras, era incipiente, e a partir de então se expande e passa a ser distribuído em vários núcleos.

Figura 8 - Vista áerea do Bairro Cidade Satélite Íris

No canto superior esquerdo, representado pelo traçado vermelho, está a unidade fabril da Pirelli Pneus. No canto direito, marcada pelo traçado amarelo está a Avenida John Boyd Dunlop. Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas – Extraído de SILVA, 2013, p. 48.

Figura 9 – Documento oficial da Lei Municipal n. 702 de 4 de junho de 1952



Lei n. 702, de 4 de Junho de 1952

Aprova planos de arruamento e loteamento do «Jardim Campo Grande»

A CÂMARA MUNICIPAL DECRETA E EU, PREFEITO DO MUNICIPIO DE CAMPINAS, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1.o — Ficam aprovados os planos de arruamento e loteamento dos terrenos de propriedade do Condomínio Jardim Campo Grande, sob a denominação de "Jardim Campo Grande", e situados entre terrenos de Hugo Torres, Estrada de Rodagem, Campinas-Campo Redondo, e terrenos de Júlio Pelegrini, Antônio José Pereira, Rio Capivari, Córrego do Piçarrão, terrenos da Cerâmica Cantúsio S. A., do Cortume Cantúsio S. A., de Adolfo Rossin, Germano Andreotti, Antônio Baldo, Cristiano Quitzan, Armando de Moraes, Cia. Agro-Pecuária e Industrial de Campinas, e Estrada de Rodagem Municipal Campinas-Campo Grande, na conformidade das plantas e informações juntos ao Processo n. 1856 de 1952 e Protocolado n. 23.369, de 30 de novembro de 1951.

Artigo 2o. — A Diretoria de Obras e Viação procederá a efetiva fiscalização dos trabalhos indicados no artigo anterior, fazendo observar em tudo, o Código de Construções baixado com o Decreto n. 76 de 16 de março de 1934 e a legislação posterior sôbre a matéria até a presente data.

Artigo 3.o — O arruamento é considerado residencial de modo geral.

Parágrafo primeiro — As quadras de n.os 90 à 113, com exclusão da Quadra 112, serão consideradas como núcleo industrial.

Parágrafo segundo — A quadra n.o 93 será destinada à passagem de canalização de tubos de água e esgotos, que irão servir à indústria a se localizar na quadra n.o 90 (Dunlop do Brasil S. A. Indústria de Borracha).

Na gleba de terra situada na rua 64, em frente à quadra n.o 95, compromissada com a Dunlop do Brasil S. A. Indústria de Borracha, as obras a serem feitas de captação e despejo de águas servidas, deverão ser executadas de maneira a garantir a continuidade da praça — 16.

Parágrafo terceiro — Ficam reservadas para núcleo comercial as quadras situadas dentro do perímetro formado pelas ruas 162, 149, 15 e 45.

Artigo 4.o — Os lotes não poderão ser subdivididos nem conter mais que uma habitação, e esta não poderá ocupar área superior à definida pelo Artigo 44 do Código de Construções.

Parágrafo único — Além do limite, acima, cada lote poderá conter dependências da habitação principal, com a área máxima de 3 % (três por cento) da área total de cada lote.

Artigo 5.o — As construções terão o recuo mínimo de 4,00 m. (quatro metros) do alinhamento das ruas.

Parágrafo único — Nos lotes com frente para as avenidas, e estrada Campinas a Campo Grande, o recuo mínimo estabelecido será de 6,00 m. (seis metros).

Artigo 6.o — O proprietário deverá fazer as obras necessárias para drenagem dos terrenos pantanosos ou alagadiços, assim como as obras de arte nas ruas e praças, ao escoamento de águas pluviais, na conformidade do disposto no artigo 40, do Decreto Municipal n. 76 de 16-3-1934.

Artigo 7.o — As ruas ou trechos de ruas em que a declividade seja igual ou superior a 8 % (oito por cento) deverão ser sarjeteadas para que possam receber a construção.

Artigo 8.o — Os fechos do alinhamento assim como os divisórios entre o alinhamento e a frente do prédio terão a altura máxima de 1,20 m. (um metro e vinte centímetros).

Artigo 9.o — A aprovação do plano a que se refere o artigo 1.o só se considerará em vigor, depois que o proprietário fizer doação pura e simples à Municipalidade, das áreas que nos projetos constituem ruas, avenidas, praças e quaisquer outros logradouros públicos, assim como instituir as servidões sem ônus para o Município, das áreas que nos projetos constituem vielas sanitárias traçadas pela Diretoria de Águas e Esgotos.

Artigo 10.o — Fica o Prefeito Municipal autorizado a receber a doação, praticando para tanto as necessárias formalidades.

Artigo 11.o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 4 de junho de 1952.

A. MENDONÇA DE BARROS
Prefeito Municipal

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas

O loteamento Jardim Campo Grande, inicialmente de propriedade do Condomínio Jardim Campo Grande foi implantado em uma área de 9.336.000 m^2, tendo sido reservada uma área de 1.650.899 m^2 para ruas e outra de 1.803.266 m^2 para praças, restando, portanto 5.881.835 m^2 para lotes[49] (ARQUIVO MUNICIPAL, 1982, p. 1).

A divisão do loteamento foi realizada da seguinte maneira: aproximadamente 50% da área foi destinada a Paschoal Spina, Nicolino Spina[50], Francisco Paulo Spina e Miguel Spina, estes, proprietários das Indústrias Reúnidas Irmãos Spina S.A., localizada na cidade de São Paulo; cerca de 42% para Carmelo D'agostino e aproximadamente 8% para a Civitas – Companhia Imobiliária dos Bons Negócios S.A., com sede na capital paulista e filial na Avenida Francisco Glicério na cidade de Campinas (ARQUIVO MUNICIPAL, 1982; 1963).

Os quatro proprietários do loteamento Jardim Campo Grande que detinham o sobrenome *Spina* eram irmãos, filhos de imigrantes italianos que aportaram na cidade de São Paulo por volta do ano de 1890, tendo todos eles nascido na mesma cidade (GABRIEL, 2004).

As Indústrias Reúnidas Irmãos Spina – IRIS, já foram um dia uma empresa de pequeno porte. Fundada em 1924 no bairro do Bom Retiro na cidade de São Paulo sob a denominação de "Graphico Irmãos Spina", foi pioneira na produção de cadernos com espiral de arame no Brasil, além de realizar serviços de impressão (GABRIEL, 2004).

A partir dessa pequena empresa se desenvolveria o maior complexo papeleiro da América Latina[51], dando origem ao Grupo Spina ou propriamente Indústrias Reunidas Irmãos Spina S.A. Possuíam fábricas nos bairros do Brás e do Limão em São Paulo e nos municípios de São Roque no estado de São Paulo e em Petrópolis no estado do Rio de Janeiro (GABRIEL, 2004).

---

[49] Anteriormente à divisão definitiva da área entre os cessionários, ainda permaneceriam 897.712 m^2 de área comum.

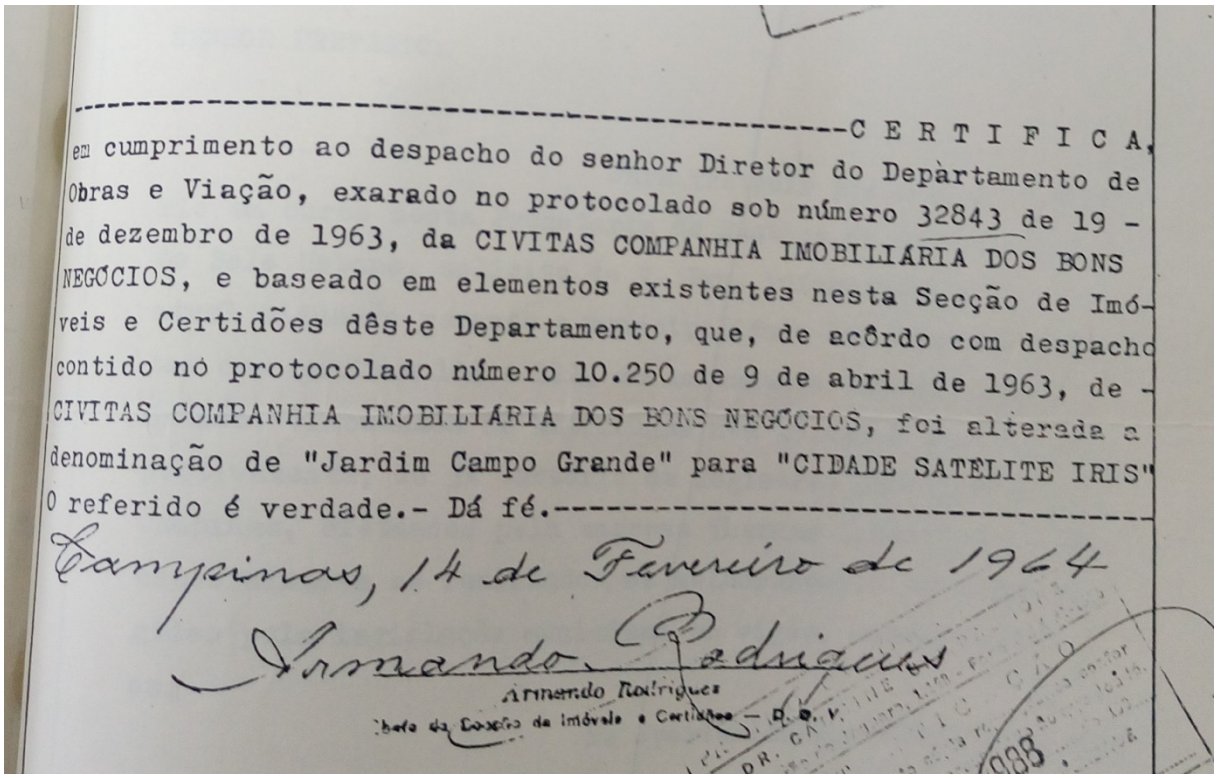
[50] Nicolino Spina foi um dos pioneiros do quadro de sócios do Clube Germânia, atual Esporte Clube Pinheiros, localizado no Bairro dos Jardins, também local de residência do empresário em meados da década de 1930. Além de ter ocupados os cargos de conselheiro e vice presidente nesta agremiação, foi também responsável por adquirir uma parcela dos imóveis que hoje compõe o complexo esportivo do clube, atualmente um dos maiores do país (GABRIEL, 2004).

[51] Sobre os ramos de atuação das IRIS expõe Gabriel (2004): "Suas atividades abrangeram o plantio de eucalipto em suas empresas reflorestadoras estrategicamente distribuídas nos municípios vizinhos de São Paulo, passando pela fabricação de celulose, papel e culminando com a manufatura gráfica e metalúrgica."

O outro proprietário, que detinha cerca de 42% do loteamento e se chamava Carmelo D'agostino, nasceu também em São Paulo, em 1893. Foi operário em uma fábrica de tecidos, comerciante de algodão, deputado federal entre 1951 e 1963 ininterruptamente, chegando a ser diretor-presidente do Banco Popular do Brasil e do Banco Cruzeiro do Sul (CPDOC, 2009).

Em 9 de abril de 1963, a empresa Civitas Companhia Imobiliária dos Bons Negócios, na condição de proprietária de uma pequena porção do loteamento Jardim Campo Grande e representante dos proprietários da família Spina e de Carmelo D'agostino, envia um pedido ao então Prefeito Miguel Vicente Cury para que o loteamento passasse a se chamar Cidade Satélite Íris. Menos de um ano após a solicitação, no dia 14 de fevereiro de 1964, Armando Rodrigues, chefe da secção de imóveis e certidões do Departamento de Obras e Viação da Prefeitura Municipal de Campinas (D.O.V.) emite documento certificando a mudança do nome do loteamento de "Jardim Campo Grande" para "Cidade Satélite Íris" (ARQUIVO MUNICIPAL, 1963).

Figura 10 – Excerto do documento de alteração do nome do Loteamento de "Jardim Campo Grande" para "Cidade Satélite Íris"



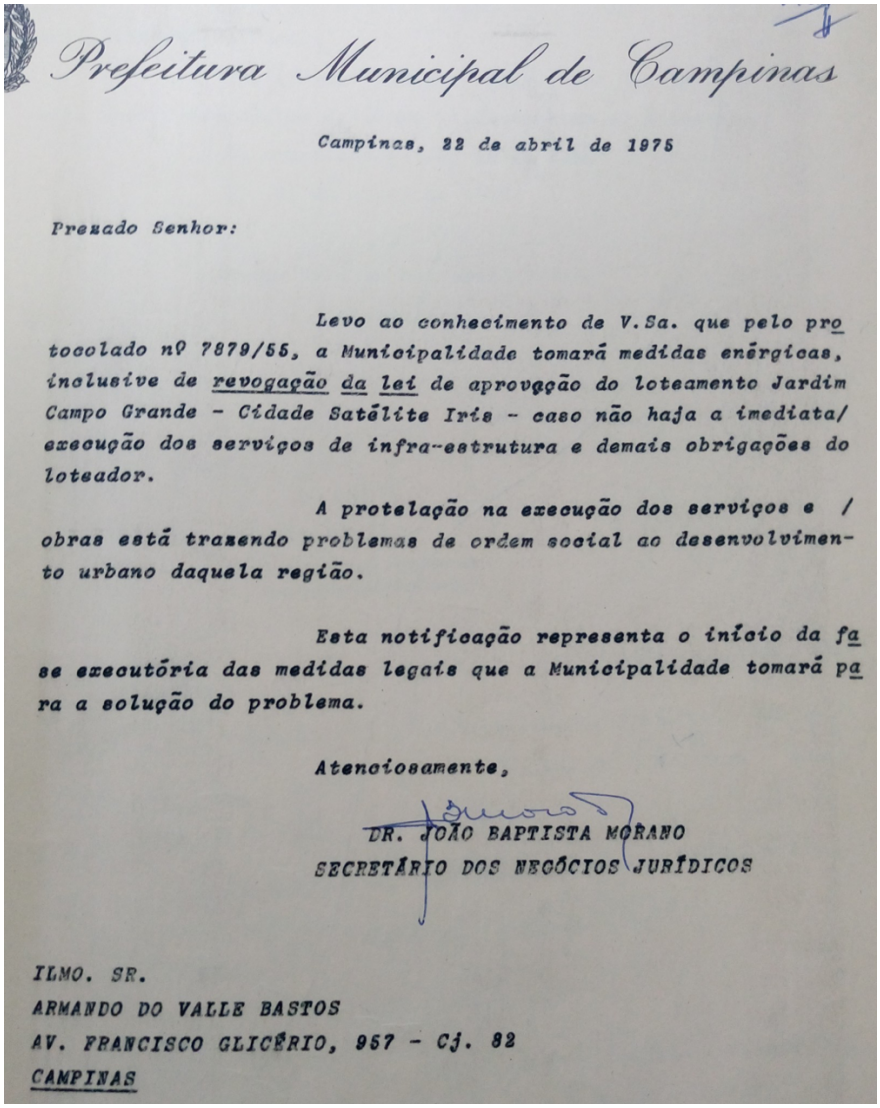
----------C E R T I F I C A,
em cumprimento ao despacho do senhor Diretor do Departamento de
Obras e Viação, exarado no protocolado sob número 32843 de 19 -
de dezembro de 1963, da CIVITAS COMPANHIA IMOBILIÁRIA DOS BONS
NEGÓCIOS, e baseado em elementos existentes nesta Secção de Imó-
veis e Certidões dêste Departamento, que, de acôrdo com despacho
contido no protocolado número 10.250 de 9 de abril de 1963, de -
CIVITAS COMPANHIA IMOBILIÁRIA DOS BONS NEGÓCIOS, foi alterada a
denominação de "Jardim Campo Grande" para "CIDADE SATELITE IRIS"
O referido é verdade.- Dá fé.----------
Campinas, 14 de Fevereiro de 1964
Armando Rodrigues
Armando Rodrigues
Chefe da Secção de Imóveis e Certidões — D. O. V.

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas

Após a promulgação da Lei Municipal nº. 1617 de outubro de 1956 não ocorreriam mais alterações no aparato legal que tomava conta de todas as questões envolvendo o Loteamento Jardim Campo Grande. Há registro apenas de documentos relatando discussões frequentes entre o Poder Público - intermediado por Vereadores e Secretários de repartições internas – e as classes populares residentes no local, em torno do cumprimento das normas de instalação de infraestrutura local.

É possível observar através da Figura 11 um problema que sempre foi bastante recorrente no Jardim Campo Grande. Trata-se de uma notificação do Poder Público em relação ao não cumprimento das obrigações previstas para o loteador. Neste caso, foi enviada à filial da imobiliária Civitas, localizada no centro de Campinas.

Figura 11 – Notificação enviada pela Prefeitura Municipal de Campinas à imobiliária Civitas Companhia Imobiliária dos Bons Negócios em 1975



Prefeitura Municipal de Campinas

Campinas, 22 de abril de 1975

Prezado Senhor:

Levo ao conhecimento de V.Sa. que pelo protocolado nº 7879/55, a Municipalidade tomará medidas enérgicas, inclusive de revogação da lei de aprovação do loteamento Jardim Campo Grande - Cidade Satélite Iris - caso não haja a imediata/ execução dos serviços de infra-estrutura e demais obrigações do loteador.

A protelação na execução dos serviços e / obras está trazendo problemas de ordem social ao desenvolvimento urbano daquela região.

Esta notificação representa o início da fase executória das medidas legais que a Municipalidade tomará para a solução do problema.

Atenciosamente,

DR. JOÃO BAPTISTA MORANO
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

ILMO. SR.
ARMANDO DO VALLE BASTOS
AV. FRANCISCO GLICÉRIO, 957 - Cj. 82
CAMPINAS

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas

O PPDI previa no início da década de 1970 para a área do loteamento Cidade Satélite Íris, intensificação nas ocupações tanto residenciais quanto industriais, porém, é possível observar que, o que de fato ocorreu naquele local foi a construção de um lixão, que seria utilizado para descarte de todos os tipos de lixo, portanto, a representação de uma postura negligente do Poder Público Municipal. (BERNARDO, 2002, p. 132 apud SILVA, 2013, p. 48).

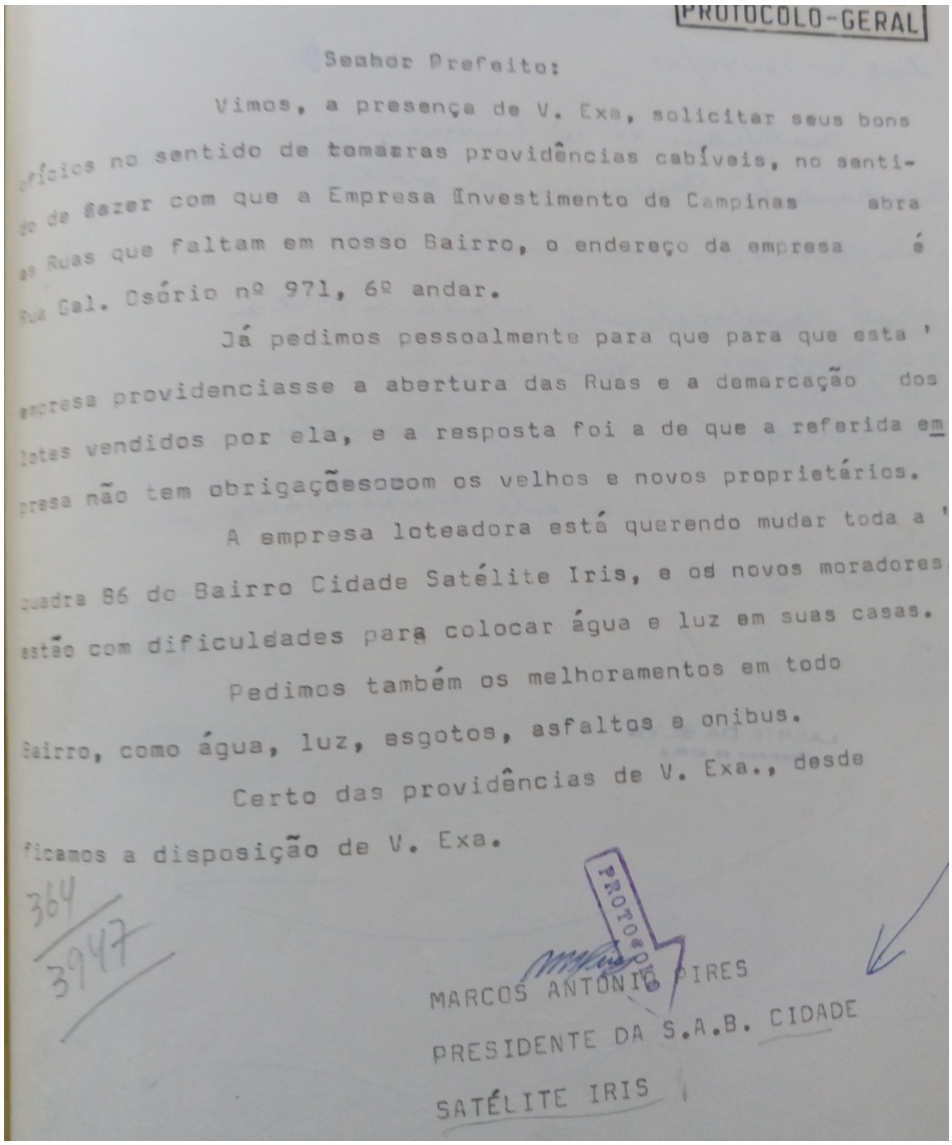
Segundo Silva (2013, p. 51):

> "Em 1984, quando teve encerradas oficiamente suas atividades, a área já contava com cerca de 150 famílias residentes, e não recebeu qualquer processo de recuperação ambiental e de proteção contra riscos de contaminação. A comercialização de lotes e casas deu-se sem que os compradores esses tivessem conhecimento do risco ambiental. É visível a inabilidade dos poderes municipais em controlar e administrar as diversas formas e os diferentes tipos de ocupação do solo urbano."

Em 20 de abril de 1988, registra-se uma carta endereçada ao Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira (jan. 1983-dez. 1988), por parte de Marcos Antônio Pires, presidente da Sociedade Amigos do Bairro Satélite Íris (S.A.B. – Cidade Satélite Íris), exigindo da Empresa Investimentos Campinas a abertura de ruas e a demarcação de lotes vendidos por ela. Ainda houve espaço para exigências a respeito de melhoramentos no bairro de maneira geral, isto é, água, luz, esgoto, asfaltamento e ônibus[52] (ver Figura 12) (ARQUIVO MUNICIPAL, 1988a).

[52] Ao longo das décadas de 1970 e 1980 foi intensa a atuação dos movimento sociais na Região do Campo Grande como um todo. Tudo se iniciou através da atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), compostas por moradores dos bairros da região e professadores da fé católica, que tinham em comum o descontentamento com a realidade precária onde estavam inseridos, conforme é possível observar através do relato de uma moradora do bairro Cidade Satélite íris que veio de Jacareí aos 12 anos para trabalhar na casa de uma família no Cambui, bairro nobre de Campinas: *"Quando eu vim pra cá foi horrível. Eu sentei no ônibus e não chegava nunca. Ali no Satélite era tudo descampado e cheio de urubu, por causa do lixão*" (ROLDÃO, 2011, p. 29). Apesar da importância das CEBs, surgiu a necessidade de uma melhor organização por parte da população, resultando então na criação de associações de moradores de bairros. As associações se reuniam frequentemente para debater sobre política e melhorias na condição de vida da população. A maioria dos membros das associações eram também parte das comunidades, o que facilitava bastante os encontros. Não menos importante foi o suporte dado por sindicatos de diversos setores, como por exemplo o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Transportes, na condição de representantes dos trabalhadores membros dessas comunidades e associações (ROLDÃO, 2011).

Figura 12 – Documento de reclamações e exigências envolvendo o Bairro Cidade Satélite Íris, endereçado ao Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira



PROTOCOLO-GERAL

Senhor Prefeito:

Vimos, a presença de V. Exa, solicitar seus bons ofícios no sentido de tomarras providências cabíveis, no sentido de fazer com que a Empresa Investimento de Campinas abra as Ruas que faltam em nosso Bairro, o endereço da empresa é Rua Cel. Osório nº 971, 6º andar.

Já pedimos pessoalmente para que para que esta ' empresa providenciasse a abertura das Ruas e a demarcação dos lotes vendidos por ela, e a resposta foi a de que a referida empresa não tem obrigaçõesocom os velhos e novos proprietários.

A empresa loteadora está querendo mudar toda a ' quadra 86 do Bairro Cidade Satélite Iris, e os novos moradores estão com dificuldades para colocar água e luz em suas casas.

Pedimos também os melhoramentos em todo Bairro, como água, luz, esgotos, asfaltos e onibus.

Certo das providências de V. Exa., desde ficamos a disposição de V. Exa.

364
3947

PROTOCOLO

MARCOS ANTONIO PIRES
PRESIDENTE DA S.A.B. CIDADE
SATÉLITE IRIS

Fonte: Arquivo Municipal de Campinas

Devido às reclamações da S.A.B. – Cidade Satélite Íris, a Empresa Investimentos Campinas foi notificada pela Supervisão Especial de Regularização de Loteamentos (SERLA)[53] por meio de uma carta, datada de 26 de abril de 1988. No dia seguinte ao recebimento da notificação, a Empresa Investimentos Campinas enviou uma extensa carta de resposta à SERLA, cabendo nesse caso destacar os seguintes trechos:

[53] Foi criada a partir do decreto 6.752 de 04.11.1981 e extinta pelo decreto 10.628 de 26.11.1991. Fez parte de um grupo de setores criados pela Prefeitura para atender à regularização de loteamentos e favelas (CAMPINAS, 2006).

> "b) As únicas obrigações impostas para sua implantação, como podem ser verificadas, eram: 1. Terraplenagem; 2. Locação de Quadras e Lotes; 3. Captação de águas, através de caixas de areia. Obrigações essas, que apesar de cumpridas (...), despareceram pela ação do tempo e falta de conservação, dificultando a ocupação da área pelos compromissários compradores; c) A posição da Empresa Investimentos Campinas LTDA., apesar de proprietária de muitos lotes no empreendimento, é idêntica a de muitos outros compromissários, ou seja, é proprietária de lotes e não loteadora (...) k) Por último, lemos atentamente o requerimento do Sr. Marcos Antônio Pires, Presidente da S.A.B. "Cidade Satélite íris" e podemos verificar, que a sua preocupação com relação a abertura das ruas e locações de lotes, é a mesma por nós demonstrada, e, tanto ele como nós, temos conhecimento dos impedimentos provocados pela favela, pois tem participado das reuniões que tratam desse assunto, ou seja, a remoção dos favelados para uma área que está sendo demarcada pela Gerência das Favelas e motivo de negociação junto aos favelados, que continuam resistindo e insistem no propósito de criar problemas (ARQUIVO MUNICIPAL, 1988b, pp. 1-2)".

Cerca de dez dias após a resposta dada pela Empresa Investimentos Campinas, a SERLA comunicou a assessoria do gabinete do prefeito através de uma nota, afirmando que as alegações da empresa eram condizentes com a realidade e que estavam de acordo com o aparato legal, por meio do qual o loteamento Cidade Satélite Íris foi aprovado.

Somente a partir do PD-1996 e no PD-2006 é que seria dedicada maior atenção ao bairro Cidade Satélite Íris. No âmbito do planejamento urbano em si, essa iniciativa se deu principalmente em função da verificação da enorme quantidade de lotes vagos e de lotes irregulares na região noroeste de Campinas, através da instituição das macrozonas. Claramente os problemas eram muito mais graves e abarcavam diversos elementos, aqui apenas citando alguns: altos índices de violência, precariedade no setor da saúde, ausência de saneamento básico, acesso à energia elétrica.

Segundo Vieira (2005, p. 7):

> "Temos, assim, um quadro conturbado do ponto de vista social, urbanístico, sanitário e ambiental. Ações por parte do poder público se fazem extremamente necessárias. Há um plano da Prefeitura de remodelação do bairro, urbanística, econômica e ambiental, que há muito deveria ter sido implantado, perante as carências e riscos em que vive a população."

CONCLUSÃO

Conforme pesquisado neste trabalho, o escopo do Planejamento Urbano no município de Campinas foi concebido segundo a influência de diferentes cenários ao longo do período histórico estudado, isto é, contextos políticos, econômicos e sociais os mais diversos possíveis pautaram uma política urbana bastante dinâmica.

De 1889 até 1910 o cenário foi marcado por um processo de reconfiguração urbana da cidade através dos planos sanitários, em função dos graves surtos de febre amarela que assolaram a cidade. Além da presença do café, as décadas de 1910 e 1920 foram caracterizadas por um importante crescimento da indústria, que se consolidaria na década de 1930 concomitantemente ao declínio exponencial do complexo cafeeiro.

De meados da década de 1930 até o início da década de 1970 houve a atuação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Francisco Prestes Maia, que em um primeiro momento – até 1950 – seria marcado em grande parte pelas propostas voltadas ao embelezamento urbano, conforme proposto por Villaça (2015). O segundo momento, que vai de 1950 a 1970 foi caracterizado por uma intervenção mais radical do plano, visto que, justamente nesse período houve uma remodelação do centro da cidade, através da construção de viadutos, reformas de praças e a construção de grandes avenidas.

O Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de 1971, ativo até o ano de 1991, claramente se encaixa na etapa final da transição da “cidade bela” para a “cidade eficiente” proposta por Flávio Villaça, ou seja: “*As grandes obras saem do consumo conspícuo para privilegiar a constituição das condições gerais de produção e reprodução do capital (a cidade como força de produção) “* (VILLAÇA, 2015, p. 199). Além da acanhada atenção dada pelo Poder Público Municipal às políticas de habitação social, Campinas fez parte de uma relevante articulação entre industrialização, desenvolvimento urbano e crescimento populacional (RODRIGUES, 2008).

Em 1991 foi iniciada a fase dos planos diretores em Campinas. O Plano Diretor de 1991 foi notadamente marcado por uma visão mais humanista. Considerou as políticas públicas como um conjunto e deixou de lado o urbanismo tecnicista que se fez presente durante a execução do PPDI.

Considerando um período de apenas cinco anos, é possível afirmar que houveram mudanças significativas na postura do Poder Público Municipal demonstradas no Plano Diretor de 1996, em comparação com o plano anterior. Volta-se à tona com o urbanismo tecnicista, articulado dessa vez com uma visão econômico-administratativa da cidade (NUNES, 1998).

O Plano Diretor de 1996 negligenciou algumas políticas públicas, antes também consideradas, como por exemplo educação, saúde, cultura e turismo. Considerou apenas alguns setores considerados fundamentais, como os de políticas de uso e ocupação do solo, transportes, habitação e sistema viário. Apesar de que avanços nesses setores tenham beneficiado a população de maneira geral, é possível afirmar que o Poder Público Municipal esteve a todo instante tentando conciliar sua agenda política aos interesses do capital, principalmente no que diz respeito à pactuação com empresas dos setores de transporte, imobiliário e de construção civil (RODRIGUES, 2008).

O Plano Diretor de 2006 manteve em grande parte a agenda política prevista no plano anterior, principalmente no caso das políticas públicas indutoras do desenvolvimento urbano. A principal diferença do PD-2006 para os outros dois planos diretores é o aumento na intensidade das parcerias com o capital privado. A cada dia se intensifica mais o uso corporativo do território (BISNETO, 2009; RODRIGUES, 2008).

O estudo do bairro Cidade Satélite Íris foi bastante elucidativo destas questões. Conquanto tenha sido um dos primeiros loteamentos da cidade, precisou de mais de quatro décadas para ser provido de acesso à saneamento básico, asfaltamento, água tratada e energia elétrica. Nitidamente perdurou durante todo esse período um impasse entre o Poder Público Municipal, loteadores e proprietários dos lotes. Em geral, o ônus é delegado à população local, pertencente aos estratos inferiores.

Considerando também que a área estudada pertence à uma macrozona que registra atualmente a maior quantidade de vazios urbanos em relação ao total do território do município, conclui-se de acordo com Santos (2013, p. 123), que *“A lógica dominante (...) é a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa*”, e que *“O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez”.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otília B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. 192p. Coleção Zero à esquerda.

ARANTES, P. F. **Em busca do urbano**: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Revista Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 83, mar. 2009. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/v1/contents/view/1326>. Acesso em: 27 set. 2016.

ARAÚJO, D. S. **O urbano em processo e a égide do capital mercantil**. In: Anais: XII Encontro de Economia Política, São Paulo, 2007. 20p. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos>. Acesso em: 22 set. 2016.

ARQUIVO MUNICIPAL. **Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1934**. Campinas: Typografia da Casa Genoud, 1936.

_____. **Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1936**. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1938.

_____. **Relatório dos Trabalhos Realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1938**. Campinas: Gráfica da Casa do Livro Azul. 1940.

_____. **Histórico**: Empresa Investimentos Campinas LTDA. Campinas: 1982. 2p.

_____. **Ao D.O.V.**: Civitas Companhia Imobiliária dos Bons Negócios. São Paulo: 1963.

_____. **Ao Exmo. Sr. Prefeito José Roberto Magalhães Teixeira:** Marcos Antônio Pires – Presidente da S.A.B. Cidade Satélite Íris. Campinas: 1988 (a).

_____. **Protocolo 17.190 de 22.04.88**: Empresa Investimentos Campinas. Campinas: 1988 (b). 2p.

BADARÓ, Ricardo de S.C. **O plano de melhoramentos urbanos de Campinas (1934-1962)**. 1986. 276f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 1986.

BERNARDO, Rosana G. **Histórico da ocupação do solo no Município de Campinas**. 2002. 300f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo. 2002.

BETARELLI JUNIOR, A., MONTE-MÓR, R., SIMÕES, R. **Urbanização extensiva e o processo de interiorização do estado de São Paulo**: um enfoque contemporâneo. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 15, n. 2, 2012. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/4741/4581>. Acesso em: 17 set. 2016.

BIRKHOLZ, Lauro B. **O Centro de Pesquisa e Estudos Urbanos, CEPEU, da Universidade de São Paulo.** Seminário Plano Diretor Municipal – FAU – USP, pp.23-27, 1989.

BISNETO, Victor B. **Formação territorial e planejamento urbano**: por um uso mais solidário do território de Campinas/SP. São Paulo, 2009. 199f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

BRANDÃO, C. A. **Anotações sobre o capital mercantil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Estatuto da cidade (Lei 10.257/01)**. Brasil, 2001.

CAMPINAS. **Edifício Itatiaia em construção – 1954.** Coleção Mis 1323: Acervo Museu da Imagem e do Som de Campinas. Campinas: 1954.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Lei n. 702 de 4 de junho de 1952.** Aprova planos de arruamento e loteamento do Jardim Campo Grande. 1952.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Lei Orgânica de Campinas**. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Município de Campinas. Biblioteca Jurídica da Prefeitura Municipal de Campinas. Disponível em: <https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizar/id/85355>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano preliminar de desenvolvimento integrado de Campinas, 1971.** Campinas: 1971.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Subsídios para a discussão do plano diretor**. Campinas: SEPLAMA, 1991. 292 p.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Diretor de Campinas, 1996**. Campinas: SEPLAMA/PMC: 1996. 303 p.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Diretor de Campinas – 2006**. Campinas: SEPLAMA/PMC: 2006. 476 p.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Plano Local de Gestão Urbana**: Macrozona 5. SEPLAMA: 2007.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano. **Sumário de dados**: população Campinas e região. Campinas: 1998. 105 p.

_____. Prefeitura Municipal de Campinas. **Intendência Municipal/Prefeitura Municipal de Campinas**. Arq-Camp: base de dados de referências de acervos arquivísticos públicos de Campinas, 2015. Disponível em: <http://arq-camp.campinas.sp.gov.br/index.php/intend-ncia-municipal-prefeitura-municipal-de-campinas;isaar?symfony=9hcp83qm7gfg72o5mj05jhol71>. Acesso em: 01 nov. 2016.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas, 1981. Tese (Livre Docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **A desindustrialização no Brasil**. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 21, n. 4 [especial], dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>. Acesso em: 11 set. 2016.

CARVALHAIS, R. **Fundamentos do Marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

CARVALHO, E. **Crise urbana e habitação popular em Campinas (1870-1956)**.1991. 108f. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1991.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 47 p.

COHAB CAMPINAS. **Empreendimentos**: unidades habitacionais construídas no município de Campinas. Disponível em: <http://www.cohabcp.com.br/empre/uhs_campinas.html>. Acesso em: 01 nov. 2016.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Ed. Unesp, 2004. 303p.

COSTA, Maria T. **Tratamento de aterro no Íris custará R$30 milhões**. Correio Popular, Campinas, 27 jun. 2016. Disponível em: < http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/06/campinas_e_rmc/435841-tratamento-de-aterro-no-ris-custara-r-30-milhoes.html>. Acesso em: 28 out. 2016.

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Carmelo D'Agostino.** Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/d-agostino-carmelo>. Acesso em: 26 out. 2016.

CZAJKOWSKI JÚNIOR, S.; DUARTE, F. **Cidade à venda**: reflexões éticas sobre o marketing urbano. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 273-282. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/738>. Acesso em: 20 set. 2016.

DALBERTO, Cassiano R.; STADUTO, Jefferson A. R. **Uma análise das economias de aglomeração e seus efeitos sobre os salários industriais brasileiros**. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 539-569, set./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482013000300007>. Acesso em: 19 set. 2016.

FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, 1988. (Coleção Economia Paulista, v.I, n.2).

GABRIEL, Eliseu. **Projeto de Lei 01-0408/2004:** justificativa. São Paulo: 2004. Disponível em: < http://cmspbdoc.inf.br/iah/fulltext/justificativa/JPL0408-2004.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

GIANNELLA, L. **O discurso da sustentabilidade**: contradições e intencionalidades. Trabalho apresentado como pré-requisito para aprovação na disciplina "Paisagem, Espaço e Sustentabilidades" do curso de Mestrado em Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro: 2007. 19 p. Disponível em: <seer.ufrgs.br/paraonde/article/download/22089/12846>. Acesso em: 02 out. 2016.

HAHMANN, Carlheinz. IN: MORRISON, Allen. **The Trams of Brazil in the Photographs of Carlheinz Hahmann**: part. 1 – Campinas, Juiz de Fora, Niterói, Rio de Janeiro. Tramz: 2009. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/ch/ch1e.html>. Acesso em: 13 set. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos Demográficos 1940-1991**. Rio de Janeiro. 2001.

KROGH, Daniela da S. S. **A reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de febre amarela no final do século XIX (1880-1900)**. 2012. 282 p. Dissertação (Mestre em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2012.

_____. **Censo demográfico, 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

LEME, R. S.; SALGADO, I. **Arquitetura moderna em Campinas**: o Edifício Itatiaia. Revista Risco: *Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo*, n.9, 2009. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/risco/issue/view/3662>. Acesso em: 06 set. 2016.

MAIA, Francisco Prestes. Rascunho de exposição preliminar. In: CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Relatório Municipal de 1935**. Campinas,1936.

MENDES, Auro A.; SAMPAIO, Sílvia S. **A interiorização da indústria no Estado de São Paulo (Brasil)**: tendências e perspectivas. [s.d.], Universidade Estadual Paulista, Departamento de Geografia, Rio Claro. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal4/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/01.pdf>. Acesso em: 18 set. 2016.

MONTE-MÓR, R. **Planejamento urbano no Brasil**: emergência e consolidação. *Revista Espaço, Tempo e Crítica*, Niterói, vol. 1, n. 1(4), p. 71-96, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/etc/>. Acesso em: 22 set. 2016.

MORRISON, Allen. **The Trams of Brazil in the Photographs of Carlheinz Hahmann**: part. 1 – Campinas, Juiz de Fora, Niterói, Rio de Janeiro. Tramz: 2009. Disponível em: <http://www.tramz.com/br/ch/ch1e.html>. Acesso em: 13 set. 2016

NEGRI, Barjas. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NUNES, J. H. **Planos diretores de Campinas e a definição de política pública**. In: Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Cidades: temporalidades em confronto, sessão temática 6: Territórios, fronteiras e estratégias de gestão urbana/gestão urbana contemporânea, Campinas, v. 5, n. 6, 1998. Disponível em: < http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/715>. Acesso em: 24 set. 2016.

OLIVEIRA, R. F. de.; REIS, M. F. dos. **A relação planejamento urbano e qualidade de vida**: análise sobre a cidade de Campinas – SP, Brasil. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, vol. 2, n.47E, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2125>. Acesso em: 12 set. 2016.

PINHO, Antonio José de. **PPDI – Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas elaborado entre os anos de 1969 e 1970**. In: Seminário 230 anos de Campinas - Território, Urbanismo e Planejamento. Campinas/SP, 2004. Disponível em: <http://www.saude.campinas.sp.gov.br/seplan/eventos/camp230/camp2302semipal1.htm>. Acesso em: 20 set. 2016.

PRADO, A. P. do.; RUBINO, S. B. **Campinas e a produção do espaço (1929-1945)**. *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, São Paulo, n. 7, 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/revistacordis/>. Acesso em: 12 set. 2016.

RIBEIRO, Daisy Serra. **Campinas no Estado Novo**: política de habitação popular na formação da cidade industrial. Campinas, 2007. 192f. Tese (Doutorado em História) -

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2007.

RODRIGUES, Fabíola. **A invenção da cidade**: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006). 2008. 363f. Tese de Doutorado – Departamento de Demografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.2008.

_____. **O Plano "Prestes Maia" e a ideologia do planejamento urbano em Campinas**: o poder e os limites das ideias de um urbanista. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, Dossiê: os eruditos e a cidade, vol. 4, n. 4, mar. 2011. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana>. Acesso em: 10 set. 2016.

ROLDÃO, Ivete C. do C. (Org.). **Memórias do Campo Grande**: uma história de lutas e religiosidade na região às margens da John Boyd Dunlop. Aparecida – SP: Ideias e Letras, 2011. 140p.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro**: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732-1992). Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. 3 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. 174p.

SCHNEIDER, Ingrid Elizabeth. **Confrontos e dificuldades na implementação dos instrumentos urbanísticos propostos nos planos diretores municipais de Campinas na década de 90.** 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Do café à indústria**: uma cidade e seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

_____. **Campinas (1860 a 1980)**: agricultura, industrialização e urbanização. 1988. 282f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1988.

_____. **Gestão metropolitana, possibilidades e limites**: a experiência de Campinas. 2006. 135 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2006.

SERRA, Ana L. R. C.; RODRIGUES, Maria A. **Vulnerabilidade em área de risco ambiental**: o caso da ocupação do "Lixão da Pirelli" em Campinas. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, 2002.

SILVA, Maittí G. M. da. **Participação popular no município de Campinas**: avaliação do processo de elaboração do plano local da macrozona 05. 2010. 169 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

SILVA, Ricardo A. da. **O processo de expansão urbana recente da região sudoeste de Campinas**: agentes e impactos. 2013. 131f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.2013

TOLEDO, Rodrigo A. **Trajetórias do planejamento urbano no Município de Araraquara**: centralismo decisório ou participação? 2013. 354 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara.2013.

TRATAMENTO de aterro no Íris custará R$30 milhões. **Correio Popular**, Campinas, 27 jun. 2016. Disponível em: < http://correio.rac.com.br/_conteudo/2016/06/campinas_e_rmc/435841-tratamento-de-aterro-no-ris-custara-r-30-milhoes.html>. Acesso em: 20 set. 2016.

VAZ, J. C. **Superando o governo centralizado**. *Boletins Dicas* – Instituto Pólis, São Paulo, AA n. 44, 2 p., 1995. Disponível em: <http://polis.org.br/publicacoes/superando-o-governo-centralizado/>. Acesso em: 01 out. 2016.

VIEIRA, Marcelo P. de A. **Educação, saúde e ambiente**: concepções do meio físico na ação educacional do Agente Comunitário de Saúde junto a moradores em área de risco ambiental. 2005. 158f. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Geociências, Campinas. 2005.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R (orgs.). O processo de urbanização no Brasil, 2ed.,1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, pp. 169-244

ANEXOS

ANEXO A – Quadro de Prefeitos do Município de Campinas

Nome	Início do Mandato	Fim do Mandato
Orosimbo Maia	Janeiro de 1908	1910
Heitor Teixeira Penteado	1911	1920
Rafael de Andrade Duarte	1920	1921
Miguel de Barros Penteado	Janeiro de 1922	Setembro de 1922
Rafael de Andrade Duarte	Outubro de 1922	Dezembro de 1922
Miguel de Barros Penteado	1923	1925
Celso da Silveira Resende	Janeiro de 1926	Março de 1926
Orosimbo Maia	Abril de 1926	Novembro de 1930
José Pires Neto	Novembro de 1930	Março de 1931
Orosimbo Maia	Março de 1931	Setembro de 1932
Alberto de Cerqueira Lima	Setembro de 1932	1933
Perseu Leite de Barros	Janeiro de 1934	Setembro de 1934
José Pires Neto	Outubro de 1934	Maio de 1936
João Alves dos Santos	Junho de 1936	julho de 1938
Euclydes Vieira	Julho de 1938	Julho de 1941
Lafayette Álvaro de Sousa Camargo	Julho de 1941	Julho de 1943
Perseu Leite de Barros	Julho de 1943	Maio de 1945
Euclydes Vieira	Junho de 1945	Outubro de 1945
Joaquim de Castro Tibiriçá	Outubro de 1945	Dezembro de 1946

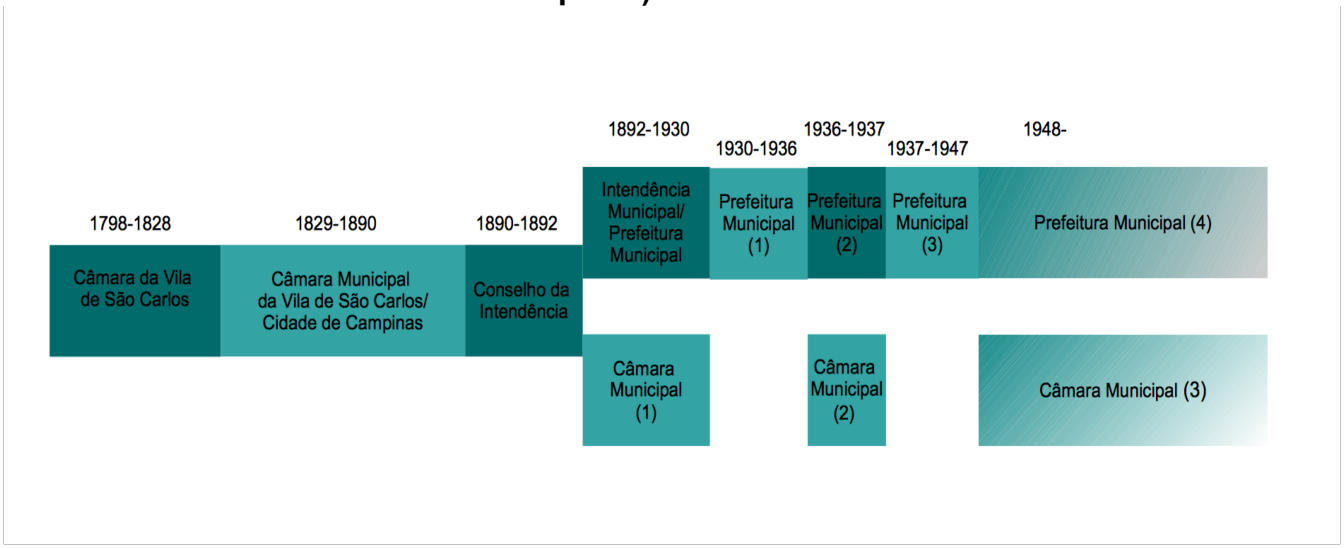
Admar Maia	Janeiro de 1947	Janeiro de 1947
Luiz de Tella	Fevereiro de 1947	Março de 1947
Manoel Alexandre Marcondes Machado	Abril de 1947	Dezembro de 1947
Miguel Vicente Cury	Janeiro de 1948	Maio de 1951
Arlindo Joaquim Lemos Júnior	Maio de 1951	Dezembro de 1951
Antônio Mendonça de Barros	Janeiro de 1952	Dezembro de 1955
Ruy Hellmeister Novaes	Janeiro de 1956	Janeiro de 1959
José Nicolau Ludgero Maselli	favereiro de 1959	Dezembro de 1959
Miguel Vicente Cury	Janeiro de 1960	Dezembro de 1963
Ruy Hellmeister Novaes	Janeiro de 1964	Janeiro de 1969
Orestes Quércia	Janeiro de 1969	Dezembro de 1972
Lauro Péricles Gonçalves	Janeiro de 1973	Dezembro de 1976
Francisco Amaral	Janeiro de 1977	Maio de 1982
José Nassif Mokarzel	Maio de 1982	Dezembro de 1982
José Roberto Magalhães Teixeira	Janeiro de 1983	Dezembro de 1988
Jacó Bittar	Janeiro de 1989	Dezembro de 1992
José Roberto Magalhães Teixeira	Janeiro de 1993	Fevereiro de 1996
Edivaldo Orsi	Março de 1996	Dezembro de 1996
Francisco Amaral	Janeiro de 1997	Dezembro de 2000
Antônio da Costa Santos	Janeiro de 2001	Setembro de 2001
Izalene Tiene	Setembro de 2001	Dezembro de 2004
Hélio de Oliveira Santos	Janeiro de 2005	Agosto de 2011
Demétrio Vilagra	Agosto de 2011	Outubro de 2011

Pedro Serafim Júnior	Outubro de 2011	Novembro de 2011
Demétrio Vilagra	Novembro de 2011	Dezembro de 2011
Pedro Serafim Júnior	Dezembro de 2011	Dezembro de 2012
Jonas Donizette	Desde janeiro de 2013	

Fonte: Campinas – 240 Anos de História.

ANEXO B

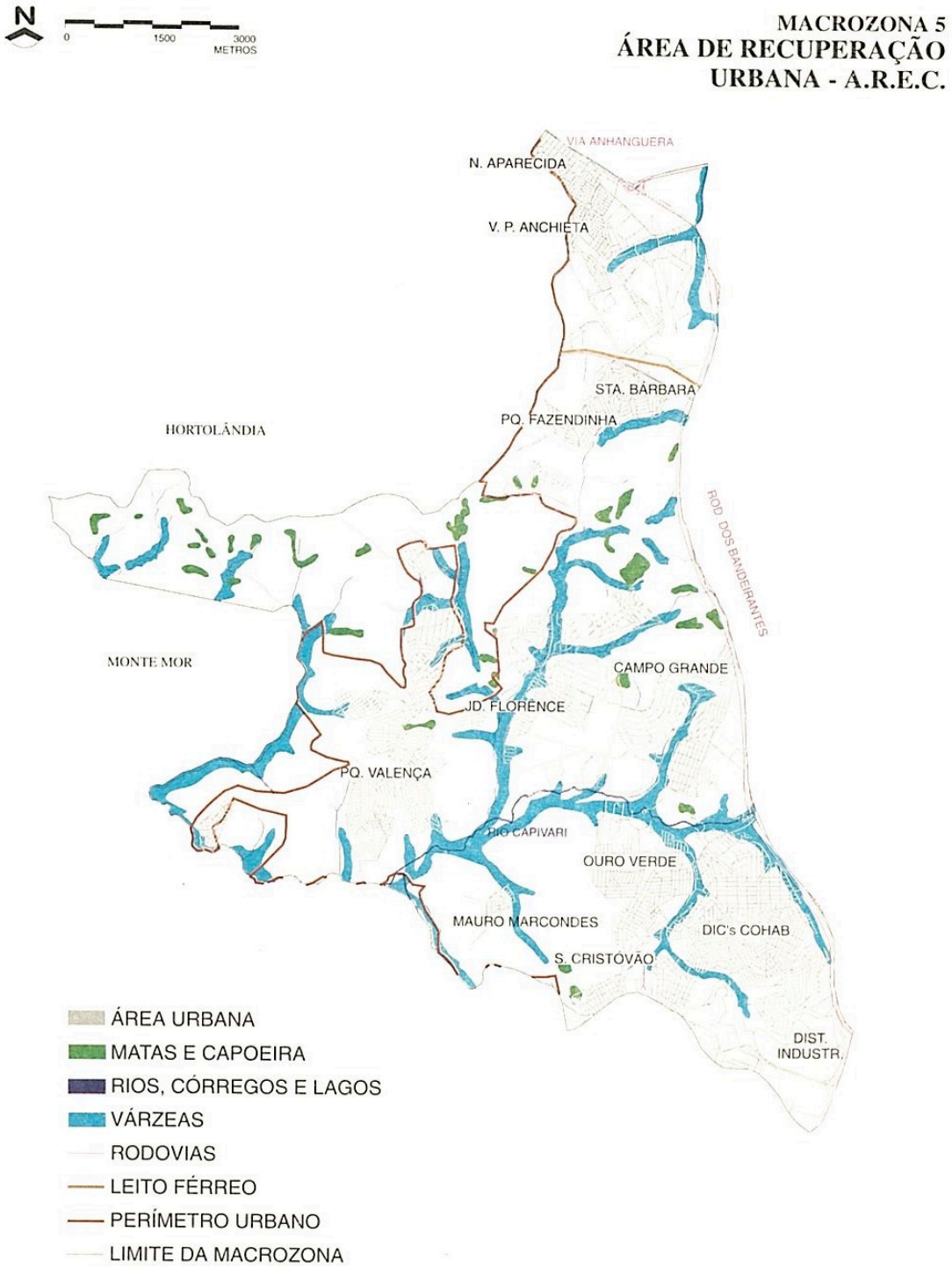
Instituições com a função de Governo de Município – (Vila de São Carlos, Campinas) – 1797-2015



Fonte: Base de Dados Arq-Camp – Coordenadoria Setorial de Arquivo Municipal

ANEXO C

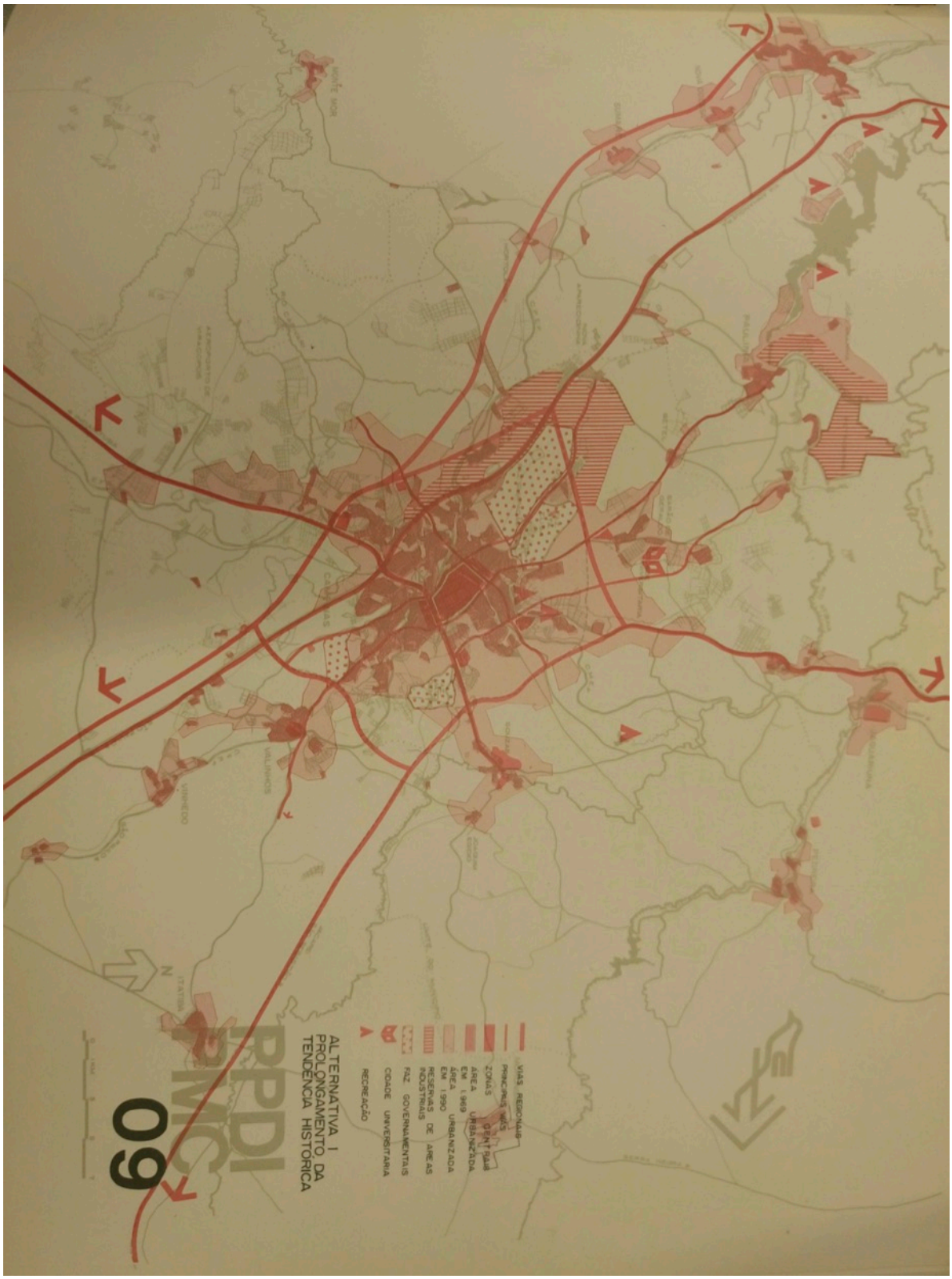
Mapa da Macrozona 5



Fonte: Plano Diretor de 1996

ANEXO D

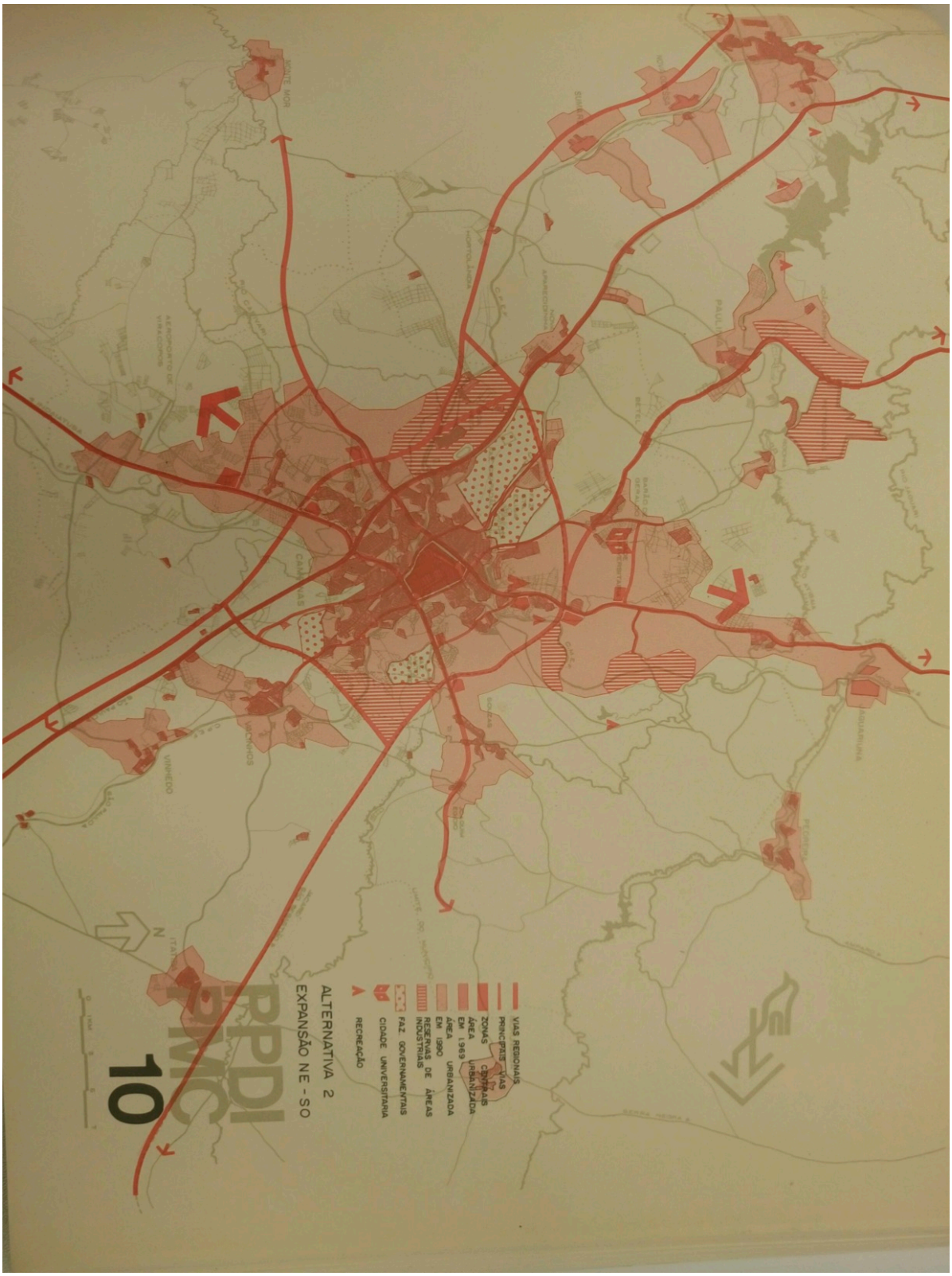
PPDI-1971 – Alternativas de Expansão Geográfica – Expansão Histórica



Fonte: Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado - 1971

ANEXO E

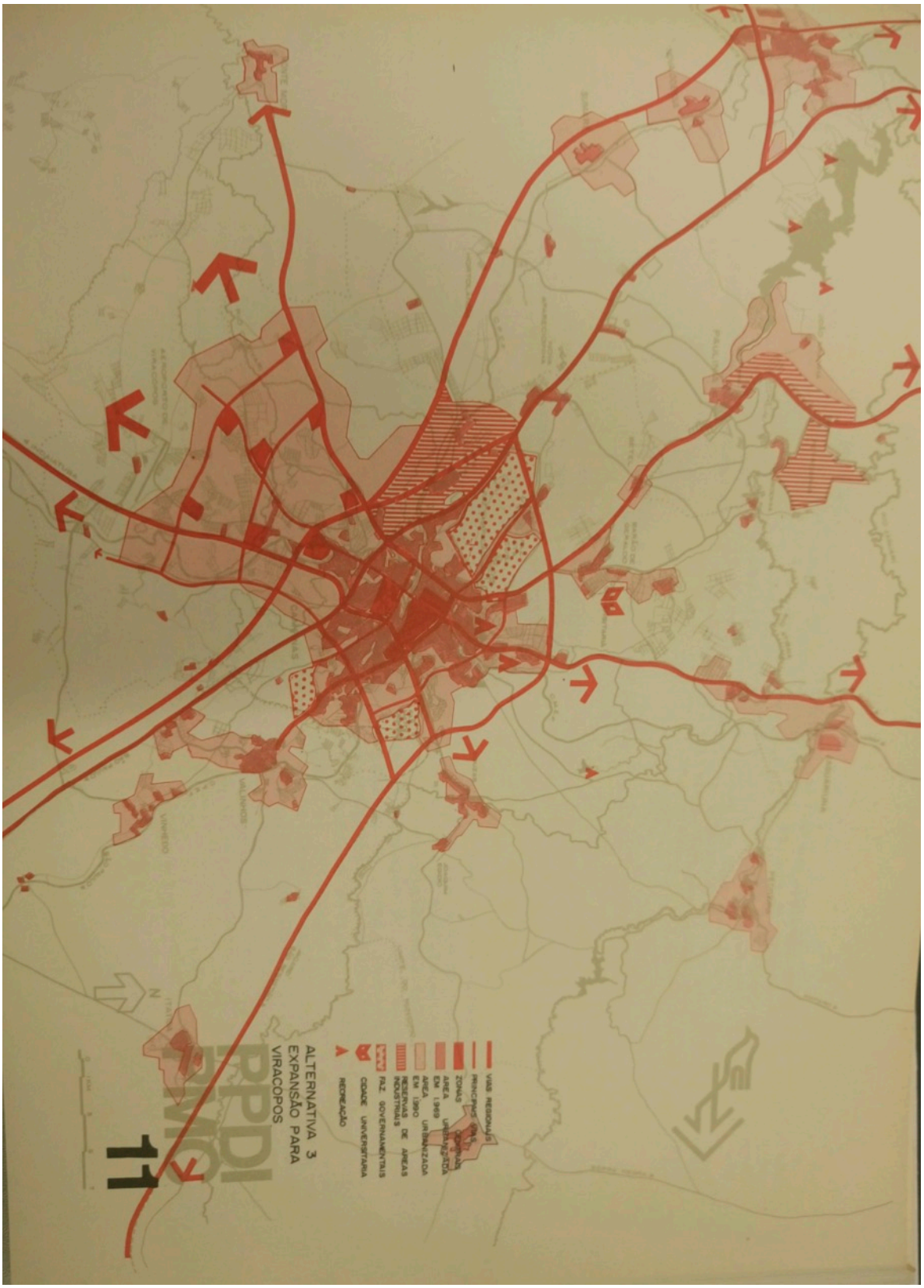
PPDI-1971 – Alternativas de Expansão Geográfica – Expansão NE-SO



Fonte: Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado – 1971

ANEXO F

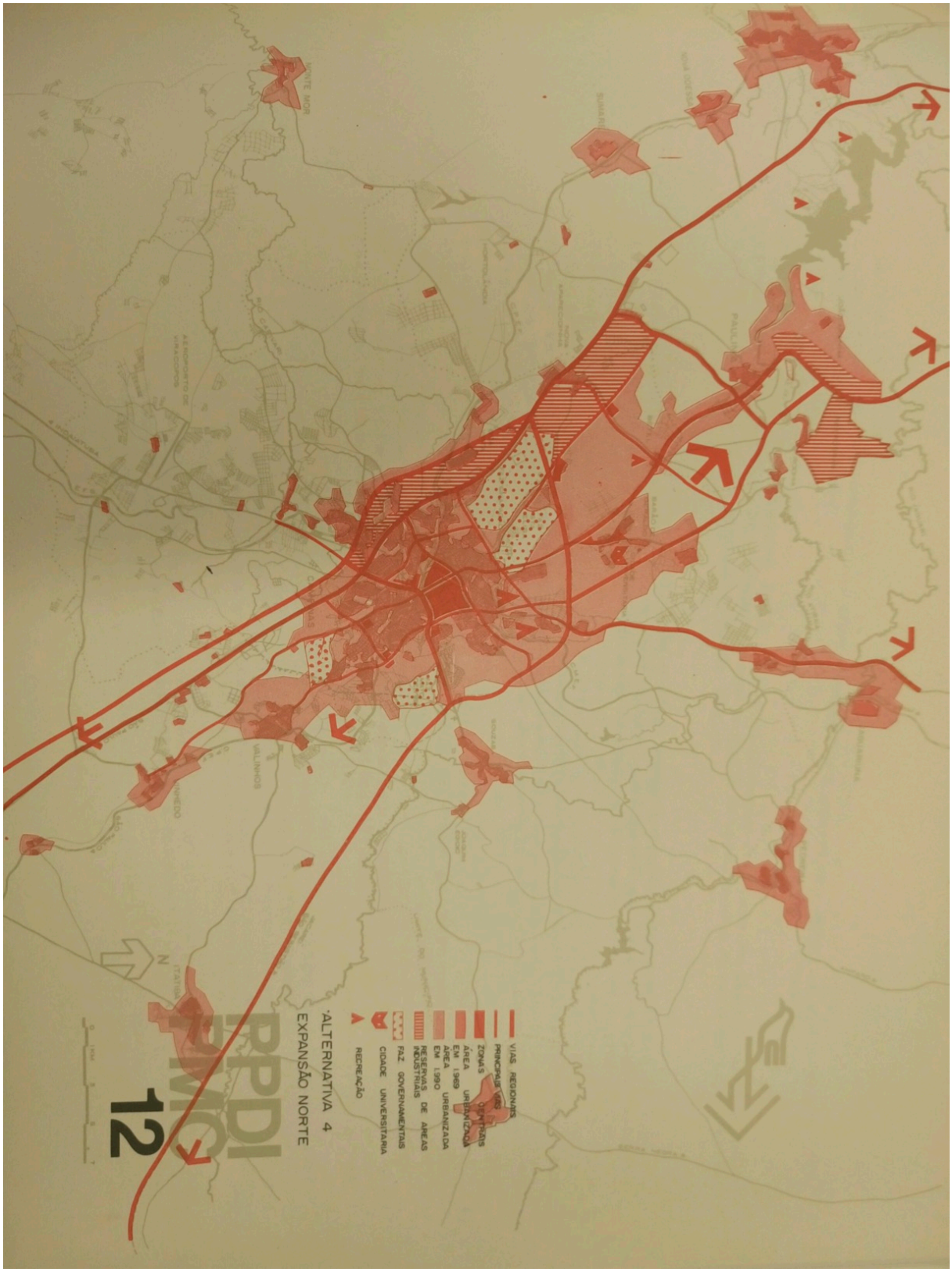
PPDI-1971 – Alternativas de Expansão Geográfica – Expansão para Viracopos



Fonte: Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado - 1971

ANEXO G

PPDI-1971 – Alternativas de Expansão Geográfica – Expansão Norte



Fonte: Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado - 1971

ANEXO H – Unidades habitacionais construídas pela COHAB Campinas na Macrozona 5 do Município de Campinas

Denominação	Nº de Unidades	Ano de Entrega
DIC I - CASAS	535	1981
DIC I - Embriões	506	1981
DIC II - CASAS	433	1981
DIC I - APTOS.	624	1982
DIC II - APTOS.	288	1982
DIC III - Rui Novaes (332 casas / 300 aptos.	632	1984
DIC IV - LECH WALESA (318 casas / 352 aptos.	670	1985
Parque Itajaí - 1ª fase (concluídos)	556	1986
DIC V - 1ª fase (443 casas - 480 aptos.)	923	1990
DIC VI (1204 casas / 720 aptos.)	1924	1990
Parque Itajaí - 2ª fase (281 casas / 200 aptos.)	481	1990
Parque da Floresta - 1ª fase - Embriões - 400 + 2 protótipos	402	1990
DIC V - 2ª fase	85	1993
DIC V - 3ª fase	271	1993
DIC V - 4ª fase	376	1993
Parq. Itajaí - 3ª fase - embriões - (Comerc. Inacabados)	308	1993
Parq. Itajaí - 4ª fase - embriões - (Comerc. Inacabados)	383	1993
Parque da Floresta	23	2004
Vida Nova	14	2009

Fonte: Cohab Campinas. Disponível em: <http://www.cohabcp.com.br/empre/uhs_campinas.html>.